







QG Quanta

AS EXPERIÊNCIAS SOCIALISTAS CHINESA E DE GOVERNOS DE ESQUERDA EM PAÍSES CAPITALISTAS

Bolívia, Brasil, Chile, China, Equador e Uruguai

Bolívia



Brasil



Chile



China



Equador



Uruguai



Fundação João Mangabeira

PSB

AS EXPERIÊNCIAS SOCIALISTAS CHINESA E DE GOVERNOS DE ESQUERDA EM PAÍSES CAPITALISTAS



Registros do Seminário Internacional
Rio de Janeiro, 11, 12 e 13 de março de 2010















As Experiências Socialistas Chinesa e de Governos de Esquerda em Países Capitalistas.

Memorial

Ficha Catalográfica

Ficha Técnica

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Sede própria – SHIS QI 5, Conjunto 2, Casa 2
CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279
www.fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br

Diretoria Executiva
Diretor-Geral: Carlos Siqueira
Diretor-Financeiro: Renato Xavier Thiebaut
Diretor de Assessoria: Marcos Rezende Villaça Nunes
Diretor de Cursos: José Carlos Sabóia
Diretora-Administrativa: Carmen Soriano Puig

Coordenação Geral: Carlos Siqueira

ORGANIZADORES:
Carlos Siqueira , Sinoel Batista e Marcelo Peron Pereira

NOTAS TAQUIGRTÁFICAS:
Dartan Gravina

PESQUISA (Sinopse estatística e informações sobre países participantes):
Ana Carolina Evangelista

DIAGRAMAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL:

José Luis Hernandes

Sumário

Apresentação 6
A produção do memorial 11
Programa 13
Dia 11 de março de 2010 (quinta-feira) 13
19h00 - Solenidade de abertura 13
Dia 12 de março de 2010 (sexta-feira) 13
Manhã 13
Tarde 13
Dia 13 de março de 2010 (sábado) 13
Manhã 13
Solenidade de abertura 15
Composição da mesa de abertura dos trabalhos: 15
Mensagem de Abertura do Seminário -
Carlos Siqueira Presidente da Fundação João Mangabeira
e Primeiro Secretário Nacional do PSB 17
Pronunciamento de Roberto Amaral - Vice-presidente
Nacional do PSB e Responsável pelas Relações Internacionais 25
Deputado Ciro Gomes 28
Ministro Embaixador Samuel Pinheiros Guimarães
Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República 32
Sexta- feira 12 de março de 2010
Experiências de governo chilena, uruguaia e boliviana 38
Martins Fritz Machuca, representante
do partido socialista do Chile 38
O Chile em números 44
Visão Geral 45
Estrutura do Estado 45
Economia 46
Jorge Fabián Fontoura Cairelo -
Frente Ampla do Uruguai 48
O Uruguai em números 57
Visão Geral 58
Estrutura do Estado 59
Economia 59

Leonilda Zurita - MAS - Bolívia 61
A Bolívia em números 66
Visão Geral 67
Estrutura do Estado 68
Economia 68
Interações com o plenário 70
Experiência de governo socialista chinesa
Wang Jialei, representante do Partido Comunista da China 84
Raimundo Pereira, jornalista brasileiro, revista Retrato do Brasil 91
Interações com o plenário 93
A China em números 99
Visão Geral 100
Estrutura do Estado 101
Economia 101
Sábado, 13 de março de 2010
Apresentação das experiências de governo brasileira e equatoriana 104
Eduardo Campos – Governador Pernambuco 104
Jorge Acosta - Movimento Alianza País - Equador 105
O Equador em números 114
Visão Geral 115
Estrutura do Estado 116
Economia 116
Humberto Costa - Partido dos Trabalhadores - PT 117
O Brasil em números 129
Visão Geral 130
Estrutura do Estado 130
Economia 131
Interações com o plenário 143

Apresentação

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a Fundação João Mangabeira (FJM) promoveram entre os dias 11 e 13 de março de 2010, no Rio de Janeiro, o Seminário Internacional: *As Experiências Socialistas Chinesa e de Governos de Esquerda em Países Capitalistas*.

A primeira meta desta iniciativa consistiu em se criar uma oportunidade para o intercâmbio de informações e conhecimento, entre os diversos países convidados a apresentar suas experiências, ou seja, Bolívia, Brasil, Chile, China, Equador e Uruguai. Exceto pela China, contudo, cada palestrante foi convidado a se pronunciar sobre o desenrolar de governos de orientação socialista nos quadros de uma economia que remanesce capitalista. Esta especificidade esteve, portanto, no cerne dos trabalhos do Seminário.

É oportuno observar, ainda, que do ponto de vista do Partido Socialista Brasileiro, o intercâmbio propiciado pelo Seminário perpassou toda a estrutura partidária, uma que vez que estiveram presentes tanto as lideranças, quanto uma parcela significativa da militância. As setecentas inscrições programadas não foram suficientes para atender a toda demanda, sendo possível estimar que durante os três dias de trabalho circularam pelo auditório entre oitocentos e cinquenta e novecentos participantes. Tivemos, portanto, três dias de atividades intensas, que se desenrolaram, ao mesmo tempo, como uma festa entre irmãos de causa e de propósitos.

O planejamento do Seminário esteve relacionado, ainda, desde o princípio, à formação de quadros, missão de todo partido que pretenda ter uma atuação qualificada no cenário político, mas também tarefa específica das fundações partidárias. Nesse sentido, o Seminário propiciou dois desdobramentos que serão potencializados pela Fundação João Mangabeira, pensando na formação da militância do PSB.

Em primeiro lugar, temos o registro videográfico do Seminário, que permitirá compartilhar, oportunamente, o andamento dos trabalhos com todos aqueles, militantes e simpatizantes, que não puderam vir ao Rio de Janeiro entre 11 e 13 de março. Complementarmente, tomou-se o cuidado de registrar todas as intervenções

através de notas taquigráficas, uma vez que se planejou produzir uma publicação que permitisse socializar as manifestações dos palestrantes. O volume que ora se apresenta é o resultado deste processo de registro, cujos aspectos técnicos e limitações estão descritos na seção *A produção do Memorial.*

Aqueles que percorrerem as experiências narradas ao longo do Seminário provavelmente terão a mesma grata surpresa que envolveu a equipe que se encarregou de materializar esta publicação. Em lugar de se encontrar os registros enfadonhos, que costumam povoar publicações da espécie, depara-se com esforços honestos, em alguns casos até mesmo beirando a angústia, de agentes políticos que fizeram da causa do socialismo, razão de ser de sua militância. Trata-se, portanto, de ouvir homens e mulheres que se debatem contra as limitações históricas, culturais, os condicionamentos socioeconômicos, que a direita e os conservadores querem transformar em *fatos de natureza.*

Esta publicação, portanto, ainda que originada pelo Seminário, não é seu elemento acessório. Não se trata de uma peça formal, em que se repertoriam manifestações destinadas ao esquecimento. Os militantes do PSB têm em suas mãos, ao contrário, um compêndio em que se reflete com acuidade, honestidade de propósitos e ânsia transformadora sobre os caminhos do socialismo, em sociedades que são muito mais complexas do que aquelas em que se gestaram originalmente as teorias e a práticas políticas que desposamos. Não se trata, evidentemente, de reflexões acadêmicas, nem sua forma é aquela do cientista social – *não contêm, por isso, menos verdade*. Há na política uma urgência que o militante vocaliza, encarna, e que a ciência, não raro, tarda a alcançar.

Que *urgências* as diferentes manifestações indicam? Em primeiro lugar a reivindicação da integração continental, autônoma com relação aos alinhamentos que historicamente se produziram, mirando Europa e Estados Unidos. Há uma reivindicação de um encontro fraterno entre os povos da América Latina e, mais particularmente, da América do Sul, para se criar um caminho próprio, fundar uma maioridade no contexto internacional, à qual resistem, evidentemente, as nações centrais.

Da experiência chinesa, a sua vez, emerge uma questão nuclear para os

governos socialistas em países capitalistas: o peso específico do planejamento e dos mercados, na promoção do desenvolvimento socioeconômico. A resposta, neste caso, é contundente: há que se somar estas duas "conquistas históricas", sob a condução de um Estado compromissado com o povo e com sua emancipação. A intervenção chinesa é instigante, uma vez que propõe um marxismo vivo, atento à história e a escrevendo, a partir de uma reflexão inovadora.

Das demais experiências, não fazendo destaques específicos, para não incorrer em injustiças ou omissões, vale a pena indicar o que há de comum, as demandas que poderíamos chamar de continentais, nos caminhos da construção de sociedades mais justas e equitativas. Um ponto que esteve presente em todas as falas é o tema da reforma política, envolvendo tanto as regras do certame eleitoral, as questões da proporcionalidade na representação, quanto o financiamento de campanha. Desta questão emerge uma certeza: os regramentos existentes foram construídos pelos detentores seculares do poder e, em grande medida, se destinam à perpetuação do *status quo,* mesmo que permitam alguma alternância no poder.

A questão das coalizões, coligações, alianças, etc. foi outro ponto recorrente. Para o agente político estas intervenções são essenciais, pois permitem compreender as dificuldades e agruras na construção tanto de um governo viável, quanto de uma hegemonia política. Ainda que não tenha sido um tema específico, é possível fazer das diferentes manifestações uma inferência muito instigante, ou seja, o compromisso inabalável com a ordem democrática que demonstraram todas as experiências. Se, no passado, a direita quis imputar ao socialismo a pecha do totalitarismo, deve-se reconhecer que, sem margem a dúvidas, é da resistência socialista que (se nutriu) e nutre a jovem democracia sul-americana.

A relação dos governos e partidos com os movimentos populares e entidades sindicais se demonstrou elemento de grande relevo. Demonstrou-se ao longo das intervenções a enorme complexidade desta matéria, uma vez que ela tem imbricações com os problemas da representação e da representatividade, com a participação popular e, por que não dizê-lo, com a própria governabilidade.

A questão regional também recebeu grande ênfase, perpassando os desafios

políticos de todas as experiências apresentadas. Note-se que se fizeram presentes diferentes ângulos desta problemática, como a desigualdade econômica, as questões da representação e sub-representação, as tensões entre centralismo e autonomia local e regional, que repercutem inclusive sobre a divisão de recursos orçamentários.

A percepção de que a ordem internacional está passando por uma fase de reorganização, em que a América do Sul tem a oportunidade histórica de outro tipo de inserção, que a tornará protagonista, em lugar de ator coadjuvante dos acontecimentos, também esteve bastante presente. Importante ressaltar, neste aspecto, a clareza teórica e a firmeza de propósitos com que a China participa do contexto internacional, em que se torna ator privilegiado, quer pelas suas dimensões populacionais e territoriais, quer pela pujança econômica que demonstra ter.

As constatações de que o sistema partidário e a democracia representativa enfrentam desafios de certo modo inusitados, que se cristalizam tanto na emergência das novas mídias, quanto no desencanto que a juventude parece ter com a política, tiveram espaço em muitas falas. Não houve neste campo, em nenhum momento, saudosismo. Trata-se, ao contrário, de uma questão prática e teórica de enorme importância: como atingir o coração dos jovens em um mundo de enorme complexidade tecnológica, em que se reformulam os relacionamentos, as noções de proximidade e distância, o pertencimento, que ora parece mais estreito, ora mais centrífugo (neste aspecto, talvez valha lembrar que os mesmos equipamentos que nos roubam horas preciosas de convívio face a face, conectam pessoas que podem estar a milhares de quilômetros de distância).

Relacionado a este tema aparece o problema da supremacia da direita e dos conservadores nos diferentes meios de comunicação. O problema não evolve apenas a propriedade de jornais, canais de rádio e televisão, mas refere-se a também a um *poder* que não é apenas local, que se articula em escala planetária e que reverbera concepções e preceitos francamente conservadores. A estabilidade ou instabilidade dos *mercados,* a necessidade de uma suposta segurança universal para investidores, os pré-requisitos de uma *economia saudável*, nenhuma destas imagens se construiu em âmbito exclusivamente local. As questões das (novas) mídias e dos meios de comunicação se apresentam, portanto, como estratégicas, para os propósitos da construção socialista. Devem estar, em conformidade, no centro das preocupações de qualquer projeto de conquista do

poder que se pretenda exequível e estável.

Dentre as questões estratégicas indicadas no Seminário é preciso apontar, também, o equacionamento das relações com o sistema financeiro nacional e internacional, as transferências que se faz a estes segmentos, e que se processam em detrimento do desenvolvimento e, particularmente, da construção de uma sociedade mais equitativa. Neste segmento a experiência brasileira ilumina algo de suma importância e gravidade, qual seja, o fato de que o sistema financeiro e seus baluartes encontrem, nos meios de comunicação de massa, aliados essenciais a sua lógica de dominação − que combina proteção ideológica aos rentistas nacionais e internacionais, a um modelo subalterno de inserção de cada país no cenário internacional.

Uma vez indicados os temas mais frequentes nas diversas apresentações, *que evidentemente não as esgotam*, é possível perceber a riqueza das contribuições constantes desta publicação. O leitor, à medida que vá percorrendo as diferentes locuções, terá ainda o privilégio de se deparar com cada um dos temas, tratados segundo as distintas realidades nacionais, notando, ao final, quão comum são os problemas que se apresentam.

Será possível observar, ainda, a inventividade humana operando, uma vez que as soluções e encaminhamento para problemas semelhantes não são iguais. Ficará evidente, também, a urgência da integração continental que, se bem compreendida, não se realiza em nome do particularismo, mas da emancipação dos povos da América do Sul, em que essa integração que preserva as diferenças tem papel essencial.

Não por acaso, a percepção da importância fundamental de uma reunião fraterna de diferentes acompanhou a todos ao longo do Seminário. Esperamos que ela também faça companhia ao leitor.

Carlos Siqueira
Presidente da Fundação João Mangabeira

A produção do memorial

O processo de produção deste Memorial envolve grandes dificuldades, as quais, como todo problema complexo, são oriundas de diferentes fontes. Vale observar, em primeiro lugar, que diferentemente de eventos acadêmicos, os pronunciamentos não estavam amparados em comunicações escritas dos palestrantes. Do ponto de vista metodológico, portanto, a produção do Memorial se fundamentou em Notas Taquigráficas, apoiadas por material videográfico.

Apresentou-se, então, a intrincada questão de verter a linguagem oral – inseparável da presença física daquele que faz a locução, que implica gesticulações, uma musicalidade própria ao discurso, entonações e ênfases, o uso virtuoso do silêncio e intervalos – para o texto.

O espaço existente entre a intensidade da fala e as possibilidades da escrita poderiam ser preenchidas por uma eventual adequação do texto, mas, tal procedimento converte-se inevitavelmente em uma *interpretação* do discurso, o que se evitou a todo custo, seja pela impossibilidade de voltar a interagir com os palestrantes para tratar de suas intervenções, quer por um princípio ético.

Não é menor, por outro lado, a dificuldade que se impõe na tradução, particularmente a simultânea. Importante observar que um número significativo de discursos se realizou em espanhol, havendo ainda um caso particular, em que o palestrante chinês discursou neste idioma, que a sua vez foi vertido para o português.

Soma-se a estas dificuldades, o fato de que o material que se segue foi produzido, como se disse acima, a partir das notas taquigráficas obtidas ao longo do Seminário. É importante observar, nesse sentido, que a qualidade dessas notas depende de modo significativo das condições ambientais, especialmente as de ordem acústica, assim como de outros fatores, que envolvem a dinâmica das atividades, ou seja, se muitos falam ao mesmo tempo, se a fala ocorre de modo cadenciado ou de maneira muito veloz, e assim por diante. Para minimizar divergências ou incongruências o taquígrafo se valeu, a *posteriori*, das gravações audiovisuais realizadas por equipe específica, contratada pela Fundação João Mangabeira.

Apresentadas as dificuldades, um argumento no campo da linguagem, a favor do Memorial: a língua é uma esperança, uma expectativa, de que não sobrevenha o incomunicável, a dissolução e o recuo do homem, a uma condição pré-social.

Na humanidade, que se constrói no exercício da língua, existe uma generosidade fraterna para com o outro. É este exercício que nos leva a superar os particularismos e chauvinismos, que funda instituições tão caras à civilização, como a justiça, que se diferencia da vingança, entre outras coisas, por *ouvir*.

Este Memorial nutre-se desta mesma expectativa, ou seja, que nossa sede de justiça, de equidade, de relacionamento fraterno seja generosa para ouvir manifestações e opiniões que estavam apartadas de nós por uma barreira linguística, pelas distâncias e pelas fronteiras. Que sejamos acolhedores o suficiente para completar com nossas próprias palavras, com nossas esperanças de um continente mais justo, as lacunas que a metodologia utilizada não puder superar.

Não menos importante que o exercício de comunicação, de fraternidade, aqueles que vierem a ler o Memorial com generosidade encontrarão uma infinidades de pontos em que o Brasil pode ser pensado no espelho da experiência de nossos vizinhos sul-americanos, e até mesmo da distante China. Há muito que se aprender, territórios imensos para explorar, particularmente tendo-se em conta a importância do ano de 2010, para todos aqueles que vêm sonhando com um país mais justo, mais rico em oportunidades e possibilidades.

Programa

Dia 11 de março de 2010 (quinta-feira)
19h00 - Solenidade de abertura
Carlos Siqueira - Presidente da Fundação João Mangabeira e Primeiro Secretário Nacional do PSB
Roberto Amaral - Vice Presidente e Encarregado das Relações Internacionais do PSB
Ciro Gomes – Deputado Federal
20h00 - Política de fortalecimento da inserção do Brasil no cenário internacional
Ministro Samuel Pinheiro Guimarães - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Dia 12 de março de 2010 (sexta-feira)
Manhã
08h30 - Apresentação das experiências de governo chilena, uruguaia e boliviana
Martin Fritz Machuca - Representante do Partido Socialista do Chile
J. Fabián Fontoura Cairello - Representante da Frente Ampla do Uruguai
Leonilda Zurita Vargas - Representantes do Movimento ao Socialismo da Bolívia (MAS)
11h00 - Debates
12h30 - Almoço
Tarde
14h00 – Apresentação da experiência de governo socialista chinesa
Wang Jialei - Representante do Partido Comunista da China
16h30 - Debates
18h00 - Encerramento das atividades do dia

Dia 13 de março de 2010 (sábado)
Manhã
08h30 - Apresentação das experiências de governo brasileira e equatoriana

Jorge Acosta - Representante do Movimento Aliança País do Equador
Humberto Costa - Representante do Partido dos Trabalhadores - PT, do Brasil
Intervenção do Professor Teotônio dos Santos
Coordenador da Mesa: Governador Eduardo Campos
11h00 - Debates
14h00 - Encerramento das atividades
14h10 - Almoço

11 de março de 2010

Solenidade de abertura

Composição da mesa de abertura dos trabalhos:

Roberto Amaral, Vice-presidente nacional do PSB e Encarregado das relações internacionais.
Carlos Siqueira, Primeiro Secretário do PSB e Presidente da Fundação João Mangabeira.
Ciro Gomes, Deputado Federal, PSB-CE.
Renato Casagrande, Senador PSB-ES.
Antônio Carlos Valadares, Senador PSB-SE e líder do PSB no Senado federal.
Rodrigo Rollemberg, Deputado Federal e líder do PSB na Câmara dos deputados,
Wilson Martins - Governador do Piauí.
Alexandre Cardoso, Deputado Federal, PSB-RJ.
Deputada Federal Ana Arraes, PSB-PE
Marcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte.
Milton Coelho, Vice-prefeito do Recife.
Beto Albuquerque, Deputado Federal, PSB-RS.
Márcio França, Deputado Federal, PSB-SP.
Mari Machado, Membro da Comissão Executiva Nacional.
Sandra Rosado, Deputada Federal, PSB-RN.
Martins Fritz Machuca, representante do Partido Socialista do Chile,
Wang Jialei, representante do Partido Comunista chinês.
Fabián Fontoura, representante da Frente Ampla do Uruguai.
Leonilda Zurita Vargas, representante do Movimento ao Socialismo da Bolívia-MAS.
Humberto Costa, representante do Partido dos Trabalhadores.
Jorge Acosta, representante do Movimento Alianca País do Equador,
Alex Remancha do Partido Socialista equatoriano.
Laurez Moreira, Deputado Federal, PSB-TO.

Deputado Federal, Julio Delgado, PSB-MG.
Valtemir Pereira, Deputado Federal, PSB-MT.
Átila Lira, Deputado Federal, PSB-PI.
Glauber Braga, Deputado Federal, PSB- RJ.
Severino Araújo, membro da Comissão Executiva Nacional do PSB.
Sérgio Novaes, Ex-deputado Federal, PSB-CE, membro da Comissão Executiva Nacional.
José Antônio Almeida, Ex-deputado Federal, membro da Comissão Executiva Nacional.
Jaime Cardoso, membro da Comissão Executiva Nacional.
Ademir Andrade, Vereador PSB- Belem, PA e membro da Comissão Executiva Nacional.
Isaias Silvestre, Ex-deputado Federal, PSB-MG, membro da Comissão Executiva Nacional.
Dora Pires , Secretária Nacional de Mulheres.
Maria de Jesus, representante dos Movimentos populares.
Joilson Cardoso, Secretário Nacional sindical - CTB.
Prof. José Carlos Sabóia, Diretor de cursos da Fundação João Mangabeira.
Prof. Marcos Vilaça, Diretor de Assessoria da Fundação João Mangabeira.



Mensagem de Abertura do Seminário -

Carlos Siqueira Presidente da Fundação João Mangabeira e Primeiro Secretário Nacional do PSB

Ao pensar os termos de minha comunicação a este plenário ocorreu-me como mote algo de muito caro à cultura brasileira, ou seja, o tema da *antropofagia,* que emergiu como bandeira modernista, a partir do *Manifesto Antropofágico* de Oswald de Andrade, que data de 1924.

Ainda que aplicado às artes em geral, e à literatura em particular, o *antropofagismo* propôs-se a pensar algo essencial às atividades que iremos desenvolver neste Seminário, ou seja, a relação entre o interno, em sua imensa extensão socioeconômica, cultural, política, e aquilo que é externo.

Como Oswald de Andrade, no já distante ano de 1924, devemos recusar as cópias, as transposições acríticas, a falta de imaginação, o servilismo de qualquer ordem. Só pode nos interessar aquilo que reinventamos, de que nos apropriamos criativamente, por melhor que seja a experiência original.

Lembro, sob este aspecto, de uma passagem dos Cadernos do Cárcere, de Antonio Gramsci, em que ele afirmava que *tudo que se descobre por si mesmo, é uma descoberta revolucionária.* Ora, se é verdade que ninguém pretende reinventar a roda, nem mesmo Gramsci, que conheceu como poucos o fordismo emergente na década de 20 do século passado, porque é necessário cumprir este percurso, reinventar o existente?

A mim a resposta parece evidente. No processo de apropriação criativa do existente, como o fazem as crianças, efetiva-se outra ordem de aprendizado, em que se olha a realidade sobre a qual se atua como possibilidade, como universo ainda aberto, mesmo que ela já tenha se realizado em outros lugares ou tempos. Há, implicitamente, como nas artes, uma possibilidade de levar as soluções estabelecidas pelos grandes mestres, para além das virtualidades que, em determinado momento, materializaram.

Creio, sinceramente, que deva ser este o espírito que deve nos guiar ao longo dos trabalhos que iremos desenvolver. Cada qual dentre nós, cada país, em suas relações com as demais experiências, deveria ver nos outros não *modelos* a serem seguidos, mas possibilidades cuja apropriação criativa permitam caminhar no sentido da emancipação

social e individual, que, ao final das contas, está entre aquelas metas que articulam o socialismo às lutas libertárias da humanidade. As antigas, como a liberdade de culto, que renderam guerras e mortandade sem fim, mas também as novas, como a emancipação da mulher, o direito à orientação sexual, a luta sem tréguas contra o racismo, o combate à pobreza e a promoção da inclusão social, sem esquecer nunca o direito à afirmação nacional.

Além da discussão teórica que o encontro de diferentes realidades propicia, o Seminário deseja estabelecer um diálogo acerca das experiências concretas e práticas dos países da América do Sul, e, a partir delas identificar os desafios que nos cabe superar, para construir a integração do continente. Para tanto é fundamental compartilhar conhecimento, não apenas das experiências, mas também das diferentes realidades sociais, culturais e políticas, como fundamento para sustentar um processo de integração dos países do Cone Sul, que esteja suportado pela lógica da inclusão e da solidariedade.

Pensando na questão da integração, cabe indagar o porquê de se escolher o diálogo com as experiências de Bolívia, Brasil, Chile, Equador e Uruguai. A lógica que presidiu esta opção está relacionada ao fato de se tratarem, todas, de experiências de *governos de esquerda* em *países capitalistas*.

Evidentemente, o que interessa nos diferentes casos, não é apenas a peculiaridade da situação, mas uma série de questões que são efetivamente novas, no contexto pós-queda do muro de Berlin. Uma delas, se não a mais importante, é a possibilidade de revisitar as teorias do totalitarismo e o neoliberalismo de um Friedrich von Hayek, por exemplo, que em seu livro manifesto, *O caminho da servidão,* de 1944, advogava a tese de que o socialismo levava, necessariamente ao despotismo e à perda da liberdade.

Ora, as experiências que iremos discutir se realizam não apenas em economias capitalistas, mas em total respeito às regras do jogo democrático. Neste contexto, é absolutamente legítimo falar de uma *alternativa socialista,* para o enfrentamento de problemas que os governos de diferentes matizes políticas não conseguiram solucionar.

Compreendida as razões pelas quais as diferentes experiências se fizeram presentes no Seminário, é necessário discorrer um pouco sobre o tema da integração do continente sul americano. Sob este prisma deve-se observar, em primeiro lugar, que a integração que nós - os socialistas - defendemos não implica apenas criar e materializar as condições para assegurar os elementos que interessam ao capital, tais como os negócios o comércio, as patentes, entre outras coisas do gênero. Queremos

isso também, desde que subordinado aos interesses dos povos, da soberania, da autodeterminação.

Este requerimento tem uma importância que não se pode minimizar facilmente. A crise que assolou o mundo em 2009, que varreu titãs como Lehman Brothers, AIG, General Motors, entre outros conglomerados financeiros e industriais, é um exemplo do tipo de exuberância destrutiva que envolve o capitalismo em sua fase financeira, que obedece a uma lógica de valorização nos diferentes mercados de títulos e direitos, amplos o suficiente para incluir as ações, que estão vinculadas à crise de 1929, assim como os mercados de derivativos, cujos limites não se pode mais precisar, envolvendo opções, securitização de ativos, recebíveis, *swaps* e assim por diante.

Devemos ter em mente, portanto, uma integração que não comprometa a autonomia, que se fundamente em interesses e objetivos comuns e que se habilite, no limite, a ser um elemento contra-hegemônico, que possa se opor ao modo como se fundamenta a dominação americana no continente.

Precisamos relegar ao passado a condição de quintal dos interesses americanos, não apenas empunhando uma bandeira, mas partindo da experiência concreta de vários países da região, que optaram desde o final dos anos noventa por se oporem frontalmente aos desejos e diretrizes neoliberais, preconizado por Washington e seu consenso - curiosamente fundado no monólogo e instrumentos de pressão, como a "Quarta Frota", as Base Militares na Colombina e tantas outras espalhadas na região.

É preciso superar esta subordinação aos interesses americanos, combatendo-os em todos os frontes; na prática política concreta, mas igualmente na resistência às mensagens reiteradamente veiculadas pela mídia, pelos programas das TVs a cabo, aos quais se somam diferentes ordens de asseclas, instalados nos partidos nacionais, que fazem oposição ao ideário libertário do socialismo, advogando as teses de um liberalismo que rompeu por completo com sua primeira conformação que, se inscrevendo no terreno da luta contra o antigo regime, trazia consigo ecos humanistas.

Esses *espadachins a soldo,* não esposam sequer o liberalismo, ou o conservantismo de um Hayek. São pura e simplesmente militantes de um cinismo, arautos de um conformismo que declara que o existente, com suas pequenas injustiças e grandes holocaustos, é tudo que se pode esperar.

É por isso, por acreditarmos que a autonomia e autodeterminação, vão além dos *interesses* do mercado, que almejamos a integração com base na proteção e preservação dos nossos valores culturais, das identidades a partir das quais construímos nossas

cidades e a cidadania que lhes correspondem.

Esta integração deve ser pensada de modo amplo o suficiente, para abrigar projetos que criem uma conectividade física entre os países do continente, uma malha de rodovias e ferrovias, mas igualmente instituições de financiamento e fomento ao comércio regional; práticas de difusão cultural, que preservem e estimulem a diversidade que nos é própria. Através de instituições pujantes, meios de articulação regional sólidos, poderemos experimentar a estimulante condição da unidade, em meio à diversidade.

Trata-se, portanto, de conjugar a integração e o fortalecimento do sentimento nacional, sem o qual os projetos de emancipação carecem de fundamentos concretos, materiais e se perdem em uma casuística, que tem por elemento central a hipótese de um universalismo que só se realiza para afirmar os direitos dos potentados e a hegemonia das nações centrais. O processo de integração deve estar subordinado, portanto, à proteção dos interesses e povos nacionais.

Tendo tratado dos critérios que levaram à indicação das experiências no âmbito dos países sul-americanos, faz-se necessário discorrer sobre o convite que se fez à China, para que participasse do Seminário. Encontramos aqui, uma vez mais, um tema de grande importância, associado ao mundo pós-queda do muro de Berlin e que foi pautado por parte dos diagnósticos, que emergiram da dissolução da União Soviética. Foi elemento corrente, na imediata sequência dos acontecimentos, a hipótese de que o socialismo não poderia concorrer com a *criatividade capitalista,* que estava animada tanto pelo mercado, quanto pelas liberdades de escolha que engendrava. Tanto quanto a antinomia socialismo/democracia, havia aqui a suposição de que um regime socialista estaria baseado na supressão das individualidades ou, visto por outro lado, em uma igualdade que representava a cova da liberdade e, portanto, da criatividade e inventividade.

Não é isso, contudo, que ocorre à China socialista; não é um cenário de baixa diferenciação econômica ou fraco dinamismo que a ela se associa. Muito ao contrário, se é possível falar de uma economia de números impressionantes, quer no que se refere ao crescimento, seja no que tange à inovação, é à China que devemos nos referir. Não se pode esquecer, ainda, que cálculos de diferentes origens, fazem prever que no espaço menor que o de uma geração o produto Chinês venha a se equivaler ao americano.

Não seria razoável ou mesmo produtivo pretender na abertura de nossos trabalhos, adentrar o terreno de um dos painéis mais instigantes do Seminário. Deste

modo, restrinjo-me a indicar alguns tópicos, que reputo me parecem de grande interesse no caso chinês.

O primeiro elemento que chama a atenção no caso chinês é o planejamento enquanto tal e, mais particularmente, o modo como efetivamente mobiliza a nação paras as metas que traça. Se a capacidade de planejar pode ser pensada como atributo técnico, como elemento da razão, a efetivação do planejamento, o engajamento em seus propósitos requer um sentimento de pertença, de comunidade de interesses, que talvez tenha tanto a ver com o presente, quanto com o riquíssimo passado chinês.

A ancestralidade cultural chinesa é outro aspecto que precisa ser considerado. No ocidente, não raro, só conseguimos pensar em desenvolvimento como algo que se oponha ao passado, superando-o, quando não, negando-o. A relação do presente com o passado é, contudo, muito mais complexa do que esta versão para consumo imediato. Vale lembrar a observação de Marx, em diferentes passagens de sua obra, quanto ao fato de que os insurretos da revolução francesa imitaram a mais antiga tradição greco-latina. Citavam o passado, se vestiam de suas roupas, para reclamar e construir o futuro. Walter Benjamin, pensando a obra de Franz Kafka, em vários momentos de sua produção epistolar, se propõe a questão da *transmissão* da tradição, como uma questão essencial à emancipação socialista. No cerne de suas reflexões estava justamente a questão e a necessidade de que, os de baixo, se apropriassem, para seus fins libertários, dos monumentos da cultura, para os quais nunca haviam sido mais do que povos bárbaros.

Se deixarmos, contudo, este terreno de natureza antropológica, deve-se observar, ainda, a capacidade chinesa de (re)inventar estratégias de desenvolvimento do socialismo, a partir da leitura e interpretação das mudanças em curso no mundo, principalmente tendo como base a necessidade de superação dos limites estabelecidos pelos desafios nacionais concretos de sua realidade, mediante a concepção e a implementação de políticas **inovadoras.**

Para nós, socialistas, é essencial compreender, ainda, que a China representa hoje o **novo ponto de equilíbrio ante a hegemonia americana**. Consideradas sua participação no Conselho de Segurança da ONU, capacidade produtiva, peso político e econômico no comércio mundial, interesses e conflitos com as economias centrais do planeta, temos que supor que se constrói uma alternativa ao mundo unipolar, que emergiu com a dissolução da União Soviética.

Este último desenvolvimento permite, a sua vez, abordar questões muito

importantes para nossas atividades ao longo do Seminário, que se referem ao contexto internacional e aos desafios que se apresentam às forças progressistas.

Uma primeira observação que deve ser feita refere-se ao Sistema ONU, que emergiu logo após a Segunda Guerra Mundial e que contava com algo como sessenta membros ativos na oportunidade, apresentado hoje aproximadamente cento e noventa e dois países filiados. Exercer a coordenação nestas condições é uma tarefa muito mais complexa. Esta, contudo, não é a questão essencial. A maior dificuldade encontra-se no fato de que as estruturas e Fóruns do Sistema ONU ainda estão vinculados ao mundo das décadas de 1940/50, tornando extremamente complexa as tarefas de concertação, mediação e regulação.

Além do mais, no contracampo dos países centrais, há forças emergentes que não são – e não pretendem ser – massa de manobra. A China parece ser o caso emblemático, mas não se pode esquecer das pretensões e possibilidades do Brasil, Índia, Rússia, etc. Não é ocioso observar que a bipolaridade existente à época da guerra fria, conforme indicamos mais acima, também é coisa do passado, de tal maneira que há sempre um grande conjunto de interesses envolvidos − algo novo, mesmo que se faça sob o domínio hegemônico dos Estados Unidos e/ou demais países centrais.

Este horizonte obriga a pensar em uma reformulação do sistema ONU em uma perspectiva de médio prazo, uma vez que o mundo contemporâneo não cabe na estrutura que o sistema contempla. Os interesses e diversidade de posições, possibilidades de conflitos e requerimento de mediações, nada disso pode ser efetivamente atendido pela estrutura atual. Há que se considerar, ainda, que os alinhamentos não são mais aqueles da guerra fria, praticamente automáticos, mas envolvem uma miríade de possibilidades, interesses e arranjos típicas de um mundo que se inscreve na multipolaridade.

No que se refere, por outro lado, aos principais desafios que se apresentam à esquerda, as tarefas a serem realizadas demonstram, à exaustão, o quanto o mundo ainda carece do socialismo, além de evidenciarem, pelas realizações parciais que atingiu o capitalismo, as diferenças essenciais entre as duas formações sociais. A nós, socialistas, não pode bastar um desfrute oligárquico da civilização, não podemos conceber ou aceitar como razoável, uma situação na qual o progresso e a civilização refiram-se a uma classe, e não ao homem espécie.

Não nos interessa, portanto, soluções que disfarcem sob outras formas, privilégios que mantém sua natureza estamental. Não podemos desejar ou ter por

aceitável a existência de um sistema de saúde para os ricos, e outro para os pobres; uma educação que adestre, ao lado daquela que treine para o comando; a habitação que convida à rua, por sua precariedade, ao lado daquela que se esconde da rua, com suas cercas de arame farpado e soldadesca recrutada dentre os mesmos miseráveis que avilta, com sua riqueza usurpada.

Desta forma, os desafios que se nos apresentam, renovados no modo em se põem ao mundo, guardam uma relação direta com nossa luta histórica. Cabe-nos, em meio à opulência para poucos, apresentar projetos nacionais que possam combater a pobreza, promover a inclusão social, o desenvolvimento socioeconômico, a defesa da soberania nacional e notadamente a eliminação de todas as formas de exploração do homem pelo homem.

Esta divisa, que caracteriza de maneira tão especial a *utopia* socialista, me confere a oportunidade de fazer um último raciocínio. A meu juízo precisamos deixar de pensar a construção do socialismo *apenas* como a realização de um ponto virtual futuro, um lugar idílico, a *cidade utópica*, como local de materialização da luta que travamos ao longo da história.

Precisamos estar atentos, igualmente, ao aqui e ao agora; aos interstícios e fraturas que nos oferecem as *oportunidades* de dar saltos sobre o que as classes dominantes querem fazer crer um curso histórico imutável.

Carecemos desta sensibilidade para o presente, para ir ao encontro do povo que anda nos ônibus desta e de outras grandes metrópoles, dos que lutam por dignidade e respeito - os negros a que os olhares ainda destinam uma cidadania de segunda classe, mesmo que a lei os tenha protegido em sua cidadania; as mulheres que ainda se veem servas de seus maridos, por amor de sua prole; os operários, camponeses e trabalhadores, independentemente de condição, cuja sobrevivência é paga ao custo do aviltamento de suas faculdades criadoras.

Este povo, que habita o presente carrega consigo o peso de uma usurpação secular. Em seu passado residem as fontes de energia mais potentes para a construção do novo. Este novo, a sua vez, não cai maduro do futuro, mas mina das estruturas e amarras firmes do real, à medida que a gente do socialismo se mantém em movimento, na expectativa e na luta de emancipação.

Sua marcha chama atenção não para um milênio em que venhamos a ser redimidos, mas para os *acontecimentos* que fraturam a invencibilidade do real, oferecendo oportunidades de acelerar a história.

Se o Rio de Janeiro que nos acolhe puder ser pensado como metáfora da sociedade política, como cidade que é, **nosso povo** tem para ela, por exemplo, um projeto vibrante, alegre, inclusivo.

Reverso do projeto conservador, que almeja o Rio de Janeiro sanitizado, desejamos uma cidade cuja democracia praiana haverá de abraçar os morros e cujas favelas ensinarão aos burgueses do mundo não apenas o samba, mas uma relação com o espaço público e com o território planetário, que cria alternativas para insustentabilidade do modo hegemônico de vida.

Em nosso imaginário, é este Rio de Janeiro de possibilidades que nos acolhe!

Sejam, portanto, todos muito bem vindos ao Rio, i*nclusive aquele que ainda se apresenta como promessa*, e ao Brasil. Desejamos que todos se sintam em casa porque a cidade socialista, mais do que simplesmente lugar da tolerância, é um território da hospitalidade e acolhimento fraterno.

Muito obrigado a todos e todas.

Desejo a todos que os trabalhos sejam amplamente proveitosos.



Pronunciamento de Roberto Amaral - Vice-presidente Nacional do PSB e Responsável pelas Relações Internacionais

Boa noite. Companheiros, quero completar o gesto inicial de Carlos Siqueira, registrando uma morte e uma tragédia. Essa é a primeira reunião do nosso partido sem a presença de Jamil Haddad, sem sua existência, sua consciência socialista e revolucionária. Peço para ele uma salva de palmas.

Inicialmente queria dizer que nossa terra, nosso Rio de Janeiro os recebe como recebe o Cristo, de braços abertos. Sejam felizes nessa cidade que encerra os amores, as dores, a riqueza e a tragédia de nossa terra. Aqui se encontra uma natureza exuberante, um povo trabalhador, a pobreza − todos os contrastes, todos os absurdos do capitalismo. A partir do Rio de Janeiro é possível pensar no Brasil − que também é o Rio de Janeiro −, o Brasil no qual todos se amam. Sejam bem vindos à nossa terra.

Em nome da Executiva Nacional, particularmente em nome do nosso líder, o governador Eduardo Campos, saúdo todos nossos militantes, nossos convidados. Particularmente, como Encarregado das Relações Internacionais do PSB quero agradecer a Carlos Siqueira a dedicação da Fundação João Mangabeira, na construção desse evento. Saúdo todos os companheiros do partido, da Executiva Nacional, todos os parlamentares, na figura de um grande amigo e conterrâneo, pois sou carioca e cearense, coisa que poucos podem ser, meu companheiro Ciro Gomes.

Companheiros, há um escândalo: é a forma mediante a qual a esquerda brasileira e mundial reagiu ao colapso, à crise do capitalismo. Reagimos como se fosse natural, como se nada tivéssemos a fazer senão corrigi-la. Nosso papel, do socialismo revolucionário, que não se assustem com esse termo, não é resolvermos os problemas essenciais, estruturais e insolúveis do capitalismo. Devemos aprofundar seus problemas e mostrar para a sociedade que não há alternativa em um regime cuja base é a exploração do homem pelo homem. Somos socialistas − e agora retomo a intervenção de Carlos Siqueira − não apenas porque estamos convencidos que essa é a forma de promovermos o desenvolvimento, mas somos socialistas porque somos acima de tudo humanistas, acima de tudo homens e mulheres que amamos os homens e as mulheres, detestamos a pobreza e a opressão.

Saídos da polaridade da guerra fria, de um período rápido da unipolaridade

americana, estamos transitando pela chamada emergência dos BRICs. Com a crise do capitalismo estamos construindo uma nova fase do processo histórico, fase na qual, ainda existindo um centro hegemônico e uma unipolaridade militar, podemos identificar a emergência de nações ao lado da União Europeia, como os chamados emergentes, Índia, Brasil e China. Essa multiplicação do poder, essa impossibilidade da condução unipolar e imperialista do mundo exige de nós, porque é feita sob a base da globalização e do capitalismo, ela exige de nós socialistas, principalmente nós dos países emergentes, principalmente nós da América Latina, da América do Sul, de nós que integramos os partidos de esquerda e os partidos socialistas do nosso continente, esse quadro novo pede reflexão, para não repetirmos os erros de nossos antecessores e nos cobra, também, uma nova intervenção.

O que fazer? Se não é possível nesse momento, temos que reconhecer essa impossibilidade, acenarmos às nossas massas, ao nosso povo, com certeza de sustentação e a implantação de uma economia socialista e de um regime político socialista, nós temos que assumir a responsabilidade de construir as bases para essa construção futura e é a nossa obrigação antecipá-la, abraçar o parto da história. Contemplamos, é verdade, o fortalecimento militar do imperialismo, e como é perigoso o imperialismo decadente, que tem as garras atômicas, desesperado e perigoso, porque é uma fera acuada. Estamos assistindo perigosamente nos EUA uma ultradireita que se pensava impossível, uma direita à direita do partido Republicano e à direita de Bush, e nós da América do Sul acenamos a ela com a emergência das massas do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia, Equador e Venezuela, e de nosso país − e haveremos de assegurar essa emergência permanente das massas no poder e no governo brasileiro, a partir das próximas eleições.

Nós, a esquerda brasileira, temos um desafio, me permitam os convidados, desafio muito grande, de pensar além dos nossos partidos. Nossa obrigação não é apenas manter a emergência das massas, que eu digo muito bem representada no governo do presidente Lula, que ajudamos a eleger e ajudamos ainda hoje a governar. Nosso dever é aprofundar a presença das massas no seu governo, que é a presença em estatísticas, em valor, em projetos, em construção do futuro. Sabemos e a história comprovou − é a minha visão, há muito abandonei a religião do determinismo histórico −, o homem faz a história, se ele não fizer o diabo faz por ele. O socialismo não será dádiva do céu, dos deuses, mas será construído por nós, pelo nosso sacrifício, pela nossa organização, pela nossa certeza: teremos que legar às gerações futuras muitos anos, talvez mais um

século, de dor e sofrimento.

Esse seminário quer dizer que precisamos nos unir, não apenas aqui no Brasil, na América do Sul, precisamos conhecer experiências como a do povo chinês, dando as mãos a todos os povos que conosco constroem a América do Sul: não há futuro para o Brasil, para o Paraguai, se não houver futuro comum para América do Sul.

Muito obrigado.

Deputado Ciro Gomes



Companheiras e companheiros muito agradecido e honrado. A todos cumprimento e abraço afetuosamente na pessoa do meu conterrâneo e amigo Roberto Amaral, e nele cumprimento aquele que lidera nossa organização e está fazendo o PSB se transformar na grande alternativa para o nosso país, governador Eduardo Campos. Cumprimento ainda essa figura querida de todos nós, que está fazendo da Fundação João Mangabeira talvez das Fundações partidárias a mais ativa, mais brilhante, mais consequente, nesse debate esvaziado que infelizmente acontece no nosso país. Carlos Siqueira, é um privilégio ombrearmos mais uma vez.

Nesses dois companheiros saúdo toda nossa militância. Quero cumprimentar os companheiros e companheiras que vieram de outros países, China, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Equador, na pessoa de um campeão dos valores fundamentais, quando o Brasil sofreu a interdição da perversão neoliberal e ajudou-nos, a nós poucos que resistimos, a pensar de forma estratégica. Esse grande brasileiro o Ministro Embaixador Samuel Pinheiros Guimarães que, inconfidência à parte, ajudou-me a rabiscar meu programa de relações exteriores, quando candidato à presidência da república. Devo ser muito breve porque é a ele que ouviremos logo mais.

Diria que o evento que a Fundação João Mangabeira e o PSB estão oferecendo para esse imenso auditório, mas também para o mundo, uma vez que a TV João Mangabeira está transmitindo via Internet, envolve talvez a questão mais central que cabe à humanidade. O mito neoliberal tem uma solidariedade inimaginável, inconsciente, de toda nossa população, quem sabe até de nós mesmos, incautos, *desespiritualisados*, induzidos a crer que o êxito social, a felicidade e quem sabe ela mesma, não são mais a expressão dos valores espirituais construídos na nossa subjetividade, decorrente de nossa relação com o próximo.

O mito neoliberal tem uma solidariedade entre todos aqui, entre nós, que somos induzidos a crer, que o êxito social não se obtém na insurgência revolucionária, que não concorda com a desigualdade entre as pessoas. Modernamente, as novas gerações do planeta tendem a crer, incautas, presas a propaganda massiva, referida com ícones exemplares, rendidas a essa impertinência ideológica, que nos vendeu como cura, uma

ideologia de quinta categoria.

O mito neoliberal tem a solidariedade de todos que pensamos que ser feliz é quanto da nossa expectativa de consumo, excitada por uma oferta infinita, informada e *standartizada* mundialmente, damos conta de praticar com a renda apertada que temos.

O papel de um militante socialista, contudo, não é tomar uma atitude odienta, reacionária, fazer a restrição regulatória, a proibição desagradável, ou o rancor mal disfarçado, contra esta emergência de antivalores que dominam a humanidade e explica a angústia existencial do planeta, especialmente das novas gerações. O papel do militante socialista é primeiro libertar-se dessa ilusão, desiludir-se do consumismo e promover no seu micro universo espiritual, a reespiritualização do olhar militante, informado, organizado, sobre o que é mesmo possível praticar em matéria de busca ansiosa pela felicidade.

Isso se traduzirá em valores extremamente importantes e novos, porque aterrizará em um modelo de consumo que introduza não a ânsia da perseguição do bom, bonito e barato, pela renda apertada, que é a regra, dado os padrões inalcançáveis de luxo pela oferta global. Se fará pela construção de um consumo consciente, em que ao decidir consumir, o consumidor há que decidir para quem está gerando emprego aquele ato de consumo; há de ponderar que tipo de relação com a natureza aquele tipo, aquele ato de consumir praticou para estar naquela gôndola de supermercado ou pendurado nos maravilhosos *shopping centers*.

Este ato de um consumo consciente é o primeiro movimento, e por aqui já se percebe o quão grave, complexa e maravilhosa é a tarefa de um militante socialista. Ato contínuo, nós outros que escolhemos a militância, temos que organizar a ideia, temos que nos agrupar, e temos que lutar de forma militante para reconverter estrategicamente o desenho do estado nacional que integramos. No caso brasileiro temos a um só tempo a 15ª economia mundial e a mais desigual distribuição de renda, entre todas as economias do planeta.

Esta sociedade, contraditória como é, tem para o mundo, contudo, a semente de um elemento civilizatório invejável. Por exemplo, a portentosa China e seu povo, que ao mundo encantam com seus números, para se entenderem têm que dominar algo ao redor de 10 a 12 dialetos. Neste país continente, com todos os sotaques variados, falamos a mesma língua. Se a etnia, a fé religiosa demarcam tensões extremamente graves, engendrando a própria semente da violência e da convulsão global, em espaços importantes do planeta − a insolúvel questão do Afeganistão, do Irã, do Oriente

Médio, e insolúvel digo eu, porque no fundo estão os fundamentalismos religiosos, que escolheram o desespero da linguagem do terror –, de tudo isso o Brasil é exemplo oposto.

Nós somos o maior *melting pot*, mistura, mestiçagem do planeta e estamos nisso fundando um experimento civilizatório que proximamente o mundo admirará. Esta nação, preocupada com o mundo e o planeta, com o meio ambiente, o efeito estufa, aquecimento global, e tantos graves problemas, é protagonista global do experimento de engendrar uma nova energia amistosa à natureza. O Brasil maneja de forma absolutamente única no mundo a ideia de ser a um só tempo preservacionista e desenvolvimentista.

Não é que não tenhamos nossas contradições − temos e são gravíssimas −, porém a semente desse elemento civilizatório para o mundo admirar está entre nós. Não cairá do céu, vou repetir usando as palavras do companheiro Roberto Amaral, mas é tarefa indeclinável, que outrem não poderá exercer, e cabe aos brasileiros.

Vivemos um belo momento sob a presidência do Presidente Lula. Fica absolutamente demonstrado que é possível: um país que saiu de 5% de desemprego, para 15% em números grossos no experimento neoliberal, e já evidencia taxas de 7%; um país que saiu do salário mínimo de US$76 e já experimenta salário mínimo de US$300; um país em que se proibiu abrir universidades ou escolas públicas profissionalizantes e que faz em um só governo mais do que todos os outros fizeram em todos os tempos; um país que saiu do desequilíbrio das suas contas com o estrangeiro, para casa de quase duas centenas de bilhões de dólares e hoje tem reservas líquidas superiores a todo estoque das dívidas que temos, pela primeira vez na história. Este país já provou que é possível.

Companheiros, aqui encerro, honrado de participar desse momento. Feliz ao mesmo tempo em que sinto sobre meus ombros, crescer gravíssimas responsabilidades, para as quais me encontro, modestamente, mil por cento entusiasmado − qualquer que seja a tarefa que esse grande partido me conceder o privilégio de desempenhar. Mas por agora estamos em um momento de estudo. Precisamos aprender fraternalmente com a China, com o experimento uruguaio; com o que houve no Chile.

São lições preciosas, aprendermos com eles para dar curso a nossa tarefa indeclinável: construirmos nós o vetor do nosso partido, oferecer ao povo brasileiro a semente de um projeto nacional de desenvolvimento, ocupado de não ficar feliz com os avanços extraordinários que temos notado, olhando pelo retrovisor, mas

fundamentalmente ocupados em propiciar ao povo brasileiro aquilo que é seu por direito histórico, um país de iguais, de desenvolvimento, país para o mundo admirar.

Muito obrigado a todos.

Ministro Embaixador Samuel Pinheiros Guimarães
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República



Boa noite a todos senhores e senhoras, todos militantes do Partido Socialista Brasileiro, meu querido amigo Roberto Amaral. Queria agradecer muito o convite para participar desse seminário, organizado pelo PSB. Para mim é uma honra muito grande estar aqui.

Em primeiro lugar queria fazer um rápido enunciado daquilo que considero que sejam as principais características e tendências que compõem o cenário internacional. Em primeiro lugar, o fenômeno da aceleração do progresso científico e tecnológico. Não é apenas o progresso, a questão de que o progresso é cada vez mais acelerado, com extraordinárias consequências para o sistema produtivo civil e militar. São bilhões e bilhões investidos todos os anos em pesquisas científicas e tecnológicas pelos países altamente desenvolvidos. Os EUA investem mais ou menos cerca de 3% de seu PIB, mais ou menos U$ 450 bilhões. E esse é um sistema muito importante, porque vai acumulando conhecimento e capacidade de produzir, gerando cada vez mais competitividade das grandes empresas multinacionais.

Uma segunda tendência é a questão da globalização das economias nacionais. Uma terceira característica é a multipolarização, o surgimento no mundo de grandes polos do poder, o principal deles naturalmente em surgimento, o polo que existe na América do Norte, que se estende pela América Central e costa oeste da América Latina, o segundo polo, o polo europeu, e depois um polo que tem seu centro na China. Em quarto lugar a concentração do poder, tanto do poder tecnológico, quanto do poder militar, econômico, em torno de certos países, considerados altamente desenvolvidos. E a tendência crescente da tentativa de normatizar a relação entre os estados subdesenvolvidos a nível internacional, nos mais diferentes campos, observando-se paralelamente a criação de parâmetros internacionais para as políticas nacionais.

Em uma série de temas que normalmente eram definidos pelos estados − por exemplo, a regulamentação ambiental −, agora temos um processo no qual acabam se definindo parâmetros de políticas internacionais. A famosa rodada uruguaia

da **Organização Mundial do Comércio** criou na área econômica, propriedade intelectual, investimentos, serviços, e assim por diante. E ao lado dessas tendências temos certas crises conjunturais.

A grande crise econômica financeira, que não sabemos se será superada ou se poderá se transformar em uma grande depressão que se estenderá durante muitos anos. A crise ambiental energética, que talvez seja uma crise mais profunda. E finalmente, para os países que tradicionalmente estão no centro do sistema, a crise da emergência de grandes estados periféricos, China, Índia, Brasil e como acomodá-los no sistema que eles criaram, estruturaram.

Diante desse cenário internacional o estado brasileiro, o governo brasileiro, tem determinados princípios de atuação que já foram mencionados aqui. O princípio da autodeterminação, não intervenção, igualdade soberana dos estados, e muitos no Brasil não apreciam muito essa ideia, preferem a desigualdade. O princípio pacífico da solução das controvérsias, como norma para a política externa brasileira. O princípio da integração latino-americana, consagrada na nossa constituição, o direito de asilo, respeito aos direitos humanos e assim por diante, nomeados na constituição brasileira.

Nesse contexto temos algumas características geopolíticas da sociedade brasileira. Primeiro, estamos na América do Sul, somos um dos países que tem o maior número de vizinhos, 10 − China e Rússia têm 14. Isso de certa forma condiciona nossa política externa, porque temos relações muito próximas, e cada vez mais próximas com nossos vizinhos. Uma segunda característica é que há uma assimetria muito grande e crescente entre o Brasil e cada um dos nossos vizinhos, não só pelo território, mas também como país que tem a maior população dentro da América do Sul. Temos do ponto de vista geopolítico esta extensa fronteira terrestre, com extenso litoral, e uma grande zona econômica exclusiva no oceano atlântico. Isso condiciona o processo da política externa brasileira.

Diante disso tudo se desenvolvem as políticas da inserção brasileira no cenário internacional. Em primeiro lugar a ideia de que o centro da política externa brasileira é a América dos Sul, as relações com nossos vizinhos. Não poderia ser a Ásia, naturalmente, nem África, nem a Europa, apesar de que alguns gostariam que fossem os EUA, os países europeus, sempre entristecidos com o fato de que damos importância enorme aos nossos vizinhos, aos países africanos e aos grandes estados da periferia.

Por outro lado, dentro da multipolarização a política externa brasileira se esforça para criar um bloco regional, que naturalmente tem que ser na América do Sul e cuja

base é o MERCOSUL. A partir dali se desenvolve a política externa de modo mais geral. Depois há ainda a criação do fortalecimento dessa união sul americana, com um grande mercado, através de todo esforço de desenvolvimento, da infraestrutura, de comunicações e energia, levando sempre em conta nessa relação com nossos vizinhos a assimetria extraordinária existente, principalmente hoje em dia e cada vez mais na área econômica.

Se comparássemos a situação existente no Brasil, digamos em 1950, com nossos vizinhos, nós éramos muito semelhantes, monoprodutores e exportadores. O Brasil com o café, a Colômbia também café, Venezuela petróleo, mas a nossa economia se diversificou de forma muito mais extensa do que a deles, o que constitui para nós um extraordinário desafio, porque tendemos a ter desequilíbrios comerciais com esses países, favoráveis ao Brasil, e ao mesmo tempo ocorre a expansão das empresas brasileiras nesses países. É um desafio extraordinário para a política externa brasileira.

O processo de globalização que foi apresentado, como um fenômeno estritamente ligado às políticas neoliberais, realizou-se pela derrubada das barreiras, privatização, desregulamentação, estado mínimo, e assim por diante. Acontece que os indivíduos que criaram a formulação dessas políticas criaram a maior crise econômica financeira desde 1929, lançando centenas de milhões de trabalhadores no desemprego e na pobreza. Nos países desenvolvidos, os indivíduos responsáveis por essas teorias, economistas, banqueiros, altos funcionários do sistema − não se preocupem com a sorte deles − estão todos muito bem obrigado, recebendo seus bônus, uma coisa extraordinária.

Quero me congratular com aqueles que, no Brasil, resistiram a esta aventura que levou a uma crise de enormes proporções, entre eles integrantes do PSB, seus militantes, que lutaram contra a desregulamentação excessiva, contra a privatização. Hoje o Brasil está saindo desse cenário, claro que naturalmente de novo, agora, voltam eles a advogar que aquelas políticas devem ser retomadas. Isso é uma coisa extraordinária, no momento em que o próprio FMI, através de seu economista chefe, publica um estudo dizendo que afinal de contas é necessária uma regulamentação do sistema financeiro. O Sr. Soros, o maior especulador do mundo, considera necessária a regulamentação. No Brasil, contudo, há os que consideram o contrário, que é necessário gerar novas oportunidades de lucros extraordinários, lucro este que está na especulação e não na atividade econômica normal, no mundo real.

Conseguimos enfrentar essa tendência que está no cenário internacional, porque resistimos, o Brasil resistiu, através da militância da esquerda, do governo, e assim

por diante. Caso contrário, hoje a Petrobrás estaria privatizada, o BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, até a Vale do Rio Doce. Graças, inclusive, à gestão do professor Lessa à frente do BNDES resistimos, senão estaríamos em uma situação gravíssima.

Diante do fenômeno da concentração do poder, a política externa brasileira continua a fazer com que o Brasil ganhe espaço nos centros de decisões internacionais, entre eles o Conselho de Segurança da ONU. Vamos precisar muito estar lá, muito. Por enquanto os interesses brasileiros a nível mundial não têm o mesmo alcance que o de outros países, mas vamos ter, pela própria expansão da economia e sociedade brasileira e nesse momento teremos divergências de pontos de vista e opinião.

Há também o esforço brasileiro no chamado G 20 − e quando dizem que a rodada de Doha fracassou, é o contrário. Pela primeira vez na história os países subdesenvolvidos não assinaram embaixo, o que de teria sido concebido pelos países desenvolvidos, algo que era tradicionalmente feito. Chamavam os países subdesenvolvidos para aceitar. Pela primeira vez na história isso não ocorreu e é por isso que não se avança. Teria avançado pela posição que tínhamos feito em Cancun, que nos era extraordinariamente favorável, enfim.

Há, ainda, a crise econômica e financeira, a que já me referi: como foi possível ao Brasil superar essa crise? Hoje poderíamos fazer um seminário no Brasil ensinando esses países, tão desorganizados, tão corruptos – porque, como os senhores provavelmente sabem, recentemente divulgou-se que uma grande casa bancária americana prestou serviços ao governo grego, para maquiar as contas públicas pela modesta remuneração de U$ 300 milhões. E nós somos os corruptos, os ineficientes? Podemos fazer um seminário para ensinar a eles um pouco mais de eficiência na gestão da coisa pública, para que alguns não fiquem se autoflagelando, com a ausência da autoestima, não acreditando no Brasil.

Diante dessas circunstâncias, da crise ambiental, novamente o Brasil tem posição firme, que diz que são os países [desenvolvidos] os principais causadores da atual crise ambiental, da grande crise de ambiental e energética, que esses grandes emissores de CO2, com seus combustíveis fósseis, é que são os responsáveis pela solução, não somos nós. Temos naturalmente obrigações de contribuir, mas não de arcar com a maior parte, digamos, dos custos, nessa solução.

Nesse quadro da política externa brasileira buscamos como aliados grandes estados da periferia, que têm problemas semelhantes aos nossos: China, Índia, África

do Sul, e em certa medida a Rússia. Grandes estados, com grandes populações e perspectivas de um processo de desenvolvimento acelerado. Com eles buscamos alianças, para que nessas negociações internacionais, no enfrentamento das crises internacionais, possamos promover e defender nossos interesses.

Gostaria de lembrar aos senhores que no início do governo do presidente Lula, quando o Brasil se colocou contra a invasão do Iraque, naquele momento em que os países desenvolvidos diziam que havia armas de destruição em massa lá e iam às tribunas com provas falsas, fotografias falsas − que coisa extraordinária e é muito desagradável de dizer, uma indelicadeza, mas foi o que ocorreu: um país foi invadido com pretextos e documentos falsos, forjados. Reconhecido hoje em dia, naturalmente depois se criou nova desculpa, ou seja, que o país tinha sido invadido para derrubar um ditador − e se fôssemos invadir todos os países que têm ditador ou governos autoritários seria uma tarefa extraordinária.

Naquele momento o Brasil se posicionou de forma extremamente corajosa, porque toda opinião mundial achava que aquilo era verdadeiro, e também em grande parte a opinião pública brasileira achava. Hoje vivemos uma situação semelhante, de enorme gravidade, que pode causar uma convulsão extraordinária. Diante desse contexto o governo brasileiro, a sociedade, os partidos que apoiam o governo do presidente Lula, os militantes socialistas, da esquerda, e os diferentes partidos, que apoiam uma política externa independente, podem ver como é uma política correta desse setor, na medida em que os setores mais tradicionais e reacionários da sociedade brasileira se levantam contra ela. É uma indicação: ser criticado por certos meios é um elogio para todo brasileiro que se orgulha de ser brasileiro.

Muito obrigado pela atenção.

Roberto Amaral: Encerrando a noite quero em nome da Fundação João Mangabeira e em nome do presidente Eduardo Campos, agradecer a palestra desse grande patriota Samuel Pinheiro Guimarães. O Ciro lembrou o trabalho e a importância de que, muito do que conseguimos no nosso governo, se deve a resistência do Samuel no governo Fernando Henrique Cardoso. Um patriota que pensa 24h no nosso país. Foi excelente a iniciativa da Fundação em convidá-lo.

Sexta- feira

12 de março de 2010

Experiências de governo chilena, uruguaia e boliviana



Martins Fritz Machuca, representantes do partido socialista do Chile

Bom dia companheiros e companheiras. Primeiramente gostaria de agradecer o convite em nome do partido e seu Vice-Presidente Julio Hoss. Também gostaria de agradecer a solidariedade do povo brasileiro e de seu presidente no momento tão difícil que vivemos nos últimos tempos – agradecimento que dirijo também a todos os povos da América Latina.

Gostaria de compartilhar com vocês a experiência do governo Concertação e também compartilhar as razões por que perdemos. Acredito que para muitos de vocês pode ser interessante. Como partido fizemos uma profunda reflexão que foi interrompida pelo evento que todos conhecemos. Vou colocar algumas reflexões, que não representam a voz oficial do partido, mas sobre as quais estamos conversando e que de alguma forma dão conta da crise que estamos vivenciando.

Desenvolverei minha intervenção em quatro capítulos: a política, governo da Concertação, razões pelas quais fomos derrotados e o desafio que tem o Partido Socialista Chileno nesse novo cenário político. A verdade é que sofremos dois terremotos, um político em janeiro e também o que ocorreu em fevereiro, isso realmente nos complicou bastante em nossa atividade.

Alguns dados apenas para ilustrar a magnitude do assunto, das catástrofes que ocorreram. 8,8 na escala Richter, muito mais forte do que o do Haiti; mudou o eixo da terra, afetando mais de 300 km dentro do território nacional, impactando muitas regiões, a mais importante dentro da nossa economia, Valparaíso, área metropolitana. 80% da população foi afetada, porque as consequência principais da catástrofe, pelos estudos preliminares que foram feitos, indicam danos em 500.000 residências. Sofremos danos severos, comunicações e eletricidade, por toda parte estrada danificadas, a incapacidade do governo de resolver isso, saques e a sensação de insegurança.

Depois do evento houve uma campanha publicitária dirigida por todos meios da oposição contra a gestão da catástrofe que fez a Presidente, dando a entender que éramos um governo ineficiente, e que estávamos indo embora e que não temos capacidade para gerir o cenário que se apresentou. No entanto a Presidente sempre

esteve presente, às 4 da manhã dirigindo todo processo. Uma sondagem política feita há dois dias indica que 75% a população chilena avalia de forma positiva o trabalho dela.

Aqui vem a questão mais importante para nós. O governo da Concertação foi uma experiência de sucesso, sob todos os pontos de vista. Tivemos equidade política e com isso pudemos ter crescimento econômico e desenvolvimento. Os socialistas que ficaram do lado da Michelle Bachelet realizaram um governo de sucesso, a sociedade mudou, fruto do governo de Concertação. 73% são proprietários de uma residência, as pessoas têm mais disponibilidades, bens materiais e mais oportunidades e isso foi produto da política pública: crescimento econômico com equidade, acompanhado de um sistema de proteção social universal e da construção de um estado socialdemocrático. A plena inserção do Chile no cenário institucional e político internacional e na economia mundial, como resultado dos avanços internacionais e democráticos. O estabelecimento no nosso país, pela primeira vez, de uma institucionalidade com relação aos direitos humanos, unido a uma política de recuperação do problema das vítimas. Através da comissão de torturas e instituto de direitos humanos, se consolidou uma sociedade onde o tema é discutido; uma sociedade mais moderna, pluralista, culturalmente mais diversa. Foi esforço da Concertação. Todas essas realizações, poderíamos continuar explicando, e não dá para entender porque perdemos, não é mesmo?

Sinceramente cometemos erros, inclusive o que é mais dramático, porque o governo tinha quando terminou − o mandato está por terminar − 75% de índice de aprovação em relação à opinião pública − um índice histórico. Com tudo que foi feito, mas perdemos assim mesmo. É uma ideia geral que deixo para debate, gostaria de compartilhar com vocês. Cometemos erros que acabaram gerando insuficiências no processo de transição, além disso, somou-se uma atitude de conformismo, frente às fraquezas e consequências do modelo econômico.

Os avanços democráticos e os instrumentos institucionais foram insuficientes. Eliminaram-se senadores designados e a composição do Conselho de Segurança Nacional, entretanto mantivemos um sistema político antidemocrático, ou seja somos regidos por um sistema eleitoral de caráter binominal, e infelizmente trata-se de um teto muito estreito para a democracia, onde de fato aquele que perde acaba ganhando, ou seja, se você não consegue entrar nessa lista do ponto de vista eleitoral, em termos de votos, vai tirar apenas um candidato e o outro candidato pode ter sido o terceiro na votação e ele tem uma representação no Congresso. É por isso que o partido da direita,

União Democrática, tem mais deputados, mas menos votos. Não fomos capazes de avançar nesse assunto. Isso se reflete em um sistema político que não estava sintonizado com os problemas do nosso povo, nosso padrão eleitoral estava envelhecido, mais de 3 milhões de cidadãos não são registrados e não há comparecimento nas votações, e surge o nepotismo como mecanismo político.

Esse sistema impede uma renovação das lideranças. Sob esse ponto de vista, na percepção do povo, os partidos políticos são um grupo de amigos, um grupo fechado, e perdemos nosso sentimento ético na promoção do bem comum, e com isso essas pessoas, sobretudo os jovens, não se sentem atraídos pelo partido nem pelo sistema eleitoral. Os partidos políticos estão muito minguados e hoje, no Chile, temos uma privatização do fazer político. Basta ter um lindo rosto, recursos econômicos, aparecer na televisão, e você vai ser um candidato em potencial. Aquele candidato antigo, que era feito na luta permanente, no trabalho diário com a base social, em que surgiam os políticos, hoje, não é mais assim, porque os meios de comunicação não estão conosco, estão todos nas mãos da direita.

O modelo econômico e as políticas públicas também não puderam contribuir para diminuir o grande abismo da desigualdade social, ou seja, apesar de tantos avanços a distância entre ricos e pobres é cada vez maior, especialmente os 10% mais ricos da população. Nós também viramos as costas ao povo, houve enfraquecimento do tecido social, com o predomínio de uma elite fundamentada na certeza de que a individualidade é mais importante do que o coletivo, e contribuímos para um conceito onde a solução de todos os problemas está no estado tecnocrático, não está vinculado às instituições. Há uma política tecnocrática baseada na verticalidade, ou seja todas decisões vem de cima para baixo. A base social não é ouvida.

Nosso país é muito centralizador, os governos locais são eleitos nos municípios, democraticamente, mas as autoridades máximas do governo nacional são nomeadas pelo presidente da república e os conselheiros também. Eles não podem decidir sobre seu próprio orçamento, por exemplo. Então o desenvolvimento de cada região, cada comuna, comunidade ou província, é resolvido pelo estado em nível central. Isso finalmente complicou nossa vida: as pessoas reclamavam mais participação, as pessoas queriam mais ingerência na resolução dos problemas dos orçamentos no nível das comunidades e das regiões. Além disso, grande parte dos problemas advindos da centralização de Santiago eram resolvidos com os recursos provenientes das outras províncias. A reação das outras regiões foi muito significativa e isso ficou refletido no

último pleito. Pinheira ganhou nas regiões que historicamente eram da esquerda. A 3ª. Região, por exemplo, que tem longa tradição de luta pelos valores dos trabalhadores, a região da mineração. Finalmente, nós como partido diante do processo, infelizmente não trabalhamos suficientemente nesses 20 anos, ficamos com 10% do eleitorado, essa é a nossa foto, em vinte anos de poder.

Dentro da mesma linha de raciocínio as grandes mudanças da sociedade não foram vistas como resultado das transformações operadas. A sociedade atual, de cidadãos mais conscientes de seus direitos, tem mais expectativas, demanda saúde de qualidade, emprego formal, e um estado com capacidade de resolução, e tínhamos que fazer isso, transmitir um sonho de mudança e isso a sociedade não percebeu. Também havia uma enorme distância, a esfera política foi estatizada. Houve uma grande debilidade no trabalho ideológico, na produção de ideias, agravado pela assimetria em relação às possibilidades materiais da direita. O governo não quis manter e desenvolver a produção das ideias à margem do governo, não temos um centro gerador de ideias, ao passo que a direita tem todas as comunicações, as impressas, e o sistema universitário em suas mãos. A única coisa que a direita não tinha para ter todo o poder no país era o governo, e eles conseguiram.

Mas a Concertação também não conseguiu refundar-se com as novas demandas cidadãs; ela diminuiu, diminuiu, ficou menor, e com isso sofreu fraturas internas. Isso se traduz em uma crise de governabilidade diante da eleição presidencial. Chegamos a ter cinco candidatos em determinados momento, três deles socialistas. Por sua vez, não foram gerados mecanismos democráticos para poder escolher o melhor candidato e a Concertação ofereceu aquele espetáculo de uma coalizão esgotada e que não garantia uma governabilidade. Finalmente, nossa oferta de governo e programas, que não estavam muito fincados na vontade política; não havia uma ideia de futuro, um sonho que pudesse captar os anseios cidadãos. Foram esses os motivos gerais pelos quais perdemos as eleições, em que pese todas as ações que realizamos, apesar dos altos índices de aprovação do governo. Normalmente quando um governo, uma coalizão perde é porque o governo não foi bom, mas não foi nosso caso, portanto a derrota é ainda mais cruel.

Quais desafios temos que enfrentar como partido? Os socialistas a poucos dias daquele terremoto, diante das políticas normais da reconstrução, manifestamos nossa intenção de contribuir com nosso melhor esforço nessa tarefa nacional. É o que vamos fazer. Vamos aprovar todas as Leis cujo objetivo seja resolver os problemas da

população, por consequência da catástrofe. Toda nossa ação será dirigida para isso, para assegurar a normalidade cidadã, estabilidade do povo, e garantir uma reconstrução mais segura para quem mais sofreu. E é verdade que eventos desse tipo quando ocorrem, nem todo mundo fica de pé do mesmo jeito, quem tem mais fica de pé mais rápido, e os mais pobres têm mais dificuldade em ficar de pé. Então vamos estar muito atentos e centralizar essa reconstrução naqueles que têm menos, vamos ter que prestar atenção no conceito de recuperação do emprego, para poder reconstruir rapidamente o país. Não se deve isentar de impostos as grandes empresas, não vamos permitir isso.

Vamos fazer uma oposição democrática ao governo da direita, porque a cidadania nos exige essa tarefa. Os socialistas vão ser oposição, por vontade dos cidadãos, não vamos integrar um governo de unidade nacional, como queria a direita antes do terremoto; o socialismo vai ser oposição por causa da democracia renovadora. Vamos passar por uma renovação de programas para enfrentar a realidade e avançar com maiores progressos. Não vamos negar participarmos das tarefas de reconstrução, isso é o ideal socialista, vamos ter uma posição de programas e vamos confrontar a derrota, atualizar e renovar a Concertação, para oferecer um novo tipo de coalizão ao povo.

Renovação, integração, abertura, combinação de experiências, ideais; as novas gerações tem que chegar até o nosso trabalho. Os socialistas vão fazer oposição de programas e propostas para enfrentar as desigualdades e avançar para o progresso maior, vamos promover uma sociedade com direitos sociais garantidos, um estado social de bem-estar que articule o crescimento e proteção social e vamos levar adiante o esforço político para uma plataforma de modernidade e crescimento, para ter um ciclo superior de acesso aos serviços de qualidade à maioria da população, e também vamos estabelecer redes de proteção social para que todos possam ser incorporados à modernidade.

Os socialistas também vão fazer oposição na sociedade. Vamos ter uma posição firme e clara no interesse da classe média e dos mais pobres, sempre para defender níveis de vida, conquistas sociais, e os valores da maioria social. Não vamos ficar em uma trincheira autorrepelente, queremos estar na posição que educa e propõe soluções. Os socialistas têm que contribuir para renovar a política, isso na medida em que nós temos que nos desenvolver internamente e aí poderemos transmitir isso para a sociedade. Infelizmente no nosso partido, nos últimos anos, nos centralizamos muito em uma luta muito tendenciosa, não ideológica, era luta interna por poder, e deixamos de lado essa relação de ideias, essa confrontação das ideias. Então o que aconteceu? Assim como

o sistema político virou as costas ao povo, nós, como partido, também fizemos isso, descuidamos das bases, e quando isso acontece geralmente a conta é cobrada.

Temos que renovar a política para que de fato surjam as novas lideranças e nossos mandatários sejam eleitos democraticamente pelas bases, permitindo o renascimento não só de nós como pessoas, mas do partido político. Temos que aprofundar a democracia e a participação da cidadania na democracia, que significa dizer que não é possível, com a maioria que alcançamos, ter um sistema político democrático que impeça o desenvolvimento do país. Temos que eliminar esse sistema contrário aos interesses da grande maioria. Bem, era isso o que eu queria compartilhar com vocês.

Muito obrigado pela paciência.

O Chile em números



Nome oficial: República do Chile
Chefe de Estado: Presidente Michelle Bachelet (desde 2006 – término do mandato em Março de 2010)
Sebastian Piñera (Presidente eleito nas últimas eleições em Janeiro de 2010, tomará posse em 11 de Março de 2010)
Partido no Poder: Consertacion de Partidos por la Democracia (coalizão de centro-esquerda)
Partido que assume o Poder: Coalicion por el Cambio (coalizão de centro-direita)
Capital: Santiago

População: 16,97 milhões (ONU, 2009)
População urbana: 89 % (PNUD/HDR 2009)
Expectativa de vida: 78,5 anos (PNUD/HDR 2009)
Taxa de alfabetização (pop. acima de 15 anos): 96,5% (PNUD/HDR 2009)
População abaixo da linha de pobreza (US$2,00/dia): 2,4 % (PNUD/HDR 2009)
PIB: 169,45 bilhões (US$ - 2008)
PIB per capita: 10.091 (US$ - 2008)
IDH (posição no ranking): 44º (PNUD/HDR 2009)[1]
Principais produtos da pauta de exportação: cobre (maior produtor mundial), frutas, pesca, papel e celulose, produtos químicos, vinho.
Principais produtos da pauta de importação: petróleo e derivados, produtos químicos, equipamentos eletrônicos e de telecomunicação, máquinas industriais, automóveis, gás natural.



Idioma oficial: Espanhol
Principal religião: Católica

1 Total de países que fazem parte do ranking: 182

Visão Geral

O Chile declarou independência dos espanhóis em 1810 (apesar de só ter vencido de fato os espanhóis em 1818).

Após uma série de governos eleitos democraticamente, o governo de esquerda de Salvador Allende foi deposto por um golpe militar em 1973, liderado pelo general Augusto Pinochet.

O governo militar durou até o final de 1989 quando o Chile volta a eleger democraticamente o seu representante para o poder executivo. Desde então, por quase duas décadas, de 1990-2010, a coalizão de partidos de centro-esquerda chilenos – "Consertacion de Partidos por la Democracia" – governou o Chile. O último representante da coalizão foi a presidente Michelle Bachelet, uma liderança do Partido Socialista chileno e a primeira mulher eleita presidente no país.

Após um mandato de quatro anos, a Presidente Bachelet deixa o cargo em março de 2010 quando toma posse o candidato da coalizão de centro-direita eleito, nas eleições em Janeiro.

A vitória do candidato da "Coalizão pela Mudança", marcou o fim de 20 anos de governo da coalizão de centro-esquerda que nasceu como oposição emblemática ao regime militar de Augusto Pinochet. Apesar da grande popularidade da Presidente Michelle Bachelet, que chegou a atingir índices de 80% de apoio popular, o candidato governista não conseguiu transformar em votos o apoio popular e perdeu as eleições para a coalizão de oposição.

Os principais partidos políticos chilenos estão agrupados em duas grandes coalizões: 1) a coalizão de centro-esquerda "Concertacion" que inclui o Partido Democrata Cristão, o Partido Socialista, o Partido para a Democracia e o Partido Radical Social Democrata; e 2) a coalizão de centro-direita "Coalicion por El Cambio" (que substitui a anterior "Alianza por Chile"), formada pela União Democrata Independente (UDI), pelos partidos Renovação Nacional, Chile Primero e os movimentos Norte Grande e Humanista Cristão. Em 2004 o Partido Comunista chileno se uniu ao Partido Humanista e fundou a Coalizão "Juntos Podemos".

Estrutura do Estado

Estado unitário, com o território dividido administrativamente em 12 regiões e

uma área metropolitana (Santiago).

No Chile o chefe do executivo detém quase todo o controle do Estado. O presidente não somente é chefe de Governo e chefe de Estado, mas também principal legislador. De acordo com disposições constitucionais, o Executivo controla grande parte da agenda do Congresso, tendo também iniciativa exclusiva para boa parte das leis de maior importância. No Chile não se elegem as autoridades regionais e estas são dependentes do governo central. As municipalidades (subdivisões das "províncias") são administradas por prefeitos eleitos por voto popular.

O poder executivo é formado pelo Presidente, eleito para um mandato de seis anos sem direito à reeleição O Congresso Nacional é composto por duas câmaras: o Senado e a Câmara de Deputados.

Economia

A economia chilena é conhecida pelo seu alto índice de comércio internacional e por suas sólidas instituições financeiras.

As reformas econômicas implementadas no Chile desde o final da década de 80 foram uma referência para os demais países da América Latina. Nos anos 90, o crescimento do PIB chileno foi em média de 8%.

Já no final da década de 90, devido a uma grande queda nas exportações e uma rigorosa política monetária, o Chile teve crescimento econômico negativo, pela primeira vez em 15 anos, e desde então vem apresentando crescimento em torno dos 4% anuais.

O Chile sempre esteve comprometido com a liberalização do comércio. Um exemplo emblemático é o acordo de livre comércio com os EUA, implementado em 2004. O Chile é o país latino-americano com mais acordos bilaterais e regionais de comércio.

O Chile é também o maior produtor mundial de cobre – a estatal CODELCO é a maior empresa produtora de cobre do mundo com reservas acumuladas de 200 anos – e as exportações são responsáveis por 40% do PIB. Com o cobre como sua principal fonte de riqueza - a produção e exportação de cobre sozinha é responsável por um terço da receita do governo chileno – o Chile vem buscando diversificar suas exportações e diminuir sua dependência sobre o cobre. Os produtos não minerais mais importantes da pauta de exportações chilenas são frutas, pescado, produtos florestais

e vinho.

A crise econômica internacional de 2009 também atingiu o Chile que fechou o ano com crescimento negativo e apresentou índices de desemprego na ordem de 11%.

Jorge Fabián Fontoura Cairelo - Frente Ampla do Uruguai



Bom dia companheiras e companheiros do Partido Socialista Brasileiro, saudações dos frenteamplistas do Uruguai, felicitações pelo evento e agradecimentos nas pessoas de Carlos e Yara Gouveia, pelo acolhimento excelente que temos tido aqui nessa maravilhosa cidade do Rio de Janeiro. Saudação aos companheiros e países irmãos da América Latina, companheiro da China presente, e em particular ao companheiro Martin do Chile. Saudações de reconhecimento e solidariedade por esse momento difícil e dramático que vive hoje o Chile, que saberá vencê-lo; já soube vencer antes em uma das piores tiranias mundiais, a infâmia de Pinochet. Saberá igualmente vencer esse dramático momento por questões naturais.

Passo a expor sobre o que foi para nós a primeira experiência de governo nacional da esquerda na República Oriental do Uruguai. Em primeiro lugar gostaria de apresentar qual é a ideia dessa apresentação. Vou falar um pouquinho do desenvolvimento das questões políticas da Frente Ampla, que nos permitiu chegar ao governo do Uruguai e, imediatamente depois, vou passar a compartilhar com vocês o ponto de partida no qual recebemos o país em 2005, quando assumimos o governo nacional. Vou mostrar, ainda, qual foi a estratégia, o marco de trabalho que nos propusemos para enfrentar nessa realidade e, finalmente, trato muito brevemente, porque o tempo é tirano, das ações do governo e alguns indicadores de sucesso que tivemos.

No último domingo de outubro de 2004 os uruguaios elegeram no primeiro turno Aldabez Vasquez como presidente da república. Essa eleição foi um marco na história desse pequeno grande país − ele parece menor ao lado de dois gigantes que tem a seu lado, Brasil e Argentina, 5º e 8º países em extensão territorial. A esquerda unida ascendeu pela primeira vez ao poder rompendo a hegemonia dos dois partidos tradicionais, o Colorado e o Partido Nacional, também chamado Blanco.

A chegada de um governo de esquerda significou um evento de grande transcendência histórica, porque não se tratou apenas de uma mudança do elenco no governo, como havia sido dito até então pelos partidos tradicionais, mas de uma verdadeira mudança, que marcou o começo de uma etapa na qual se tenta colocar um novo projeto de país, inclusivo e democrático, centralizado no desenvolvimento

integral, no trabalho, focado no bem-estar de todos.

A Frente Ampla é um partido que centraliza a esquerda. Até os anos 50 a esquerda era representada no parlamento pelo partido socialista e pelo comunista, com expressões eleitorais bastante baixas (estamos no ano do centenário do Partido Socialista Uruguaio). No dia 05/02 começaram as primeiras tentativas de unidade no Uruguai; 1962 teve sua expressão mais nítida com a formação de duas frentes, uma chamada União Popular liderada pelo partido socialista e a outra a Frente Esquerda de Liberação, liderada pelo partido comunista.

O primeiro caso foi um fracasso eleitoral, além de político, porque os acordos não foram cumpridos e acabou gerando uma situação dramática no partido, tendo o segundo um pouco mais de sucesso eleitoral. Mas o mais importante foram as experiências que foram marcando o rumo da unidade da esquerda no Uruguai. No dia 05/02/1971 a esquerda uruguaia consolidou seu maior desejo, a Frente Ampla. "Nasceu uma esperança", dizia o discurso, quanto do primeiro ato público, em 26/03/1971.

O que outrora havia se chamado Suíça da América Latina, como diria Luis Fernando Veríssimo − uma grande injustiça com o Uruguai, porque para ele a Suíça não era um país, era uma paisagem, e no Uruguai e na América Latina, a defesa das instituições democráticas e institucionais tinha muito mais mérito − estava em uma grande crise, uma das mais agudas de sua história. A Frente Ampla é um legado das inúmeras tentativas da união da esquerda, como vimos, e também das formidáveis experiência solidárias, basicamente feito pelo movimento sindical (até hoje os trabalhadores uruguaios estão reunidos em uma única central sindical).

Desde então as forças contemplam a grande maioria dos setores progressistas do país, e no momento de sua fundação a Frente Ampla reuniu várias forças políticas, tanto dos partidos que já existiam, como os partidos socialista, comunista, democrático cristão, operário revolucionário, como setores progressistas, que provinham do partido Colorado e do Blanco. Dos dois últimos partidos, senadores como Zelmar Micheline, Silvar Nicobal do partido Nacional e Rodrigo Camacan, além dos cidadãos de setores que não eram organizados, sendo a figura mais emblemática o Gal. Líber Seregni − primeiro presidente e candidato da Frente Ampla, o primeiro Gal. do povo (coloquei o nome lembrando de um repórter do Rio Grande do Sul, que no livro chamado "Diretas Já", trazia a referência a Seregni em um capítulo com esse título).

Depois das eleições de 1971, imediatamente após a fundação da Frente Ampla,

eles se apresentam às eleições. Seregni é candidato e obtém 18% do sufrágio, uma minoria, mas expressiva, rompendo o bipartidarismo tradicional do Uruguai. Ao longo dos tempos essa quantidade foi aumentando nos certames eleitorais uruguaios. Até chegarmos em 1973, apenas dois anos depois de fundado, ainda sendo construído o nome do partido, a Frente teve que enfrentar a clandestinidade.

Os anos da ditadura militar no Uruguai foram marcados pela repressão de todas forças políticas, mais especificamente à esquerda, atingida com a prisão de dirigentes políticos, sindicalistas, agremiações, expulsão de funcionários públicos, especialmente os professores, sobre os quais recaíssem suspeita de qualquer tipo de inclinação esquerdista. Em 1984 voltamos para o caminho da democracia, sendo que nas eleições deste ano a Frente Ampla obteve 21% dos votos, apesar de sua principal candidatura, Líber Seregni, estar proscrito, depois de ser prisioneiro em condições de reclusão, em todo o período da ditadura − praticamente 11 anos de prisão.

Em 1989 a Frente Ampla teria o candidato Seregni à presidência, mas o mais importante nesse momento, talvez, tenha sido alcançar o governo departamental de Montevidéu, onde vive aproximadamente metade da população do Uruguai. Em 1994 Tabaré Vázquez encabeça a chapa presidencial pela primeira vez, e obtém praticamente 31% dos votos. Foi necessário esperar até 1999, contudo, para que a Frente fosse o partido mais votado, com aproximadamente 40% dos votos. Novamente não levamos, porque as regras do jogo haviam mudado.

Finalmente em 2004, com o companheiro Tabaré Vázquez, conseguimos 50,45% votos e chegamos ao governo nacional do Uruguai. Passamos a governar 8 dos departamentos do país, sendo que anteriormente tínhamos apenas um, o governo de Montevidéu. A legislação uruguaia não permite a reeleição e em 2009 foi eleito José "Pepe" Mujica, que esteve próximo de vencer no primeiro turno com 48 % dos votos. De todo modo construiu-se uma maioria parlamentar, vencendo em segundo turno com certa folga, correspondente a 52,03% dos votos.

Mujica foi um dos líderes do movimento guerrilheiro Tupamaro, desarticulado militarmente em 1972. Foi torturado e preso durante quase 15 anos. O Tupamaro foi admitido como agrupamento da Frente Ampla em 1979, depois de abdicar da luta armada, e imediatamente firmou o Movimento de Participação Popular - MPP, um setor que hoje tem uma grande capacidade eleitoral.

Apresentei a vocês um pouco do panorama da força política no Uruguai. Não foi uma construção fácil de governo, não foi imediata, foi um processo bastante

longo e doloroso, especialmente durante os anos difíceis da ditadura. Agora gostaria de falar um pouco do momento que foi o ponto de partida do período no qual nos encontramos, quando a Frente Ampla assume o governo em 01/03/2005 − e o faz imediatamente após uma das graves crises pela qual passou o país. Eu me lembro de conversas com uruguaios que moravam no exterior me recomendando que não valia a pena ganhar as eleições; diziam "estão em má situação e depois vão jogar a culpa em vocês, não tem saída do jeito que está".

Com relação à herança que recebemos vou citar o ministro da Saúde, que disse que é necessário levar em conta que a herança recebida não é apenas o efeito de uma única crise, mas resultado de um modelo liberal de abertura, conservador e excludente, gerado desde 1978 até 2000, e agravado apenas pela crise dos anos 2000 a 2003. Em 1998 começa esse modelo, quando a política econômica se alinha de maneira quase total ao FMI, e do elenco ministerial participavam de maneira cada vez mais crescente os representantes dos grupos econômicos mais poderosos. A crescente repressão interna foi a base, o sustentáculo do processo concentrador e excludente, que durante o período da ditadura significou o acionamento desse movimento econômico, a eliminação das liberdades políticas, sindicais e sociais.

Com o advento da democracia mudam de maneira bastante importante as condições políticas, no entanto do ponto de vista econômico trata-se de um período de consolidação das transformações do modelo de reestruturação capitalista, ou seja, não podemos jogar a culpa apenas nas crises anteriores, foi um longo processo e também um modelo esgotado − modelo que viemos para mudar, para fazer uma grande transformação, na realidade política e social do Uruguai. E é diante desse modelo que a Frente Ampla propõe um novo projeto de desenvolvimento, que iniciou com Rodrigues em 1973 e pode ser sintetizado da maneira seguinte: *aquele que consegue ver a sua estrutura e dinâmica produtiva se articulando com a sociedade, através de uma maior participação, integração e coesão social.*

Encontramos um país com um PIB muito reduzido, declínio nos últimos anos, uma dívida enorme, o segundo país com mais dívida no mundo em termos relativos − o que produzíamos em um ano inteiro não era suficiente para pagar essa dívida. Tínhamos perdido 1/3 das exportações ao longo dos últimos anos, 16% não tinham emprego, o salário real declinara ¼; pobreza assolava 1/3 da população. Essa era a realidade para a qual alguns diziam, "não peguem esse problema porque isso não tem saída" e nós decidimos encarar essa situação, enfrentá-la, porque a Frente Ampla

constituía a única reserva de esperança do povo uruguaio, o único fio de esperança dos uruguaios neles mesmos − não podíamos falhar com o povo uruguaio.

O objetivo de modelo de governo proposto consiste em nada mais nada menos do que elevar a qualidade de vida da nossa gente, e para cumprir esse objetivo entendemos que o modelo de desenvolvimento deveria incorporar sete componentes básicos.

Crescimento econômico, vocês viram a pouca riqueza, o baixo Produto Interno Bruto. Nesse momento não há possibilidade de melhorar a qualidade de vida, nem que se expanda a riqueza da sociedade, incrementando a produtividade social, mas o crescimento econômico se constitui em uma condição necessária, ainda que não suficiente por si só.

Distribuição da riqueza, e isso não pode ser apenas com discurso, palavras, deve se materializar nas condições objetivas, que tornam possível à sociedade ter acesso aos frutos desse crescimento em todo seu conjunto. Estávamos então decididos a colocar em prática um conjunto de ações claras, que contemplassem a política de salários e aposentadorias, políticas sociais e acesso às políticas públicas. A distribuição da riqueza tinha que ser muito clara e explícita.

Realização integral dos seres humanos. A ideologia dominante se expressa com força no individualismo, sucesso material, consumo, ou seja, no conceito das individualidades humanas e mercantis, e para nós essa realização plena dos uruguaios e uruguaias não passa apenas por ter e consumir. Os uruguaios têm necessidade de participar, construir, sentindo-se parte da sociedade, sentir afeto, sentirem-se protegidos, amparados, ter acesso à cultura, lazer.

Controle Nacional do processo produtivo. O nosso desenvolvimento tem que ser a partir de uma perspectiva nacional e soberana, não submetido a condicionamentos externos, portanto − a título de exemplo, seguindo o caminho do Brasil, rompemos com o FMI (oxalá nunca mais necessitemos). Nossa dívida que estava condicionada, passou a ser soberana, e passamos a ter nosso próprio destino em nossas mãos.

Desenvolvimento autossustentável. Não podemos hipotecar, resolver os problemas do presente onerando o futuro da nossa sociedade.

Liberdade e participação. Nosso modelo tem que se inscrever em um marco de criação, de participação dos cidadãos, no que fazer todo dia, e isso sempre foi levado em consideração em cada uma das medidas, nas mudanças que acontecem na cabeça das pessoas, uma cultura − criar uma cultura participativa não é uma coisa que se faça

de um dia para o outro.

O papel do estado. Com nossa estratégia de mudança, assumindo um papel forte, defendendo as empresas públicas, de comunicações, energia elétrica, água, concessionárias públicas, com monopólio do estado, que é mérito de toda a sociedade do Uruguai, o que possibilita hoje tomarmos decisões estratégicas, visto que contamos com essas empresas. No Uruguai com a Frente Ampla o estado está assumindo esse papel. Toda planificação estratégica da política nacional é um papel do estado, do governo.

Gostaria de falar sobre as ações, levaria um dia inteiro para falar delas, mas vou tentar dar uma pincelada no mais importante. Durante esse governo instituímos o conceito de salário tripartite através da Lei de negociação: conselho de empresários, trabalhadores, e a terceira parte com o estado. Todos se reúnem definindo um valor mínimo de salário, para cada tipo de salário, através de dissídios, Leis de negociação entre as partes, isso foi elevando o salário dos trabalhadores em todos os setores.

Também criamos uma Lei dos direitos sindicais. Agora para mandar embora um sindicalista você tem o ônus da prova invertido, o patrão que tem que provar que mandou embora não por ser sindicalista, para defender o sindicalismo. Era comum, ainda, que as empresas terceirizassem serviços para outras empresas explorando os trabalhadores e aquela se sentia, digamos, moralmente livre, contratando pessoas e explorando os trabalhadores, não cumprindo os direitos trabalhistas, e nós fizemos com que as empresas fossem responsáveis pelo direito desses trabalhadores.

As empregadas domésticas não tinham direitos trabalhistas, e agora têm. E parece mentira, depois de um século, a Lei das Oito Horas de trabalhadores domésticos, eles não tinham direito, e agora também os trabalhadores rurais no Uruguai tem esse direito. Os patrões diziam "Sim, mas o trabalho rural...", são muito corporativistas, com relações muito poderosas, "mas os trabalhadores rural tem uma função diferente. Vocês não entendem o que é um trabalhador rural, terminam as oito horas e tem que continuar fazendo as coisas.", e a resposta é muito clara, tem que continuar fazendo as coisas? Claro! Paguem por essas horas extras de trabalho.

As mulheres foram bonificadas por ano, pelo número de crianças até cinco anos, para cada filho, um ano a menos para se aposentar. Subsídio para a velhice, a partir dos 65 anos, para os que estão em vulnerabilidade social, e durante esse período do governo nosso compromisso é que todas as pessoas que não tivessem aos 65 anos cobertura, vão ter seguro na velhice. Estabelecemos aposentadoria para os artistas, que

não tinham esse direito, a situação dos artistas não estava regulamentada, e em respeito aos artistas nacionais também estabelecemos direitos à aposentadoria, o respeito à sua profissão. Reconhecemos o direito do estado de concubinato, que é reconhecido como direito, até para casais do mesmo sexo.

Fizemos um plano de emergência nacional. Quando assumimos havia uma emergência nacional que não era reconhecida, um de cada três uruguaios vivia em condições de pobreza, com isso tínhamos 200.000 indigentes no Uruguai. O plano de emergência foi criticado, disseram que era assistencialismo, e nós dissemos que ia durar dois anos, o mito foi derrubado, durou exatamente os dois anos, o necessário para que essas pessoas pudessem se levantar. O plano durou dois anos e deu lugar ao plano de equidade ou igualdade, com assistência alimentar, renda familiar, com cuidado de que as famílias cumpram todos os serviços e levem essas crianças à escola. Hoje elas têm programas de saúde bucal na escola, que permite essa assistência odontológica gratuita para os mais carentes.

Hospital de olhos, aqui é um reconhecimento ao governo de Cuba. Criamos o hospital com a ajuda cubana e já fizemos mais de 10.000 operações de catarata, gratuitas. Uma grande luta contra o tabagismo, com um empenho pessoal do presidente, foi o primeiro país livre do fumo, os seja, é proibido fumar nos locais públicos fechados.

Uma gestão com responsabilidade interna e externa, já falei da dívida externa, determinamos os condicionamentos e mudamos nossa dívida condicionada para uma dívida soberana; tivemos que esticar os prazos, não podíamos assumir o compromisso de todas as dívidas que recebemos. Trabalhamos os mecanismos de arrecadação, está melhor; temos mais eficiência tanto na alfândega como na receita federal. Fizemos uma reforma tributária, é uma das mais importantes, procuramos um sistema para financiar o estado sim, mas para estimular a produção e o emprego, e uma redistribuição de riqueza e de renda − tudo caracterizado pela eliminação de quinze impostos e o estabelecimento do imposto de renda para a pessoa física, coisa que não existia no Uruguai.

Reformamos a saúde, uma das grandes reformas feitas nesse período, hoje posso dizer com orgulho que todos uruguaios tem acesso a um sistema de saúde, cada vez com mais qualidade e com melhores serviços. Mamografia e Papanicolau gratuito para as mulheres, exames de gravidez gratuito, controles gratuitos para crianças de até quatorze meses.

Produzimos melhorias no transporte público e estabelecemos passe gratuito

para os estudantes do ciclo básico, ou fundamental. Aumentamos em 43% o salário da polícia e pela primeira vez permitimos que a polícia fosse sindicalizada. Criamos mesas locais de convivência aos cidadãos para deixar a sociedade mais próxima da polícia. Começamos a ver o problema terrível da emergência carcerária, superpovoamento das prisões e a questão dos direitos humanos. Sim, no Uruguai os direitos humanos nas prisões são violados porque as condições são inumanas e queremos encarar isso da forma mais rápida possível. Porém foram anos onde população carcerária aumentou em 70%, naquela política de mão dura em relação à segurança: aumentou 70% a população carcerária, mas nem um peso a mais foi dado para sustentar esse sistema.

Também uma antiga reivindicação dos docentes: 4,5% do PIB é destinado à educação. Prometido e cumprido. Foi universalizada a educação básica para crianças de 3 a 4 anos. Obrigatória educação física nas escolas; educação sexual e o ensino da história recente, coisa que não era ensinada no Uruguai. 300.000 alunos e 180.000 professores hoje têm cada um o seu computador, esse é um dos grandes triunfos de repercussão do nosso governo e hoje podemos dizer com orgulho que cada criança da escola pública no Uruguai tem seu computador e com isso uma janela para o mundo da informação, o novo século.

Também críticas foram feitas ao novo sistema, mas eu só vejo uma qualidade, cada um desses computadores tem uma biblioteca inteira de livros, essa é uma grande qualidade, e só com essa grande qualidade já mereceria que cada criança tivesse seu computador. Finalmente a Lei de descentralização, a reforma mais importante politicamente. Temos uma terceira instância de governo, as pessoas nos municípios estão legislando.

O PIB aumentou de US$ 13 bilhões para 32 bilhões e o PIB per capita aumentou de US$ 4 a 9.000, antes tínhamos perdido 20% do PIB, nós aumentamos 35%. Na campanha política diziam, os empresários vão embora se votarem na Frente Ampla, o capital vai fugir do país, e a prova do contrário está aqui, nunca se investiu tanto no Uruguai como agora. A dívida passou de 114% para 63% do PIB. O desemprego foi de 16% em 2003 para 7,9% em 2008 e, em março desse ano, posso garantir que está em 6,3%. O desemprego continua declinando e os salários aumentaram, mesmo diante da crise global − fomos um dos poucos países no mundo onde o emprego e salário aumentaram. A pobreza diminuiu, caiu para 20% e estamos comprometidos em trabalhar para diminuir pela metade e terminar de uma vez por todas com a indigência.

Dois ditadores, *Gregorio Alvarez* e Juan María Bordaberry, estão presos, mas

acreditem, mereceram isso.

Para finalizar minha apresentação, um pensamento: "A utopia já está no horizonte. Aproximo-me dois passos e ela se afasta dois passos. Caminho ainda dez passos e ela ainda se afasta outros dez passos. Por mais que ande jamais alcançarei a utopia. Para que serve a utopia? Para que continuemos caminhando."

O Uruguai em números



Nome oficial: República Oriental do Uruguai

Chefe de Estado: Presidente Tabaré Vasquez (desde 2005 - término do mandato em Março de 2010)

José Mujica (Presidente eleito nas últimas eleições em Novembro de 2009, ele tomará posse em 1º de Março de 2010)

Partido no Poder: Frente Amplio (coalizão de centro-esquerda)

Capital: Montevidéu



População: 3,36 milhões (ONU, 2009)

População urbana: 92,5 % (PNUD/HDR 2009)

Expectativa de vida: 76,1 anos (PNUD/HDR 2009)

Taxa de alfabetização (pop. acima de 15 anos): 97,9% (PNUD/HDR 2009)

População abaixo da linha de pobreza (US$2,00/dia): 4,2 % (PNUD/HDR 2009)

PIB: 32,18 bilhões (US$ - 2008)

PIB per capita: 9.610 (US$ - 2008)

IDH (posição no ranking): 50º (PNUD/HDR 2009)

Principais produtos da pauta de exportação: carne, arroz, produtos de couro, lã e suas manufaturas, peixes, produtos químicos e têxteis.

Principais produtos da pauta de importação: petróleo e derivados, maquinaria industrial pesada, produtos químicos, veículos automotores, papel, plástico.

Idioma oficial: Espanhol

Principais religiões: Católica

Visão Geral

O Uruguai apresenta altas taxas de alfabetização, grande classe média urbana e distribuição de renda relativamente equitativa.

Em 1828, o Uruguai tornou-se um Estado independente. O presidente Jose Batlle y Ordoñez que governou o país no início do século XX estabeleceu as bases para o desenvolvimento político, econômico e social do Uruguai a partir de diferentes reformas nos três setores, muitas delas seguidas pelos governantes que o sucederam. Em 1973, após um período de crescente instabilidade econômica e política, as forças armadas fecharam o Congresso Nacional e deram início a um regime civil-militar. Em 1980, após ter sua proposta de nova Constituição rejeitada, as forças armadas iniciaram um plano de retorno ao regime civil. Em 1984 foram realizadas as primeiras eleições democráticas após a intervenção militar.

O representante do partido Colorado, Julio Maria Sanguinetti, foi eleito por duas vezes nesse retorno à democracia – o primeiro mandato de 1985/1990 e o segundo de 1995/2000 –, quando colocou em prática uma série de reformas econômicas estruturais, incluindo privatizações e uma maior liberalização do comércio. A economia cresceu durante quase todo esse período, entrando em recessão no final da década de 90 até o ano 2003, devido à queda no preço das commodities e dificuldades nos principais mercados que tradicionalmente compravam os produtos uruguaios.

Os partidos tradicionais uruguaios - Colorado e Blanco - dominaram a cena política uruguaia até o início dos anos 2000, quando, em 2004, a coalizão de centro-esquerda "Frente Amplio" venceu as eleições presidenciais. Durante a década de 90, também, o Uruguai foi o país fundador do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul – em 1991.

O primeiro presidente eleito pela coalizão "Frente Amplio" foi Tabaré Vásquez, para um mandato que durou de 2005-2010 e, nas últimas eleições, em novembro de 2009, foi eleito outro representante da aliança de centro-esquerda, José Mujica, para mais um mandato de cinco anos que se inicia em março de 2010. Ex-integrante do grupo guerrilheiro MNL-Tupamaros, José Mujica é o primeiro ex-guerrilheiro a ser eleito presidente na América do Sul

No Uruguai, hoje, os partidos políticos se agrupam da seguinte maneira: 1) "Frente Amplio", coalizão de centro-esquerda que inclui o Movimento de Participação Popular, Partido Nuevo Espacio, Alianza Progresista, o Partido Socialista, o Partido

Comunista, e a Vertiente Artiguista; e 2) no outro espectro político, mais voltado à centro-direita, estão os tradicionais Partido Colorado e o Partido Nacional ou "Blanco" que ao longo de quase 170 anos da história do Uruguai se alternaram no poder (até 2004) e por vezes se uniram em governos de coalizão.

Estrutura do Estado

O poder executivo é chefiado pelo Presidente da República. O Presidente é o chefe de Estado e o chefe de Governo, eleito para um mandato de cinco anos, não podendo concorrer à reeleição. O Vice-Presidente, eleito na mesma chapa do Presidente, exerce também as funções de Presidente do Senado e Presidente da Assembléia Nacional.

O Parlamento (Assembléia Nacional) é composto por duas câmaras: o Senado e a Câmara de Representantes, com membros eleitos por voto popular.

Economia

A economia uruguaia caracteriza-se por um setor agrícola voltado para a exportação, uma força de trabalho bastante qualificada e altos índices de gastos sociais.

Após um período de crescimento econômico em torno dos 5%, na segunda metade da década de 1990, o Uruguai enfrentou uma queda na atividade econômica no início dos anos 2000 devido, principalmente, aos efeitos dos problemas econômicos enfrentados pelos países vizinhos Argentina (crise econômica de 2001) e Brasil (desvalorização da moeda em 1999).

2002 foi o pior ano de crise econômica e financeira no país, marcado por uma queda do PIB, crescimento das taxas de desemprego, inflação e um grande aumento da dívida externa. Após ajustes macroeconômicos e a reestruturação da dívida, o Uruguai retoma o crescimento em 2004, registrando taxas em torno de 8% no período de 2004-2008.

A economia uruguaia permanece nos dias de hoje dependente dos setores agrícola e de serviços. Os setores agrícola e agro-industrial compõem 23% do PIB e representam mais de dois terços do total de exportações. Os principais produtos da pauta de exportação são: carne, arroz, produtos de couro, lã e suas manufaturas, madeira, produtos químicos e têxteis.

Apesar das privatizações que ocorreram nos últimos 10 anos, o Estado continua

a desempenhar papel central na economia uruguaia e comanda total ou parcialmente empresas dos setores de água, energia, telefonia, refinamento de petróleo, serviço postal, ferrovias, entre outros.

Leonilda Zurita - MAS - Bolívia



Muito obrigado, irmão Carlos Siqueira da Fundação João Mangabeira, e irmãos da América latina, irmãos da Federação da Bolívia, da convenção política, irmão Senadores, irmãos chineses que estão conosco, irmãos Deputados, Senadores do Partido Socialista do Brasil. Gostaria de começar agradecendo e dando minhas saudações revolucionárias em nome do nosso presidente Evo Morales. Bom dia a todos irmãos e irmãs.

Irmão Carlos agradeço o convite e gostaria de entregar-lhe com todo carinho do nosso movimento socialista e como bartolinas, estamos festejando 30 anos da nossa fundação, e também ao aprovar nossa constituição política, temos uma reunião histórica sobre a construção de um novo estado plurinacional, temos essa documentação com fotografias, e a nossa bandeira pela unidade dos povos. Igualdade para todos.

Desde os movimentos sociais e da esquerda contra o capitalismo temos muitos desafios pela frente e também marcos, e para nós em particular há o desafio de estarmos eleitos agora pela segunda vez. Os movimentos sociais fundamentaram nossos movimentos políticos. Para nós do movimento social na Bolívia, antes dos anos 80 ou 85, éramos um braço orgânico defensores dos irmãos, e com um decreto o movimento social dos mineiros foi anulado, mas chegamos a fundar o movimento dos produtores de coca e cocaleiros, que ajudaram na eleição.

Era delito, crime, ter coca, a folha sagrada, mas nós temos aqui a coca para compartilhar. Os capitalistas diziam que a coca era a responsável direta pela cocaína. Isso não é cocaína, é uma planta tradicional medicinal. Era crime ter uma plantação de coca, mas para nós como povos, aglutinamos todos os plantadores de coca do país por um decreto, e os que não têm terra por causa das secas e geadas, nós ficamos naquele lugar, nós como mulheres, e também pela coca, aprendemos muito, a melhor escola é a organização sindical, e graças à coca estamos agora onde estamos.

Não trouxe muitos documentos, mas tenho impresso na própria carne tudo isso. Pela defesa da coca perdemos muitas vidas, mulheres sem pernas, homens sem olhos, braços, viúvas e viúvos, crianças perdidas, mortas, graças à repressão, à injustiça, as mulheres também começaram a se organizar. Nós dizíamos, temos um braço orgânico,

mas temos que ter um braço político. Eles não lutavam contra os narcotraficantes, lutavam contra nós que tínhamos as plantações. Nossa luta não foi em vão. Dissemos, a partir dos protestos vamos passar para as propostas. Quando fundamos o movimento político em Santa Cruz, em 27/03 propusemos um plano, tomar o poder local, departamental e nacional.

Dentro disso, em 1995 começamos a escolher os melhores para serem prefeitos, só conseguimos três prefeitos e vinte e cinco vereadores, e nas eleições gerais dissemos, temos que ter uma voz no parlamento, e que até agora nos representa, tinham cento e trinta deputados, e só tínhamos quatro. Evo foi eleito com 97,3% dos votos como deputado, foi o deputado mais votado na Bolívia. Quatro contra vinte e sete era muito pouco, não dava para fazer muito, às vezes é difícil ou crime defender direitos humanos, ou a igualdade. Em 2002 Evo Morales foi expulso, mas nós como movimento social continuamos nos organizando e mobilizando, fazendo bloqueios, marchas pela paz. Nós mulheres do trópico, em 18 de janeiro chegamos à La Paz, porque na nossa área não havia liberdade, não podíamos nos manifestar, tampouco éramos respeitadas.

Em 1999 tivemos eleições municipais e nacionalmente só tivemos onze prefeitos e oitenta e um vereadores, mas em 2002 tivemos um bloqueio, porque estávamos defendendo a coca, nós tínhamos que ter uma participação na posição da coca, mas nunca tivemos isso. Em 2002 houve um ataque aos supermercados, nós temos dezessete mercados sob o domínio militar, e onde vamos vender nossa coca então? Nossos mercados foram fechados. Fomos a Cochabamba, mas foi uma briga, uma repressão, muitos mortos e feridos, presos cinco mulheres e setenta dirigentes seguidores de Evo; ficaram cinco mil pessoas na prisão durante um mês, e nós descansávamos na prisão, como eles diziam. Evo foi expulso.

Em 2002 as eleições gerais. Nós dissemos: dos quatro deputados vamos conseguir dezesseis ou dezoito. Vamos pouco a pouco. E diziam para nós, temos que fazer alianças. Não podemos fazer aliança com os partidos neoliberais, porque eles estão manchados com o sangue dos nossos camponeses. O resultado dessa eleição, dos cento e trinta, vinte e sete deputados, dez senadores, mas infelizmente ninguém estava acreditando nesse processo conduzido por nosso irmão presidente.

Em 2003 tivemos o conflito do gás e conseguimos expulsar as forças por causa do massacre contra nosso povo. O Vice-presidente assumiu com dois pontos na agenda, primeiro convocar a constituinte, e segundo a nacionalização dos hidrocarbonetos, do petróleo. Em 2004 eleições municipais, cento e cinquenta e três prefeitos e

quatrocentos e cinquenta e dois vereadores, e em 2005 Eduardo assume: nas eleições de 18 de janeiro, começamos democraticamente a derrubar o neocapitalismo liberal, e o povo boliviano sepultou os partidos neoliberais com 53,9%, quase 54% dos votos para eleger o presidente Evo Morales. Dos cento e trinta deputados conseguimos setenta e dois, senadores só conseguimos doze contra quinze da oposição, desses doze, um de Sucre, outro de Santa Cruz, e viraram a casaca, foram para a oposição, nos traíram. Ficamos só com dez senadores, dezessete contra nós, eles não nos permitiam governar, mas na Câmara sim tínhamos maioria, e adotamos um plano de governo, não de cima para baixo, como dirigentes, mas elaborado com todos movimentos sociais, com participação do povo, e hoje temos a Central Operária Boliviana consolidada, com propostas do povo boliviano, propostas para o Presidente chegar a um consenso nas propostas de governo.

Em 2005 diziam: se Evo for presidente não vai haver nem solidariedade, nem economia, nem apoio, mas nós agradecemos muito ao irmão Lula, presidente do Brasil, ao nosso irmão da Venezuela Hugo Chaves e ao comandante Fidel Castro, que incondicionalmente nos apoiaram em vários programas. Na questão da dívida externa, por exemplo, houve avanços: cada criança que nascia já devia US$700, e agora graças à governança a dívida caiu para US$400 para cada criança nascida, ainda assim nosso irmão Presidente continua trabalhando.

Desse trabalho resultou uma constituição política do país, aprovada, com uma marcha histórica, por isso dizemos que temos um braço orgânico e já temos um braço político, e os dois juntos trabalham como marido e mulher, e nossos deputados e senadores estão lá no parlamento, falando e marcham nos movimentos sociais para aprovar, e é o povo soberano que decide o seu destino. Para nós o nosso programa, na assembleia constituinte em 2006, dos 255 eleitos, dissemos que metade tinha que ser homem e metade mulher. O irmão presidente merece nosso agradecimento, quando dizia que as mulheres são necessários para a luta, que a luta dos homens somente não é suficiente para liberar nosso povo, e por isso temos uma presidente que elaborou a constituição política do estado, nossa irmã Silvia.

Depois de fazermos essa eleição tivemos um plebiscito. Evo disse, "não há nenhum problema, se o povo disser que tenho que sair, saio, se disser que tenho que continuar governando, continuarei". O resultado foi que em 10/08/2008 os que tinham feito essa proposta de revogação do presidente foram revogados, temos quatro da oposição que já foram derrotados, dos oito prefeitos mantivemos cinco, mas nessas

revogações nosso presidente eleito, que tinha sido eleito com 54% dos votos ratificou sua eleição com 63% dos votos. O povo confirmou essa eleição e a nossa constituição política do estado foi aprovada pelo povo com 62% de votação. O povo está de acordo com a constituição política do estado, que foi promulgada em fevereiro de 2009.

A tarefa que temos pela frente, o caminho que devemos percorrer, é o caminho do socialismo comunitário. Todos na Bolívia, como povos indígenas, querem um estado plurinacional. Somos contra a corrupção, e temos um partido hoje cujo presidente está na prisão. O segundo inimigo é a comunicação, porque a comunicação dos grandes capitalistas e empresários privados é feita por eles, para eles.

Nosso presidente Evo Morales, conversando sempre com as mulheres − nós somos as fundadoras desse movimento político − está conduzindo essa revolução democrática e comunitária para viver bem, o que não quer dizer que quero comer carne, ter uma bela casa, ter uma boa cama, não é isso viver bem, mas sim que todos, ricos e pobres não sejam discriminados, não tenham ódio, não haja luta, que sejamos todos iguais.

Na Bolívia em 2006 com certeza havia muito ódio, muita discriminação, éramos chamados de macacos, havia ódio, com desprezo, mas o índio presidente é um mestre, que dá uma aula a todos que não souberam governar, está dando uma aula e isso para nós é um exemplo, como mestre, como professor catedrático de uma universidade, nosso irmão Presidente está mostrando como se deve governar. Servir o povo e não servir-nos do povo. Ouvir o povo para governar e não governar impondo, repreendendo com os meios da militarização.

Havia muitas coisas que foram feitas para derrocada de Evo Morales. Não sabiam como fazer. Tínhamos o problema da inflação, todos pecuaristas, produtores de arroz, açúcar, óleo, se reuniram e diziam "daqui a um mês ninguém leva produto ao mercado" e as mulheres saíram a protestar dizendo "Culpa do Evo, ninguém tem comida", mas fracassaram nessa tentativa, a autonomia foi solicitada e agora existe na constituição política.

Pediram também que o Palácio do governo, a Câmara dos deputados e o poder legislativo fosse levado para outro lugar, queriam uma capital do poder, e perderam também essa tentativa. Eles não sabiam como conseguir dividir nossa mobilização na região oriental e eles procuravam meios para nos dividir, e fomos tratado de traidores, vendedores da pátria, o massacre de Pando, foram coisas que aconteceram, mas conseguimos permanecer unidos, e todo movimento destinado para a Santa Cruz

acabou acontecendo em Pando, e lá foi feito um grande massacre. Fizeram muitas e muitas coisas para tentar o fracasso do processo das mudanças, mas esse processo do povo, nosso, nós somos as fundadoras, o povo, e o irmão presidente faz pelo povo, porque pertence aos movimentos sociais.

É por isso irmãos e irmãs, que nesse novo estado plurinacional, no Senado, temos 47% de mulheres, na Assembleia, que antes era a Câmara de deputados, temos 32%. Ainda existe algum machismo, também há muito apoio dos homens, mas o irmão Evo Morales disse que nos Ministérios temos dez mulheres ministras, dez homens, isso para nós também é uma conquista, mas não é suficiente. No futuro talvez tenhamos doze ou vinte mulheres ministras, mas estamos defendendo que as mulheres também estejam preparadas.

O grande desafio que temos hoje é que para assumir o poder, já temos o poder, Câmara, Senadores, Deputados, mas ainda temos que chegar aos municípios, e vamos ter eleições para Governador em abril. Temos vinte e duas prefeituras, dos trezentos e vinte municípios, mas estamos avançando, e isso nos dá coragem e energia. Não somente estamos cumprindo a paridade nacional, mas estamos chegando mais além, quem sabe no futuro vamos chegar mais, é um passo que podemos conseguir.

Por isso irmãos e irmãs, a direção nacional do MAS, na direção do povo presidido pelo irmão Evo Morales, com nosso Vice-presidente, e eu que sou da diretoria, estamos todos unidos. O importante nos movimentos sociais é a unidade dos povos, da América Latina, e do mundo. Unidos vamos conseguir a liberação nos libertando do capitalismo, se não nos unirmos, o capitalismo e o neoliberalismo vão continuar nos destruindo. Hoje mais do que nunca a Bolívia está unida, somos a raiz, os soldados da revolução democrática e não há como reverter esse processo. Em 23/12/2009 nós tivemos essa data histórica do poder do povo para o povo. Nossos irmãos da América Latina e do Brasil, o importante é a unidade, solidariedade, complementaridade, para todos juntos conseguimos a libertação dos povos.

Muito obrigada e boa tarde.

A Bolívia em números



Nome oficial: Estado Plurinacional da Bolívia
Chefe de Estado: Presidente Evo Morales (desde 2006)
Partido no Poder: Movimento ao Socialismo (MAS)
Capital: La Paz (capital administrativa)

População: 9,86 milhões (ONU, 2009)
População urbana: 66,5 % (PNUD/HDR 2009)
Expectativa de vida: 65,4 anos (PNUD/HDR 2009)
Taxa de alfabetização (pop. acima de 15 anos): 90,7% (PNUD/HDR 2009)
População abaixo da linha de pobreza (US$2,00/dia): 30,3 % (PNUD/HDR 2009)
PIB: 16,67 bilhões (US$ - 2008)
PIB per capita: 1.723 (US$ - 2008)
IDH (posição no ranking): 113º (PNUD/HDR 2009)
Principais produtos da pauta de exportação: gás natural, soja, petróleo, zinco.
Principais produtos da pauta de importação: produtos do petróleo,plástico, papel, aviões e componentes de aviões, alimentos processados, automóveis.

Idiomas oficiais: Espanhol, Quéchua e Aymara
Principal religião: Católica



Visão Geral

A Bolívia declarou independência da Espanha em 1825 e nos quase dois séculos seguintes passou por diversos golpes e contragolpes de Estado. O Estado democrático de direito se estabelece muito recentemente, mais precisamente em 1982 e desde então os governantes têm tentado enfrentar um cenário social de extrema pobreza e profunda desigualdade social.

Entre 2003 e 2005 a Bolívia passou por um período de profunda instabilidade política e tensões entre a elite econômica e política do país e diferentes movimentos sociais.

Em dezembro de 2005, o líder do partido Movimento ao Socialismo (MAS), Evo Morales, foi eleito presidente. O primeiro representante indígena a ocupar o posto de Chefe de Estado e Chefe de Governo na Bolívia, eleito com um programa de governo cuja base residia no combate às políticas neoliberais adotadas no país nos anos anteriores.

As políticas propostas pelo governo de esquerda que se estabelece na Bolívia, a partir dessa data, fazem parte de um processo político e econômico que vem se desenvolvendo na América Latina desde o final da década de 90, quando se percebeu que o modelo neoliberal não conseguira proporcionar a esses países padrões de produção, consumo e qualidade de vida semelhantes aos existentes nos países desenvolvidos.

Desde o início de seu governo o presidente Morales vem adotando políticas no campo econômico e social que envolvem a retomada do controle estatal sobre a produção de riquezas do país, com o que se vem criando o esteio material, social e político que tem permitido combater a pobreza e a desigualdade social. Nesse sentido, em 2006, o governo decretou a nacionalização da exploração de petróleo e gás natural e convocou todas as empresas multinacionais do setor que atuavam no país para renegociarem seus contratos com o governo. Com essas medidas buscou devolver ao Estado o controle do setor de hidrocarbonetos, responsável por mais de 50% das exportações do país.

Cumprindo outro ponto importante de seu programa de governo, o Presidente Morales, já em 2006, garantiu a aprovação de lei convocando eleições especiais para uma Assembléia Constituinte, que elaboraria uma nova Constituição para o país. Após longo processo, passando por negociações entre diferentes setores, discussões e aprovações junto à Assembléia Constituinte e um referendo popular, uma nova

Constituição foi aprovada em janeiro de 2009.

Em dezembro de 2009, o presidente Evo Morales foi reeleito com ampla vantagem e seu partido obteve maioria na câmara legislativa.

Estrutura do Estado

Dentre outras mudanças significativas, a Constituição de 2009 fortalece o Poder Executivo, determina uma maior centralização nos processos de tomada de decisões políticas e econômicas e estabelece novos poderes e responsabilidades às estruturas administrativas nos níveis regional, municipal e departamental, além de criar as chamadas "áreas indígenas autônomas".

O poder executivo é exercido pelo Presidente por voto direto e eleições nacionais. Os ministros de Estado, por sua vez, são nomeados pelo presidente.

A Assembléia Plurinacional (antigo Congresso Nacional) é formada por duas câmaras: a de deputados e a de senadores. Do total de 130 membros da Câmara dos Deputados, 70 são eleitos por voto direto, 62 por lista partidária e 8 escolhidos nas áreas indígenas especiais.

Economia

Após a grave crise econômica que a Bolívia enfrentou no início da década de 80, diferentes iniciativas de reforma econômica ao longo da década de 90 buscaram estimular o investimento privado, impulsionar o crescimento econômico e reduzir as taxas de pobreza. A Bolívia testemunhou nesse período, assim como muitos países da América Latina, a adoção das medidas neoliberais de reforma e crescimento econômico. Começando pela privatização de empresas públicas e passando por reformas na legislação para a atração de investimento externo.

A adoção de tais medidas agravou problemas já existentes, de tal forma que a Bolívia ainda é um dos países mais pobres e com maior desigualdade social na América Latina, em que pese demonstrar traços de mudança nesse cenário desde o início do século XXI. Esta tendência vem se intensificando com as políticas econômicas e sociais adotadas desde 2005 pelo governo de Evo Morales. Dados de 2007 indicam, contudo, que aproximadamente 30% da população estão abaixo da linha de pobreza − 2,00

dólares/dia, metodologia adotada pelas Nações Unidas −, ocupando o 113º lugar no Índice de Desenvolvimento Humanos (PNUD/HDR-2009).

O setor de hidrocarbonetos, como já mencionado, desempenha papel central na economia boliviana. A Bolívia tem a segunda maior reserva de gás natural da América do Sul. A produção industrial representa quase 37% do PIB boliviano e, além da extração de hidrocarbonetos e minérios, tem como outros importantes setores o de manufaturados, têxtil, químico, refinamento de petróleo e processamento de alimentos.

O setor agrícola, por sua vez, representa 12% do PIB boliviano e os principais produtos do setor são: soja, algodão, batata, milho, cana-de-açúcar, arroz, trigo, café, carne e quinua.

Interações com o plenário

Martin Machuca – Chile. Não peguei a primeira pergunta, eu estava sem fone de ouvido. Da segunda, como partido, foi uma das reflexões que tivemos, sem dúvida nenhuma temos que repor o valor da militância, do trabalho do militante como ponto central, a institucionalidade do partido para que os companheiros possam expressar suas ideias. Não pode haver uma elite entre nós e é o que vem acontecendo, impedindo que nossos companheiros se expressem (do ponto de vista ideológico). Hoje uma das grandes dificuldades do nosso partido é que justamente houve um declínio nesse afã de fazer parte do estado, desligando-se das preocupações diárias. Há várias propostas, por exemplo, que os futuros militantes do partido, que terão uma representação pública, digamos, deveriam ser eleitos a partir de eleições primárias dentro do partido, pelos seus méritos, e não impostos por determinados grupos, e também, esses mesmos militantes que representarão o partido devem prestar contas do seu trabalho, do seu desempenho político para a sociedade. Ocorreu que por vezes nosso militante que tem representação política, no fim das contas, não estão a serviço do partido, mas o partido está mais a serviço dele, seus interesses, aí tem uma anomalia bastante séria. Acho isso essencial.

Outra coisa, por exemplo, é que todos os membros tem que dar conta dessas responsabilidades no dia a dia. Os dirigentes nacionais, regionais, e municipais, todos, uma vez eleitos, devem prestar contas de seus trabalhos, e é o que disse, isso no nosso partido não está ocorrendo. Resumindo, como resolver esse problema é essencial para que o partido possa se desenvolver. Nessa linha o militante, a presença do seu trabalho é fundamental, e o partido dentro dessa estrutura de institucionalidade, dar os passos para que isso possa ocorrer. Isso será de grande valia e temos que levar isso para o Comitê central, e sem dúvida nenhuma será o assunto das eleições.

Fabián Fontoura – Uruguai. A pergunta tem a ver com a participação política na Bolívia e no Uruguai, se entendi bem. Alguma referência foi feita anteriormente com relação à participação popular, e alguma das medidas também que devem promover esta participação.

A participação popular tem sentido em primeiro momento, a partir de que entendemos o próprio fato de dar melhor qualidade de vida para as pessoas e atender muitas necessidades, como de fazer parte de alguma coisa, do país, no caso, e, portanto,

participar significa a possibilidade de construir, em conjunto, conosco, e não apesar da gente. A participação traz vantagens para qualquer tipo de administrador, pelo menos elimina a possibilidade de que as pessoas saiam à escura dessa administração, porque ninguém está isento dentro de seu partido, que força política, administração, tenham interesses que não sejam os altos interesses da sociedade e consequentemente, a participação popular é um obstáculo para os interesses pessoais, a corrupção, e questões erradas da administração pública.

Dizia anteriormente que esse tema da participação é cultural, foram muitos anos fazendo com que as pessoas não participassem, fazendo que as decisões estivessem nas mãos de um grupo mais restrito, não havendo possibilidade de questioná-las, porque isso seria uma dificuldade para esse grupo do poder. Trilhamos esse caminho tentando desenvolver a participação em todos os hábitos, em tudo que fosse possível, na educação, com uma nova Lei na educação (hoje os professores escolhem seus representantes, é uma forma de participar no governo, para o esquema da produção do ensino).

Na reforma da saúde que fizemos tivemos o cuidado de que a direção da saúde representasse os funcionários e os próprios usuários do sistema de saúde. Os usuários, quer seja uma entidade privada ou pública, têm direito hoje de eleger seus representantes em um Conselho, que se debruça nessa questão.

Falei a respeito da segurança. Nós não demos os passos que gostaríamos, para que as pessoas possam se aproximar da polícia. Cada delegado e cada policial, por seu lado, tem a obrigação na sua região de se reunir com sua sociedade, discutindo os temas de segurança de igual para igual, e isso não foi muito bem entendido. Alguns delegados de polícia acharam que era uma ordem para que fizessem isso e conforme os locais, agem com sentidos diferentes, convocam empresários para que eles possam apoiar do ponto de vista econômico a delegacia. Isso é uma tradição antiga, fazer com que a sociedade possa apoiar economicamente, mas não é exatamente esse sentido que queríamos dar.

Como dizia em todos os lugares estamos tentando promover a participação popular, e às vezes temos problemas com nosso próprio partido. Essa é uma mudança que temos que empreender. É muito importante a resolução dos dissídios dos salários, por exemplo. Hoje os trabalhadores participam das discussões em seus sindicatos e os empresários também, resolvendo os litígios trabalhistas no âmbito das negociações. De maneira bastante sintética a participação popular é um aprofundamento da

democracia, uma radicalização da democracia, e em segundo lugar me parece que é uma tarefa já não do governo, mas do próprio partido, trabalhando para aproveitar as áreas de participação.

Andrés Gusmán – Bolívia. Primeiramente gostaria de assinalar que, antes dos anos de 93 e 95, as organizações sociais tinham uma luta contra o capitalismo, neoliberalismo, que acabou provocando as organizações sociais matrizes existentes até hoje, como a Confederação Nacional de Camponeses da Bolívia e as mulheres indígenas e comunidades culturais organizados no país. Tomamos a iniciativa de organizar e fundar um braço político das organizações, que se chama instrumento político para união dos povos, Movimento ao Socialismo - MAS, fundado e criado em função de uma luta mobilizada pelas organizações sociais. Nasceu não apenas um instrumento político vazio, mas para um movimento socialista, com propostas de construção de um novo estado, desconstruindo o neoliberalismo, e por essa razão hoje queremos entender e transmitir essa mensagem para a América Latina e para o mundo.

Na Bolívia hoje estamos em pleno processo de mudança, desconstruindo o neoliberalismo e as diferenças sociais. E da pergunta feita pelo irmão: antes das organizações fazíamos protestos contra o neoliberalismo e agora fazemos isso com propostas. Então, há participação das organizações sociais estruturadas de baixo para cima, hoje temos um consenso de propostas de Lei, sendo uma delas, histórica, a formatação de uma nova constituição política do estado e da nova Assembleia Constituinte, quando instalamos na capital, e desde então na Bolívia, as organizações sociais integradas e formadas por camponeses, indígenas originários, homens e mulheres, para constituição dessa nova Lei aqui, a nova constituição do estado.

Isto não apenas fica aqui, mas está em pleno processo de mudança na Bolívia, e agora é o momento de consolidar isso, a partir dos movimentos das organizações sociais, com propostas de Leis que marquem as amarras da nova constituição do estado, essa Lei mãe. Assistimos não apenas ao governo atual em quatro paredes, não é apenas o governo atual que faz Leis apenas para os intelectuais, mas queremos fazer Leis no nosso País, propostas a partir das bases, das nossas organizações, povoados, as aldeias mais esquecidas, os povos excluídos.

A mensagem que hoje transmitimos para as organizações indígenas, para os camponeses, a classe pobre, os trabalhadores, comprometidos com seu povo, é defender a mãe terra, defender o meio ambiente, e dar um seguro agrícola ao irmão produtor

camponês, empresário, de maneira com que respeitem a justiça social, respeitando aquilo que é a economia comunitária e o pluralismo político. Essa é a proposta das nossas organizações. Nós vimos o quão importante é a participação das organizações nos grandes Congressos e isso nós organizações clandestinas, como as Bartolinas, encabeçaram esse estado plurinacional a partir das nacionalidades, não apenas a partir das organizações, mas também das nacionalidades, e temos representantes, como os afros descendentes que participam no governo atual. Muito obrigado.

Zurita Vargas – Bolívia. Em relação ao papel da mulher camponesa e indígena nas mudanças. O papel importante primeiramente é ter conseguido nossa constituição política e hoje a tarefa que temos pela frente é poder cuidar, como uma mãe, desse processo de mudanças, buscando a justiça social com equidade e total transparência. Como mulheres, somos responsáveis pela liberação dos nossos povos, responsáveis por essa transformação da república da Bolívia, para um estado plurinacional, mas com consciência feminina, de mulheres, e com a esperança da mudança, e dos nossos povos.

A outra pergunta, relativa às mudanças do modelo neoliberal. Primeiramente, sempre digo muito obrigado ao neoliberalismo, aos presidentes neoliberais, aprendi nessa luta como mulher. Dissemos, basta de exclusões, disso e daquilo, da exploração dos nossos irmãos e irmãs e que sejamos deixados de lado pelos neoliberais. Sim, nossos povos foram enganados, por dinheiro, uma pré venda, nos traziam coca, álcool, um kg de arroz, um kg de açúcar, para conseguir, também nos davam presentes. Nós dizemos, os neoliberais mandavam candidatos de cima para baixo, e hoje nós, de baixo para cima. Elegemos nossos candidatos, e isso nos traz a possibilidade de eleger um bom líder, dando possibilidade para nós mesmos.

O voto, um castigo para o neoliberalismo. A ruptura do neoliberalismo foi o voto, porque temos a consciência do povo e hoje fomos eleitos e também nos incluímos, aos artistas, intelectuais, viemos do campo e da cidade, claro, não somos nem intelectuais nem profissionais, mas sim temos uma estrutura orgânica e política, que nossos irmãos da cidade, os profissionais e intelectuais conhecem as regras jurídicas, e nós estruturados política e organicamente podemos defender esse processo do campo hoje.

A outra pergunta, o que se espera do futuro? Bom, para nós mulheres, primeiramente, temos a constituição política do estado que foi aprovada, promulgada, e a questão dos nossos direitos − historicamente éramos excluídas como mulheres.

Antes disso, nós mulheres só sabíamos eleger, não sabíamos como ser eleitas, e hoje temos aqui todos direitos, educacionais, políticos, saúde. A terra antes, por exemplo, compravam um terreno marido e esposa, somente agora o título de propriedade também é emitido em nome da mulher, da esposa, e temos esse futuro.

De que forma consolidá-los? Temos mais de cem Leis, artigos, e de que forma podemos implementar isso na constituição política? Isso está sendo feito não apenas pelo nosso irmão, o Presidente, mas propostas são feitas também pelos movimentos sociais, consolidada com as comissões, o Presidente, e acaba sendo promulgado nas bases políticas e acreditamos que, para nós mulheres, esse processo é muito importante − processo de mudanças e consolidações, da solidariedade, a própria consciência do povo.

O povo não mais se deixa enganar, essas mentiras que nos contavam no passado, hoje não tem mais isso, há muita consciência do povo, a consciência do povo acabou derrotando o neoliberalismo, apesar que ainda continuam lutando, mas não há problema, a consciência do povo acaba libertando a Bolívia e a própria América Latina..

Acho que essas outras oito perguntas que tenho anotadas podem ser respondidas em conjunto. Que falta para a união dos nossos povos na América Latina? Primeiro acho que é a consciência dos povos, dos presidentes, porque hoje em Cancun não temos os EUA e o Canadá, mas temos nações unidas com os povos e os presidentes que vão trabalhar. O que é o socialismo comunitário? Para nós é criar um modelo político – com todos os países da América Latina –, onde tenhamos como lema viver bem, solidariedade, complementaridade, respeito à mãe terra.

Nós como mulheres somos partes da via campesina, então temos que fazer um convite aos irmãos, depois do fracasso de Compenhagem, nossa mãe terra fracassou. Agora nosso irmão Evo Morales está convocando uma cúpula em defesa da terra e nós também, como mulheres, temos que nos colocar pela segurança alimentar e convidamos todos para participarem dessa cúpula. Onde estivermos temos que ajudar o clima; e a mãe terra, se nós mulheres não cuidarmos, quem cuidará dela?

A mãe terra nos deu vida e nós como mulheres temos que cuidar dela, e temos um site para participar dessa cúpula, e juntos, reciprocidade, complementaridade e solidariedade. Como podemos enfrentar a imprensa dominada pela direita? Estamos sempre nos organizando e lutando nos movimentos sociais e junto ao governo, ouvindo o povo. O governo deve fazer isso. Nós, nossos irmãos, os repórteres dos

canais de TV, não são os responsáveis, os responsáveis são os empresários dos grandes meios de comunicação, os donos, temos que trabalhar com eles, fazê-los escutar, e queremos agradecer nossos irmãos da China e Japão, pelo foguete que vai lançar um satélite de comunicações. É um apoio solidário que os irmãos da China nos facilitaram, agradecemos muito a eles, teremos rádios e canais comunitários, informando as verdades, não as mentiras, porque é claro a imprensa é sempre parcial e por isso temos que ter esses meios, já temos alguns, e canais de TV também, que sejam comunitários.

A outra questão, o capitalismo tem garras? Sim, estou inteiramente de acordo, é como um polvo, que tem tantos braços, atinge tantos países e lugares, no entanto na Bolívia começamos a lutar, a luta deve ser permanente, militante e orgânica, começamos por expulsar do trópico a USAID *(United States Agency for International Development)* e antes de chegar ao governo, como organizações, estávamos lutando contra os militares e presidente neoliberais e hoje a luta é entre irmãos civis e o nosso presidente decidiu expulsar o embaixador norte-americano. Claro que isso fez com que houvesse a tropa de choque, porque eles pagavam cem, duzentos bolivianos para nos obrigar a beijar o chão de joelhos, mas conseguimos expulsá-los. Não temos mais ingerências, temos que reivindicar a soberania dos nossos povos, lutar por ela.

Outra pergunta, como estamos distribuindo a terra para os trabalhadores? Antes a terra era para quem tinha dinheiro, com a reforma agrária feita em 1952 foram distribuídas terras sem água, em barrancos, impossíveis de serem cultivadas, mas hoje temos uma divisão e a terra é de quem trabalha. Fizemos um referendo para saber se daríamos 10 ou 5000 ha para os proprietários de terra. Temos muita terra e foi decidido que seriam apenas 5000 ha distribuídos para pecuaristas e proprietários. Antes eles tinham 25 ha por vaca, e as mulheres diziam: puxa devemos ser vaca para ter esses 25 há! As vacas tem mais do que nós. Agora as terras são do estado e são distribuídas para quem não tem terra, estamos dando direito de propriedade para os que não têm e retirando daqueles que não cumprem sua função social.

Também temos uma pergunta de como o socialismo pode ser aplicado. Nós estamos começando a aplicar o socialismo, primeiro compartilhando o pouco que temos − solidariedade em todas as esferas. Nos solidarizamos com nossos irmãos do Chile e do Haiti: as bartolinas receberam um prêmio porque oferecemos US$1.000 para eles, para que nossos irmãos tivessem algo. Hoje eles, amanhã eles farão por nós: a isso chamamos de solidariedade comunitária ou socialismo comunitário, e também nosso lema é compartilhar com o governo.

Fizemos a nacionalização dos combustíveis fósseis e agora fazemos a distribuição dos benefícios, temos renda vitalícia para os mais velhos, avós e avôs. O governo pensou nos mais velhos, dando duzentos bolivianos/mês aos anciãos, avós e avôs, por quê? Porque eles já trabalharam de sol a sol, os melhores produtos eram vendidos nos mercados e os piores ficavam para eles comerem, então eles têm direito a essa renda vitalícia.

Também temos programa para as crianças, na área rural se não houver dinheiro eles não são enviados à escola, mas pela constituição política é obrigatório que eles vão à escola, antigamente só os homens estudavam, as mulheres não. O homem tem que estudar, porque não vai ficar grávido e a mulher se vai para escola acaba ficando grávida. Então tem que ficar em casa cuidando das vacas e das ovelhas. Não, nossa constituição hoje obriga a educação, tanto de homens como mulheres, não só no ensino fundamental, mas o ciclo básico também, e as crianças têm que ir para a escola, estamos começando isso, com uma anuidade.

Também socialismo significa compartilhar o pouco que temos, não apenas com os anciãos e crianças, mas também com as mulheres: depois da gestação, até os dois anos da criança, a mulher tem um subsídio para que possa cuidar da saúde da criança e possa fazer um controle pré-natal.

Finalmente, como as mulheres se organizam? Bom, posso lembrar um pouco, posso repetir aqui, graças à injustiça, repressão e aos golpes e pancadas, isso nos obrigou a nos organizarmos. Agora a constituição política me dá essa segurança, mas antes não tínhamos isso, foi pela repressão que nos vimos obrigadas a nos organizar. Na minha casa não tem porta e nem janela, é uma cabana, os policiais entravam a qualquer hora, quando queriam, e quantas das mulheres foram vítimas de violência sexual. Se você tem filhos, tem que ficar com os filhos e se não tem você é vítima da violação sexual. Antes só os homens marchavam, se manifestavam no sindicato. Quem tinha que vir era o marido, não a mulher, mas hoje, devido a tantas injustiças, e tudo o que as mulheres passaram, é importante haver organização. Quando comecei a participar da Executiva, quando fui Presidente do Chapare, mudamos as estratégias. Antes se o homem tinha o braço machucado, ou se tinha a perna quebrada, mesmo assim era golpeado, mas e a mulher, ela não dá a vida também sangrando? Sim, então agora mudamos a estratégia, as mulheres seguem a frente e os homens atrás, quando os militares chegam com suas correntes, paus e fuzis, nós é que nos apresentamos, aí o militar já perde um pouco a raiva, e já não tem tanto ódio para bater, bate um pouco

mais docemente, embora bata, mas se os homens estivessem na frente batiam com raiva, ódio, e acabavam com os homens. Nós mulheres derramamos sangue dando à luz, mas quando um homem derrama sangue é porque está sendo machucado, e então nós mulheres nos organizamos nas comunidades e temos comunidades, províncias regionais, departamento e regional, do menor para o maior, nessa estrutura, apesar de tudo que aconteceu nos últimos anos, desde 94.

Houve a pergunta, como é que vocês formam líderes? Não quero comentar isso porque realmente nossos líderes estão sendo dizimados, sempre queremos que os melhores sejam eleitos, se apresentem para as eleições comunitárias, provinciais, municipais, e estatais, e não tínhamos mulheres, queríamos ter mulheres secretárias para redigir a constituição, depois da formação da assembleia conseguimos ter uma grande participação feminina. Nós também queremos experiência do partido socialista para saber como continuar formando líderes, nossos líderes já foram, depois do dia 04/04 temos um grande desafio porque temos cinco anos novamente para formar e preparar líderes, não para ser como agora só temos uma única governadora. Queremos ter dos nove departamentos pelo menos cinco mulheres governadoras, então, temos que prepará-las. Dos trezentos e trinta e sete municípios, queremos cem prefeitas, então é um desafio, e não é para amanhã, é um processo, mas é preciso ter consciência, às vezes as mulheres são egoístas, machistas, ruins, invejosas: por que ela, por que sempre ela?

Como digo, a grande inimiga da mulher é a própria mulher, a grande machista é a mulher, não o homem. Ainda temos falta de uma consciência entre as mulheres porque temos ainda traidoras entre nós, temos uma mulher do campo, formada por nós, graças ao apoio de Cuba e Venezuela; ela fez um programa, e aprendeu a ler e escrever, entrou para a política, agora está na Assembleia.Também votou a constituição, claro que existem mulheres que são ambiciosas, querem outras coisas, e essa mulher passou para a direita. Não podemos nos trair. É o que queria comentar com vocês.

Tem outra pergunta, qual a relação entre desenvolvimento político comparado com o Brasil. Vou passar a palavra para meu irmão para ele responder essa parte.

Andrés Gusmán - Bolívia. Como falou nossa irmã Leonilda é um sistema de estado político socialista no qual basicamente há complementaridade, solidariedade. Depois de um longo processo a Bolívia começa a ver um pouco mais longe, no horizonte, como podemos consolidar essa integridade, solidariedade, não só com os

povos da Bolívia, mas com os países da América Latina. Não aceitamos fronteiras, nosso socialismo, para nós é a igualdade dos trabalhadores, dos pobres, unidade dos povos, dos homens e mulheres que foram explorados, marginalizados, unidade e força, e a consulta popular do povo, para consolidar uma verdadeira mudança.

Acredito que isso é integrar, e a ajuda para os povos indígenas de origem. Não há fronteiras e o governo socialista também não deve ter fronteiras, mas uma cooperação internacional, com cooperação mútua entre países e estados. Isso vai fortalecer. Se o sistema anterior de governo neoliberal apenas ensejava as repúblicas e isso provocou enfrentamento entre os países, queremos dizer basta, vamos apostar em um sistema socialista no qual possamos nos integrar. Não é só a América Latina mas o mundo, é a visão que temos hoje, e que queremos demonstrar a partir da Bolívia para a América Latina e para o mundo todo.

Muito obrigado.

Martin Machuca – Chile. Estamos em um processo de buscar os motivos, as razões e explicações que possam dar conta da situação em que nos encontramos, no entanto, também gostaria de dizer que a diferença da direita hoje. Nessa última eleição foram de três pontos, ou seja 220.000 votos. Não é que as pessoas nos deram as costas para ir para construir outro modelo, muito desses 220.000 votos expressam esse mal-estar com relação ao nosso sistema político, aos nossos representantes, e programas que não tiveram muito sucesso para conseguir cativar. Então talvez, tenha faltado um pouco de utopia como dizia nosso companheiro, um programa que pudesse mostrar o que falta fazer, os passos para dar.

Acho que de fato, sim, chegamos ao poder pela grande importância que tiveram os movimentos sociais na década de 80, especialmente os movimentos sindicais e populacionais, e a utopia era para recuperar a democracia, no entanto nesse processo o que fizeram as forças, ou seja, os movimentos sindicais, o movimento populacional? No fim das contas os grupos de poder fizeram suas negociações para chegar no poder, não com os representantes dos grupos sociais, mas sobretudo com os setores políticos que no momento da abertura começaram a se desenvolver. De alguma forma esse processo se esgotou com esse movimento e confiou que esses setores políticos queriam levar adiante esse processo. Acho que fizemos um pacto de transição política no âmbito constitucional simplesmente conservador - muito do conteúdo que apresenta a Constituição é antidemocrático, não é fruto de uma assembleia constituinte como

a experiência boliviana por exemplo. Um grupo de iluminados tomou uma decisão e criou um sistema político, pensando que se perdesse o poder conseguiriam mantê-lo, porque tinham esses enclaves dentro da constituição.

Nesse processo que durou 20 anos tentamos modificar essa constituição política, mas não de maneira substancial. É fato que eliminamos algumas questões, como os membros das forças armadas, o comandante chefe que passava a ser automaticamente um senador designado – o presidente do supremo também era nomeado como senador. Então para esse mecanismo da direita e das forças militares, os políticos daquela época, tentaram impedir processos como os que ocorreram mais adiante, de acusação da violação aos direitos humanos, e aí avançamos.

No entanto, gostaria de dizer algumas coisas substanciais. Essa construção estabelece que as Leis orgânicas institucionais são as que mudam as bases da organização política, que o país requer, 4/7, 2/3 ou até 3/5 do parlamento para que possam ser modificados. No sistema binominal de eleições de fato sempre há um empate, portanto não temos dentro do parlamento, essa foi a opção tomada, as maiorias necessárias de forma a levar adiante essa reforma para aprofundar a democracia.

Como outra explicação, havia tanta coisa premente quando assumimos o poder no país, que muitos desses assuntos da utopia foram ficando um pouco mais para trás. Recebemos o país com 30% de pobreza e hoje temos um índice de 13%, o desafio foi alcançado, e esse esforço realmente significou deixar de lado assuntos que são mais ao fundo, para serem resolvidos.

Dizer também como resposta que tivemos capacidade de levar adiante o real processo da descentralização do estado, ou seja, que hoje em dia dentro da estrutura do estado chileno, que é bastante centralizador, temos a região, as comunas ou municípios, e o único que pode ser eleito democraticamente depois de presidente é o prefeito em nível local. O intendente, que também é um tipo de prefeito da região, os vereadores regionais atuam como um tipo de parlamento em caráter consultivo. Portanto trata-se de uma estrutura vertical do estado, de cima para abaixo, que afogou, digamos, as demandas, solicitações, que ocorrem na base da sociedade.

Da mesma forma, não é uma coisa que fizemos, estava aí, nesse processo todo vocês entenderão que o movimento social foi se desencadeando, inclusive muitas decisões importantes ou que tinham a ver com o problema das pessoas foram resolvidos a partir do nível do estado, lá de cima para baixo, sem a participação das pessoas afetadas. É um fato. Desenvolvemos muitos programas inovadores para resolver o problema

da pobreza, mas isso foi feito a partir de um escritório, dentro de quatro paredes, no centro da cidade de Santiago, e como novidade, digamos, nos últimos tempos estamos fazendo orçamentos participativos nas comunas, na municipalidade.Não tínhamos nada vinculante, são plebiscitos no nosso imaginário político, portanto, temos uma outra razão a mais, e como fazemos parte de uma Concertação política, de vários partidos, todos têm que ter um equilíbrio, um consenso interno, para depois então representar diante da cidadania (obviamente muitas ideias potenciais vão perdendo o sentido e a sua própria força, uma vez que vão se desenvolvendo no plano político).

No aspecto político temos um sistema eleitoral antidemocrático, não tem relação proporcional entre o voto, por exemplo, em uma determinada região em relação a um voto em outra região. Vou explicar: para eleger senadores no nosso país, eles são eleitos por circunscrições, na cidade de Santiago, por exemplo, há duas, ou seja mais ou menos meio milhão de habitantes, eleitores, votam em um senador, e a 10ª região, como um exemplo qualquer, 30.000 pessoas conseguem eleger um senador. Há aí, portanto, um desequilíbrio enorme, e está presente também o próprio fato que o sistema proporcional, no fim das contas, o sistema binominal, estabelece que os partidos políticos e coalizões, são eles que têm a possibilidade de obter um trunfo na eleição.

Independentemente de como está estabelecido o regulamento,o pelo percentual que cada candidato tem de atingir, é impossível como independente chegar a ter uma pessoa dentro de uma lista. Então ocorre que, no fim das contas, preste atenção nisso, os partidos, incluindo nosso partido também − primeiro o partido de coalizão nesse esquema, e também o da direita − entram para disputar as cotas. E essa é a primeira disputa, que ocorre dentro do partido, e no caso do partido socialista, que tem intendências, forças diferentes, a discussão é mais política, é como colocar esse candidato aqui, nesse lugar, e eu como setor, dentro do meu partido, tento colocar a maior quantidade possível de candidatos eventuais, e a segunda negociação ocorre aí. É feita dentro da Concertação, onde cada um dos partidos políticos, de acordo com seus percentuais do ponto de vista eleitoral.

Finalmente, em alguns casos, o nosso caso foi menor, mas em muitos dentro da coalizão, no objetivo de fazer com que o potencial candidato chegasse à vitória, se elegia não em função do mérito, político ou do que desenvolveu o candidato durante a sua história, mas em função de garantir sua vitória e aí temos artistas, atores de teatro, pessoas com certa presença na mídia, porque isso garante a vitória, e também temos

pessoas importantes, ou mesmo os que foram eleitos por nós e por fim viraram as costas, deixando a coalizão para trás. Portanto, nesse esquema, nós fomos perdendo a base social, o apoio, todo o esforço empreendido feito dentro do governo central, através das lideranças nos últimos tempos, da liderança da Presidente, nesses últimos tempos. De fato há uma tese que circula em Santiago de que essa eleição não foi nem a Presidente, nem o governo que perdeu, mas foram os partidos políticos que perderam.

Quais são os desafio que temos hoje? Acho que o diagnóstico que todos temos que ter, sem exceção, inclusive dentro dos outros partidos, da Concertação, é que se não voltarmos para o povo, às bases, é muito difícil de reverter essa situação. A necessidade de novas lideranças, mas também a necessidade de novas formas de fazer políticas, com as pessoas, com participação, escutando suas demandas, propostas. Eu precisei fazer porta a porta, e isso é bom quando se vai ganhar, mas dessa vez tive que fazer porta a porta onde claramente a classe política chilena perdeu bastante prestígio. Essa é a verdade, a opinião geral das pessoas é que os políticos nunca aparecem depois que ganham o voto e não ficam com as pessoas para brigar, mas ficam resolvendo seus problemas de maneira política. Acho que o grande problema está aí, tem que fazer, mas saber fazer, e isso também é midiatizado, porque temos um governo de direita, que está na mídia. Não sei como vamos fazer, porque hoje não temos nenhum meio na mídia, um meio crítico de comunicação, onde possamos divulgar nossas ideias e informar, debater, não temos, e isso não pode acontecer, é realmente algo dramático hoje em dia.

Não podemos negar, também, quando se desenvolvem ideias hoje em dia os principais centros de produção de ideia pertencem à direita, como o Instituto Liberdade Desenvolvimento, Centro de Estudo Público, e assim por diante. Nesse âmbito da liberalização a direita construiu universidades muito poderosas, que levaram nossos pensadores, e dão para eles os cargos importantes nessas universidades, então temos essa grande tarefa pela frente para desenvolver.

Para concluir, dizendo que as pessoas não viraram as costas, temos que continuar o legado de Michelle e o capital político que isso representa, porque temos certeza que com ela vamos conquistar de novo o poder, com a liderança que ela emprega, mas também é certo que isso será possível, na medida em que consigamos ter um processo que reencante as pessoas, que fale de uma utopia, e dar passos para que continuemos avançando, porque três pontos percentuais não é muito, não é? É bem pouco, então tenho fé, e me lembro do discurso que Allende que fez em La Monera. Eu tenho fé que vamos reconquistar o poder novamente.

Muito obrigado.

Fabián Fontoura – Uruguai. Queria saudar o companheiro Vagner Machado, prefeito da minha querida cidade Santana do Livramento. Tinha uma pergunta do professor Tenóbio de Cariacica-ES, em espanhol. É possível que agora com a Frente Ampla o Uruguai retome o caminho que conquistou a coroa nos anos 60? Olha, o Uruguai conquistou nos anos 50, foi uma copa do mundo... brincadeira essas coisas só acontecem uma vez na vida... ou duas.

Creio que estamos no caminho, o *slogan* da campanha nacional foi "Por um país de primeira". Nós queremos ser país de primeiro nível, mas na nossa concepção de desenvolvimento integral.

Como funciona a Frente Ampla? Essa é mais complexa e não vai dar tempo de explicar. É metade com coligação de partidos políticos, e outra metade de movimentos das bases. Sou Diretor da Frente Ampla, não pelo meu querido Partido Socialista, senão eleito pelas bases da Frente Ampla. Metade da direção vem da coalizão, coligação, eleições internas, representação proporcional de cada partido e a outra metade é eleita nas bases, comitês de base como são chamados. Não podemos nos enganar, esses comitês hoje são muito influenciados pela ação dos partidos, e muito debilitados na ação política. O pessoal tem construído novas formas de intervir em política e temos que nos atualizar, é uma dívida dos partidos políticos com a sociedade.

Outra pergunta, sobre o MERCOSUL. O MERCOSUL é a plataforma da relação internacional do Uruguai. Colocamos todas nossas fichas, ainda que promovamos relações internacionais e acordos bilaterais com outros países no mundo − muitas vezes porque o MERCOSUL não abre as portas para nós. Não gostamos de ser um nanico chorando para os grandes, mas temos que entender que há uma assimetria muito grande em países como Brasil e Argentina com os países pequenos (a escala do Brasil favorece amplamente o Brasil e debilita o Uruguai, nesse tipo de relacionamento). Então, se não considerarmos essa questão, para nós é impossível uma maior integração, mas temos avançado, nessa questão da assimetria, nessa questão que discutimos agora principalmente com a criação do Fundo de Convergência Econômica do MERCOSUL; avançamos em muitas questões bilaterais, especialmente com o Brasil: acordos em matéria de saúde, em trabalhos conjuntos, e algumas ações do Ministério de Relações Exteriores, reconhecendo a situação de uma população fronteiriça, que vive a realidade dos dois países.

Tínhamos também um grave problema com a Argentina, ao longo de todo esse período; uma ponte ligando Uruguai-Argentina permaneceu fechada por manifestantes argentinos, questionando a instalação em território uruguaio de uma fábrica de celulose. Comprovamos que a fábrica cumpre os requisitos do meio ambiente. Contamina? Tudo contamina, qualquer ação humana contamina. A questão é contaminar dentro de parâmetros aceitáveis internacionalmente, o problema é o que se joga no rio, do outro lado. Temos comprovado isso uma ou outra vez, mas a irracionalidade dos manifestantes, cortando a comunicação tem gerado esse problema, que ainda está sem solução. O governo argentino também tem sido completamente omisso. Atuou, com seu Tribunal de Controvérsias, e disse que deveriam abrir a ponte, mas não respeitaram a resolução do Tribunal.

Para nós o MERCOSUL segue sendo nossa vinculação internacional, a América Latina, segue sendo nosso principal objetivo internacional − a pátria Grande, como falamos. O Mujica disse agora ao assumir "Essa é uma relação até que a morte nos separe", mas não podemos encontrar esse tipo de situações em que, quando é beneficiado um país grande deve ser cumprido, e quando beneficia um país pequeno o grande não assume sua responsabilidade.

Obrigado.

Experiência de governo socialista chinesa



Wang Jialei, representante do Partido Comunista da China

Companheiros do PSB, Carlos Siqueira, estimados representantes dos partidos, irmãos do Chile, Uruguai, Equador e Brasil, companheiras e companheiros, boa tarde. É um grande prazer para mim e meus colegas podermos assistir a esse Seminário pelo convite do PSB.

Desde o fim do século passado as forças de esquerda da América Latina subiram ao poder, um país após outro como na Venezuela, Brasil, Bolívia, Equador. Durante esses anos os governos de esquerda e centro-esquerda conseguiram fatos notáveis na economia nacional e no desenvolvimento da melhoria de vida do povo, e desenvolveram de maneira ativa sua relação com a China, fato que é para nós objeto de grande satisfação. Nas apresentações durante esses últimos dias conhecemos ainda mais os postulados e sucessos dos governos dos partidos que os senhores representam, e nos inspiraram profundamente suas experiências. No ano passado, que coincidiu com o 60º aniversário da nova China, os povos das diversas etnias da China fizeram uma série de celebrações, incluindo o majestoso desfile no dia nacional da China. Para esse seminário preparamos a exposição fotográfica de celebração da nova China, que está exposto lá fora. Sejam bem vindos para conhecer um pouco mais a respeito do nosso país.

Vamos explicar brevemente as conquistas do nosso partido no governo. Fundou-se a nova China no dia 01/10/1949 e mais tarde estabeleceu-se o sistema político básico do socialismo, assentando-se sua base econômica na propriedade pública e pondo fim à espúria e sombria história de ser vítima de humilhações, frequentes guerras, fragmentação e miséria do povo. Nos trinta anos que se seguiram, por meio da implementação de quatro planos quinquenais, nosso país estabeleceu um sistema preliminar relativamente completo de indústrias e da economia nacional. Durante esse período nosso partido, à frente do povo, adquiriu alguns conhecimentos correspondentes às realidades nacionais e à lei objetiva, acumulando experiências

de grande valia. Ao mesmo tempo frustrou o isolamento, bloqueio, intervenção e a provocação por parte das forças invasoras, estabelecendo relações amistosas com muitos países, criando relações favoráveis para construções pacíficas.

Durante esse período as melhorias para o povo, por diversas causas, não foram tão notadas, como o período da reforma e da abertura. Aliás, cometemos não poucos erros, como o grande salto à frente e a revolução cultural, que causaram graves prejuízos ao partido, à nação e ao próprio povo. No entanto, notamos mais progressos e avanços naqueles trinta anos do que em centenas e milhares de anos anteriores. Por exemplo, entre 1952 a 1978 o PIB aumentou aproximadamente de 82 milhões de yuan para 364.500 milhões de yuan e o PIB per capita subiu de 119.000 yuan a 361.000 yuan. No mês de dezembro de 1978, na 13ª sessão plenária do 11º Comitê Central do Partido, tomou-se a decisão histórica de transferir o centro da gravidade do trabalho do partido e do estado para a construção econômica e aplicar a política de reforma e abertura para o exterior.

Nos últimos trinta anos abandonamos o sistema soviético de economia planejada, rompemos o monopólio completo da propriedade pública e do sistema de distribuição segundo o trabalho. Implantamos o sistema de mercado socialista, mantendo o predomínio da propriedade pública e do sistema de distribuição de acordo com o trabalho, conservando assim a propriedade de todo o povo e a propriedade coletiva, como base do sistema econômico socialista e a economia social, como força predominante e o seu pilar.

Depois dos trinta anos da reforma e da abertura, a fisionomia do povo, da China socialista e do nosso partido logrou mudanças históricas. A economia passou para a terceira posição mundial; a pobreza absoluta diminuiu de 250 milhões em 1978, passando para os 14.790.000 em 2008. A vida do povo passou da insuficiência de vestuário e alimentos para um nível modestamente cômodo no seu conjunto.

Durante esses 30 anos, diante das vicissitudes das situações internacionais e das árduas tarefas da reforma, nosso partido defrontou-se com calma perante uma série de acontecimentos e eventos internacionais, que envolviam a soberania e a segurança nacional, superando as diversas dificuldades e riscos políticos, econômicos e naturais. Quer sejam os acontecimentos drásticos da Europa oriental, o desmantelamento da URSS, sua grave desordem política interna; quer sejam catástrofes naturais como inundações, terremotos de grande gravidade, nevascas; quer sejam as crises e a atual crise internacional, nosso partido e nosso povo conseguiram superar com grande valor

e continuam avançando sem titubear. Hoje, a partir do novo momento histórico, é de grande importância olharmos em retrospectiva para os 60 anos de governo, resumindo as experiências com relação à consolidação e desenvolvimento do socialismo na China, que se efetivou com base nos seguintes princípios.

Primeiramente persistir no desafio fundamental de servir ao povo com todo coração, manter firmemente o poder estatal nas mãos do povo. A história dos 60 anos comprova que o destino do povo está estritamente ligado ao fortalecimento da nação e à prosperidade das causas socialistas. Neste período consolidamos a posição governante do partido, com total respeito ao protagonismo do povo e à direção unificada do partido, estando o povo na condição de dono do país e a governança do país submetida à Lei. Desta forma abrimos um caminho de desenvolvimento político, que mostra plenamente a essência de um país socialista e ao mesmo tempo coloca em evidência a superioridade do sistema socialista. Persistir em criar o partido pelos interesses públicos e governar pelo bem do povo, de forma a exercer o poder para o povo, nos manter sempre vinculados em buscar os interesses a favor do povo: temos aqui o núcleo de nossas experiências nos 60 anos.

Segundo, persistir nas teorias básicas do marxismo, e ao mesmo tempo torná-lo chinês, emancipar a mente, buscar a verdade dos fatos e avançar no nosso tempo com avaliações teóricas, com base nas práticas, de forma a modernizar o socialismo. O marxismo é o pensamento e guia fundamental para nosso partido e nossa nação. Contudo, apenas quando esteja estritamente ligado às realidades nacionais, às características da época, e que se enriqueça na prática o marxismo poderá orientar melhor a *práxis*. A chave do êxito e abertura do nosso país consiste em termos persistido na teoria básica do marxismo e o termos tornado chinês a partir das práticas, com o passar do tempo. Ter formado o pensamento do marxismo a partir da contemporaneidade chinesa, que inclui a teoria de Deng Xiaoping, o pensamento da tríplice representatividade, e a concepção científica do desenvolvimento − assim demos dinamismo ao pensamento da China contemporânea.

Terceiro, captar a contradição social principal da etapa primária do socialismo. Tomar o desenvolvimento como tarefa principal do partido. Nos concentrarmos inteiramente na construção e nos dedicarmos de corpo e alma para buscar o desenvolvimento, de forma a conseguirmos um desenvolvimento sadio e rápido da economia. Nosso partido chegou à conclusão científica que nosso país ainda se encontra, e se encontrará por longo prazo, na etapa primária do socialismo, e formulou

a linha fundamental para essa etapa, ou seja, unir todas as etnias do país, tornar como elo central a construção econômica. Persistir nos quatro elementos básicos, ou seja, persistir no caminho socialista, na direção do partido socialista, na democracia popular, e no marxismo leninista e na reforma e abertura. Nos apoiarmos na nossa própria força, lutar arduamente de modo a construir um país socialista, moderno, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso. Nessa etapa a contradição social principal está entre a crescente construção material e cultural do povo e as atrasadas forças produtivas sociais, de forma que nossa tarefa fundamental consiste em libertar e desenvolver as forças produtivas sociais e melhorar continuamente a vida do povo. Persistiremos para sempre nessa linha fundamental do partido, sem vacilarmos de forma alguma, tanto na mente como na ação. Nunca voltaremos mais ao velho caminho obsoleto e jamais nos perderemos.

Quarto, combinar a persistência no sistema fundamental do socialismo com o desenvolvimento da economia de mercado. Por em jogo a superioridade desse sistema e a eficiência do mercado na alocação de recursos. É o socialismo que está fazendo nosso partido estar à frente do nosso povo, portanto, é necessário manter o predomínio da propriedade pública e o sistema de distribuição de acordo com o trabalho. Ao mesmo tempo devemos explorar as instituições e os mecanismos que possam emancipar e desenvolver as forças produtivas sociais, permitir que o trabalho e o conhecimento, o saber, a tecnologia, a administração e o capital, em todas suas formas, lutem por dar seu vigor, e que todas as fontes de criação da riqueza social possam chegar a sua plenitude. Nos empenhamos em estabelecer e aperfeiçoar o sistema de economia mercado socialista, por em jogo o papel fundamental do mercado na alocação de recursos, promover o estabelecimento do sistema moderno de direito à propriedade e do sistema empresarial moderno, ao mesmo tempo em que especificamos e aperfeiçoarmos a regulação e o controle macroeconômico por parte do estado, de forma a superar os defeitos intrínsecos do mercado e promover um fortalecimento vigoroso e sadio da economia nacional.

Quinto, aplicar a concepção científica do desenvolvimento e promover desenvolvimento socioeconômico coordenado, que foi formulado partindo das realidades do nosso país na etapa primária do socialismo, depois de resumir nossas práticas e assimilar as experiências de outros países. A concepção científica do desenvolvimento tem a sua primeira acepção essencial no desenvolvimento, cujo núcleo está na consideração do ser humano como fato primordial, a exigência básica na

integridade, a coordenação e a sustentabilidade, e seu método fundamental na atuação como uma visão de conjunto. Para materializar a harmonia social faz-se mister assumir a construção econômica como tarefa central e desenvolver de forma enérgica as forças produtivas sociais, com o objetivo de criar uma base material sólida para a harmonia social. No entanto, o desenvolvimento econômico e o aumento do volume total da riqueza social não levam naturalmente à harmonia social, se unicamente enfatizamos o crescimento econômico, deixando de lado o desenvolvimento social. Não apenas vamos acrescentar desequilíbrio ao desenvolvimento socioeconômico e o desenvolvimento econômico tampouco será sustentável. Para acelerar o desenvolvimento econômico e a harmonia social é imperativo atribuir mais importância ao equilíbrio social, tratar de modo adequado as relações entre crescimento econômico e a distribuição de renda, aperfeiçoar continuamente o sistema de seguridade social, distribuição de renda, educação pública, transferência de pagamentos, perseverar em uma política ativa de empregos, enfatizar o crescimento de melhores serviços públicos básicos à população rural e urbana de baixa renda.

Em sexto lugar, saber lidar corretamente com as contradições entre nós e o nosso inimigo, e dentro do povo, elevando continuamente a capacidade de neutralizar as contradições no meio do povo, a fim de salvaguardar os interesses gerais da reforma, o desenvolvimento e própria estabilidade. O camarada Mao Zedong levantou criativamente a dedução famosa de identificar e tratar adequadamente as contradições antagônicas no povo e levou ao tratamento bem sucedido de contradições do povo, como o tema principal da vida política nacional. A partir da 3ª plenária do XI Comitê Central, o nosso Partido tem distinguido de maneira rigorosa as contradições, que têm sido tratadas de forma adequada para garantir a feliz marcha da reforma, abertura e a modernização, unindo todas as forças que podem ser unidas. Ao mesmo tempo nosso Partido vem acumulando novos conhecimentos e experiências para tratar corretamente as contradições entre o povo, persistindo em colocar o homem em primeiro lugar, promover a construção social, destinada principalmente a melhorar a vida do povo, perseverando na tomada de decisões científicas, democráticas e justas, coordenando e cuidando dos interesses de todas as partes, incentivando a criatividade e plenitude da sociedade, a fim de maximizar a convivência harmoniosa dos fatores sociais.

Em sétimo lugar, consolidar e melhorar a liderança do partido e impulsionar de modo oportuno a reforma e o sistema de direção da inovação e governar o país em uma base científica, democrática e de acordo com a Lei. Após a proclamação da Nova

China nosso Partido estabeleceu um sistema de assembleias populares, a cooperação multipartidária e consulta política sob a liderança do Partido Comunista da China, a autonomia regional das minorias étnicas, entre outros sistemas de base. A partir da 3ª. Sessão Plenária do XI Comitê Central, nosso partido vem coordenando a reforma dos sistemas econômicos e políticos, melhorando a gestão e forma de governo, salientando que a liderança do partido encontra-se em grande parte na política, nas questões ideológica e organizacional.

Em oitavo lugar, persistir na liderança absoluta do partido sobre o exército e a finalidade principal do exército popular. Liderança absoluta do Partido sobre o exército é determinada pelo caráter do país socialista e é uma parte inalienável do sistema político do socialismo com características chinesas. Nesses 60 anos, o Exército Popular de Libertação implantou sua excelente tradição de "obedecer o comando do partido, servir ao povo e lutar com coragem e habilidade", superou todas as provas, ganhou muitos méritos, sempre mantendo o caráter de "O exército do Partido, do povo e do país socialista" e tornou-se um forte pilar da República. O Exército Popular de Libertação fez contribuições importantes para salvaguardar a soberania e segurança nacional, apoiar todos os tipos de construção do Estado, realizar as tarefas urgentes, perigosas, duras e pesadas, e defender a vida e a propriedade do povo e da estabilidade social. O Exército Popular de Libertação se mostrou ao mundo como um poderoso exército, civilizado e pacífico na manutenção da paz internacional.

Em nono lugar, elevar continuamente a capacidade de coordenar a função de trabalho da situação nacional com o da internacional, combinando a persistência com a independência, e autodeterminação com a participação na globalização econômica, a fim de contribuir para a nobre causa da paz e do desenvolvimento da humanidade. O destino da China é cada vez mais ligado ao mundo. O desenvolvimento de nosso país não pode ser separado do mundo e vice-versa. No mundo de hoje não se pode desenvolver com portas fechadas. A história da Nova China nos 60 anos tem sido uma história que acabou com a diplomacia de humilhação da China antiga. Ao mesmo tempo em que se persiste na independência e autodecisão e se opõe à intervenção das forças externas em nossos próprios assuntos, bravamente participamos na globalização econômica, intercâmbios e cooperação com todos os países do mundo, com base no princípio da coexistência pacífica e continuamente ampliamos a abertura para o exterior. Tomamos como referência as conquistas das civilizações humanas e impulsionamos o patrimônio da globalização econômica, com equidade do benefício mútuo e o lucro

compartilhando. Sempre brandindo a bandeira da paz, desenvolvimento e cooperação, aproveitando-se do entorno internacional pacífico, salvaguardando a paz mundial através do nosso desenvolvimento.

Em décimo lugar, persistir em aumentar a capacidade de governo do Partido e promover a sua natureza avançada. Temos ciência que a natureza avançada e posição do partido no poder não são permanentes ou imutáveis. Ser avançado no passado não implica estar agora avançado e muito menos para sempre possuir tal condição. Para cumprir a missão confiada pelo povo e pela história nosso Partido deve investigar minuciosamente a novas situações e os problemas em sua própria construção. Temos que conhecer, fortalecer e aperfeiçoar a nós mesmos na condução da reforma e do desenvolvimento, tomando como linha principal a promoção da natureza avançada e capacidade do governo para promover a construção ideológica e organizacional , a luta contra a corrupção e a moralização administrativa, para melhor cumprir a missão e as funções de governo.

Companheiros e companheiras, nosso partido foi fundado há quase 90 anos e já está no poder há mais de 60 anos. Nosso próximo objetivo é ter construído uma sociedade modestamente acomodada de nível mais elevado. Fazer o nosso país um País socialista moderno, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso, quando do 100º aniversário de Nova China. Temos também a clara consciência de que não mudou a realidade de base nacional e que a China está e se encontrará em longa duração na etapa primária do socialismo. Não mudaram as contradições estruturais ou o modelo de crescimento extensivo formado já há muito tempo, com poucas forças produtivas de alto nível, baixa capacidade de inovação independente e forte. Ainda há obstáculos institucionais para o desenvolvimento e não há uma pequena população de baixa renda e de pobreza em zonas urbanas e rurais. Não se alterou a base da agricultura, a economia rural e as dificuldades de desenvolvimento. Portanto, são tarefas árduas para reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais e entre as diferentes regiões, e promover um desenvolvimento coordenado econômico e social. A construção e a gestão social enfrentam muitas novas questões. Há falhas no trabalho do Partido e do Estado, há muitos aspectos em que as pessoas não estão satisfeitas. No caminho, os riscos são inevitáveis e dificuldades de todos os tipos devem ser superadas por um país em via de desenvolvimento como o nosso. Não haverá solução se pararmos ou retrocedermos.

A construção do socialismo é um trabalho totalmente novo. Sessenta anos

de explorações e de esforços nos permitiram estabelecer um fundamento teórico e material, nos resta um caminho muito longo a percorrer. Estamos prontos para novos intercâmbios e cooperação com os partidos irmãos para enriquecer nosso conhecimento sobre o socialismo e promover a construção do mesmo no nosso país.

Muito obrigado!

Raimundo Pereira, jornalista brasileiro, revista Retrato do Brasil

É uma grande honra para mim poder usar a palavra no encontro dos companheiros do PSB. O Siqueira lembrou do fato que estive na China recentemente. Fui em uma caravana de jornalistas da América Latina a convite do governo chinês, e ficamos uns vinte dias. Quando estávamos voltando tivemos uma reunião com os dirigentes do partido chinês, e fiz uma pergunta relativa à meta do comunismo, que uma etapa anterior que é o socialismo, ao passo que os chineses inventaram a etapa primária do socialismo, como disse o companheiro, e perguntei como era isso, qual o prazo dessas mudanças? Ele tinha, ou tem, a minha idade, e disse: nós aqui estudamos muito essa questão, mas não definimos exatamente o tempo dessas transformações. Da etapa primária temos muito material e se quiser consultar, forneço. Sabemos que a etapa primária levará algumas gerações, só queria dizer o seguinte: nós não devemos nos preocupar muito com isso!

Também é uma coincidência que li e reli nos últimos dias o romance notável do André M. sobre a revolução chinesa, especialmente o esforço da Internacional para conduzir a revolução em Xangai, em 1927. Ele fala desse comando da Internacional, e fala que aparecem russos, alemães, belgas, franceses, japoneses, todos participantes da Internacional Socialista, e é interessante porque Mao Tse-tung, grande dirigente e comandante da revolução da tomada do poder, divergia da Internacional e estava fazendo no campo uma espécie de soviete rural. Houve o massacre em Xangai e o partido fugiu do massacre, muitos militantes, fugindo para a base onde estava o Mao, e começam as grandes marchas. Foram duas, mas a mais famosa foi a que Mao conduziu e que foi a base da luta armada e da revolução, inclusive uma experiência que muitos tentaram compreender.

Tem uma coisa extraordinária no partido, ele assume sua história e seus erros, como disse o companheiro aqui, o grande salto à frente, a revolução cultural, e não tentar apagar a história, jogando a culpa naqueles que morreram.

Da experiência chinesa queria destacar, lembrado pelo companheiro que fez a exposição, a reforma e a abertura que é apresentada pelos liberais aqui no Brasil, como abertura para o capital estrangeiro, igualando-a, por exemplo, com a abertura que fez Fernando Henrique Cardoso. Mas é outra coisa, o primeiro aspecto da abertura chinesa é a abertura para o campesinato, dando liberdade de iniciativa econômica, com a liberdade do arrendamento das terras e de empreender, criar empresas, inclusive, e essa é uma das chaves do sucesso. A segunda chave é a abertura para o exterior e destacadamente, lembrando o caso do Brasil, a abertura na política cambial.

A abertura cambial brasileira foi feita assim: Gustavo Franco decidiu − e contei isso na cobertura que fiz na época do Plano Real − claro que com outros, a direção do Banco Central. Um dia abriu a conta de capitais do país completamente, como se o real tivesse se transformado, de repente, do dia para noite, em uma moeda forte, colocado em paridade com dólar, de 1 por 1, e cresceu durante alguns meses, chegando R$ 1,00 a US$1,25. Já os chineses ficaram de 78-94 estudando a abertura cambial, e abriram não a conta de capitais, abriram uma conta corrente, onde você paga os compromissos já assumidos, mas o capital para entrar tem que dar uma voltinha produtiva pelo país. Não como fez Fernando Henrique, em que o capital que entra no Brasil é especulativo. Tanto assim, que no primeiro semestre/2008 entraram no Brasil, pela conta de investimentos em carteira, 266 bilhões de dólares e no segundo semestre saíram 267 bilhões de dólares.

Uma operação de pretensos conhecedores da economia, que colocaram o país em uma situação de aprofundamento da dependência e, na minha opinião, isso não se alterou essencialmente no governo Lula. Na nossa revista no próximo número analisamos toda essa questão e o balanço de pagamentos do Brasil dos últimos 40 e poucos anos, mostrando com números o aumento do capital estrangeiro na nossa economia e o aumento do capital estrangeiro enviado para o exterior.

O governo brasileiro hoje fala em criar as nossas multinacionais, e alguns teóricos chegaram a dizer que se o capital estrangeiro tem suas multinacionais aqui nós temos nossas lá fora, e vamos criar algumas. Se você comparar, o que mandam das deles instaladas aqui e o que mandam as nossas instaladas no exterior, há uma diferença brutal de rendimentos.

Por último queria dizer que também os chineses têm para nós um exemplo importantíssimo, da luta contra a corrupção. O partido está nessa luta para valer, a ponto de mandar fuzilar ladrões contumazes. O partido, não só funcionários, mas Ministros.

Também a questão da modernização, você analisa o mercado do Brasil dos últimos 20 anos; fazemos uma comparação da conta do comércio exterior da China x Brasil em 2004. O Brasil é exportador de matérias-primas minerais e produtos semi elaborados e a China passou a ser exportadora de produtos eletrônicos, máquinas, e está disputando turbinas para fornecer para Belo Monte − o jornal Valor deu a manchete que a Aston pode perder para a China. Então é um modelo que nós socialistas examinamos com muita atenção, particularmente fico muito satisfeito de estar aqui, ouvir e poder fazer esse comentário.

Muito obrigado.

Interações com o plenário

Wang Jialei. Muito obrigado pelas perguntas que me foram formuladas. Vou responder uma a uma. Primeiramente quanto à capacitação política dos militantes, no partido temos um sistema de escolas partidárias, em nível nacional, a escola central do partido, e em níveis provincial, municipal, distrital, também funcionam as escolas. Segundo o regulamento e o estatuto no partido, todo o quadro de dirigentes tem que passar alguns meses a cada três anos estudando na escola do partido. É obrigatório. Na formação dos militantes as organizações de base sempre convocam seus militantes das células de comitê para estudar os documentos redigidos pelo nosso partido, nas oportunidades de congressos importantes, e depois de estudá-los os militantes devem entregar relatório sobre o estudo, informando a organização das impressões que obtiveram desse estudo, e dessa forma nosso partido mantém a unificação ideológica de toda a militância, porque cada militante está organizado no em torno da nossa organização.

O companheiro me perguntou como os comunistas chineses incentivam a consciência crítica da democracia entre os estudantes e me parece que não é necessário dar incentivos, porque os jovens são cada dia mais críticos, independentes. Na minha equipe de trabalho são oito pessoas, e sete são mulheres, e a maior parte delas tem menos de trinta anos de idade e a cada dia tenho que escutar suas críticas melhorando meu trabalho. Nesse sentido institucional, nosso partido também está fortalecendo os mecanismos democráticos. Por exemplo, para a promoção dos dirigentes, a aprovação dos colegas da mesma entidade é indispensável, porque se aquele candidato não consegue mais do que a metade da aprovação de seus pares, ele ou ela não pode ser

promovido ou promovida, isso é um mecanismo do sistema democrático, que obriga que os dirigentes tenham que escutar os reclamos de seus subordinados.

No que se refere às questões da economia de mercado socialista, gostaria de colocar que esse termo, a colocação desse termo, conceito, é um avanço teórico muito importante na construção ideológica e teórica do nosso partido, uma vez que antes se acreditava que o socialismo, o planejamento, era sinônimo do socialismo e o mercado era sinônimo do capitalismo, e nós consideramos que tanto o planejamento quanto o mercado são instrumentos para o desenvolvimento econômico. Não se pode colocar um rótulo em um ou no outro. Nós por meio desse sistema de mercado socialista podemos colocar em jogo plenamente a superioridade do sistema socialista e ao mesmo tempo, em vez de fazer valer o papel do mercado na alocação de recursos, porque acho que todos senhores e senhoras reconhecem que o mercado é muito eficiente na alocação de recursos. Trata-se aqui também de uma conquista da civilização humana, é necessário aceitar, e aplicar, o importante é de que forma materializar a justiça e a igualdade social em uma economia de mercado.

Na economia de mercado socialista o governo desempenha os seguintes papéis: primeiramente deve manter a ordem do próprio mercado, segundo, criar uma condição de transparência e igualdade, e em seguida o governo deve manter o equilíbrio macroeconômico, deve controlar a inflação e a deflação, conseguindo o equilíbrio de seus pagamentos internacionais e também conseguir o crescimento sustentável da economia. O governo também deve coordenar e materializar a igualdade, no que diz respeito à distribuição da renda.

Como disse em minha intervenção, o mercado pode aumentar em grande volume as riquezas, no entanto tem que haver distribuição igualitária e por essa razão se faz necessário adotar políticas e medidas impositivas de redistribuição. O governo pode cobrar impostos cumulativos, mas quem ganha mais tem que pagar mais para o governo e, além disso, através da redistribuição, o governo tem condições de aplicar uma política favorável em relação aos mais necessitados, carentes, e em seguida o governo tem que impulsionar os serviços públicos e oferecê-los à população em uma economia de mercado e também deve ter boas relações econômicas com o exterior.

Na economia de mercado socialista do nosso país a economia privada nacional também desempenha um papel preponderante, e hoje a economia privada nacional representa mais de ¼ do PIB e aproximadamente 40% do valor agregado industrial, que representa mais de 60% do volume total na venda de mercadorias ao mercado e ao

varejo e representa mais de 50% da arrecadação de impostos.

A economia privada também é uma fonte significativa de empregos. Hoje a economia privada nacional pode assimilar a maior parte dos novos empregos. Além de economia de propriedade pública e a economia privada nacional, na China há muitos investimentos estrangeiros também, que desempenharam um papel muito importante na reconstrução econômica e esses investimentos nos trouxeram uma grande quantidade de capitais. De acordo com as estatísticas, entre 1979 e 2006 a China recebeu mais de 800 bilhões de dólares e tais investimentos estrangeiros também nos trouxeram tecnologias novas e experiências administrativas bastante avançadas, impulsionou o reajuste industrial, aumentou a renda fiscal e também o emprego, promoveu o comércio exterior da China.

No que diz respeito à organização trata-se de um problema que tivemos que enfrentar ao longo da reforma e da abertura do nosso país, porque com essa medida de desenvolvimento rápido uma grande quantidade de camponeses saíram de sua terra natal, em busca de empregos nas grandes cidades. Se não estou errado, para as grandes cidades chinesas foram mais de 200 milhões de camponeses e tal migração constitui forte pressão para as prefeituras.

À movimentação populacional se associam problemas de abastecimento, água, energia elétrica, assim como outros serviços das concessionárias públicas e também problemas muito significativos de transportes. Por ocasião dos feriados nacionais importantes, temos problemas de trânsito, porque antes ou depois das festas, a primavera, a mais importante celebração chinesa, os camponeses voltam e vocês podem imaginar 200 milhões de camponeses se locomovendo pelo nosso território, para cima e para baixo. Felizmente temos uma rede de linhas ferroviárias bastante ampla e que viajam a uma velocidade cada vez mais alta: hoje as vias férreas tem uma extensão de mais de 80.000 km, e desses mais de 2.000 km de alta velocidade, 300 Km/h nos trens.

Para solucionar esse problema nosso governo e nosso partido incentivam os camponeses a saírem de suas terras, contudo não de sua terra natal, ou seja, incentivamos que os camponeses trabalhem nas pequenas cidades que estão próximas da sua terra natal, em vez de imigrarem para as grandes cidades. Ao mesmo tempo as autoridades municipais também estão revendo suas políticas em relação à população e a esses camponeses que saíram de suas terras, os consideram como habitantes permanentes, proporcionando a eles, trabalhadores permanentes, os mesmos serviços públicos proporcionados aos demais.

No que se refere aos investimentos, hoje tem muito a ver com nossa medida de resposta à crise financeira internacional. Para segurar os efeitos negativos dessa crise o nosso governo adotou muitas medidas importantes, as primeiras tem o objetivo de ampliar a demanda doméstica e para isso nosso governo lançou um plano de 2 anos, fazendo investimentos de 4 bilhões de yuanes, o que representa 14% do PIB de 2008. Houve, mesmo tempo, uma redução dos impostos da ordem 550 milhões de yuanes. As demais medidas têm objetivos de conter o estado das finanças.

O BC reduziu em cinco oportunidades a taxa de juros e injetou no sistema bancário o valor de 800 bilhões de yuanes para aumentar o apoio financeiro dado às pequenas e médias empresas. As demais medidas tem o objetivo de revitalizar os setores como o uso da nova energia, proteção ao meio ambiente. Também adotamos medidas para fazer inovações teóricas, e no que se refere aos aparelhos eletroeletrônicos chave, e a reutilização da energia nuclear, bem com a inovação da maquinaria de controle digital de alto nível.

Nosso governo acelerou também a reforma do sistema de seguridade social e previdenciário e de assistência médica. Foi lançado um plano de 3 anos de 800 bilhões de yuanes para reforma do sistema de assistência médica. Além disso, nosso governo investiu muito dinheiro no aspecto previdenciário, social, e durante esses anos toda parte da previdência, educação, saúde representam mais de 50% dos valores fiscais do governo central. No que diz respeito ao fomento da igualdade social, acreditamos que para avançarmos na igualdade e justiça social, primeiramente é necessário emancipar e desenvolver as forças produtivas, aumentar a produção. Somente após termos algo importante é que teremos possibilidade de distribuir de modo mais equitativo e justo, adotarmos medidas mais equitativas e de taxas de juros para a redistribuição.

Também olhamos constantemente para nosso sistema de impostos, para evitar da maneira mais abrangente possível a sonegação, e além disso como sabem muito bem os senhores, há um grande desequilíbrio de desenvolvimento entre as diferentes regiões que compõem nosso país. O governo central adotou medidas de forte apoio para as regiões atrasadas, como o oeste e o centro chinês, através de transferências. Com o imposto pago pelas regiões costeiras, as regiões desenvolvidas, apoiamos e fazemos investimentos de infraestrutura, e melhorias nas regiões atrasadas. Estamos aperfeiçoando ao longo do tempo nosso sistema previdenciário de forma a que o sistema possa dar uma cobertura à população como um todo, para dizer de maneira bastante franca, ainda esse sistema não está cobrindo toda a população, mas está

ampliando a cobertura.

No que tange à concorrência dos produtos chineses e ao comércio bilateral entre Brasil e a China, acredito que há uma grande complementaridade entre ambos os países. A China possui um mercado doméstico bastante extenso e o Brasil com 300.000 milhões de habitantes, com recursos abundantes, naturais. O custo da mão de obra é relativamente baixo na China, uma vez que a população é muito grande, e além disso temos vantagens, a vantagem de poder contar com uma grande quantidade de talentos, de novos engenheiros, que ano após ano saem das universidades. Apesar de tudo isso o comércio bilateral entre a China e o Brasil assistiu a um aumento bastante célere nos últimos anos. Hoje a China se transformou no primeiro sócio comercial, o país de maior destino das exportações brasileiras. O Brasil sempre manteve um superávit nesse comércio bilateral com a China, eu acho que podemos fazer mais, os empresários brasileiros podem fazer mais propagandas de seus produtos na China, assim como os empresários chineses também devem aumentar seus investimentos no Brasil. As relações econômicas e comerciais bilaterais não se restringem à compra de produtos, também tivemos experiências bastante valiosas e de sucesso na cooperação econômica. Na China estamos produzindo aviões regionais com tecnologia brasileira e graças à cooperação bilateral lançamos três satélites.

Quanto à posição das mulheres na nossa sociedade, gostaria de dizer-lhes que em nível nacional temos uma Federação Nacional de Mulheres Chinesas e nas províncias, distritos, municípios e inclusive de cantões nacionais, há filiais dessa Federação. Como dizia o presidente Mao, as mulheres sustentam a metade do céu, com o passar do tempo a situação mudou, as mulheres chinesas sustentam mais do que a metade. Na minha casa quem dá ordens não sou eu não! O problema que temos não é o problema do machismo, é o feminismo. Nós homens estamos em uma posição de grande desvantagem. Na China temos presidentes mulheres de assembleias, vice-presidente mulheres na classe política dos povoados, aldeias, temos ministras, vice-ministras, governadoras, vice-governadoras, prefeitas e vice-prefeitas, muitas, e além disso há um crescimento, todos os dias, há uma grande ameaça para os homens.

Em relação ao trabalho juvenil temos uma Associação de jovens que possui mais de 76 milhões de militantes, um pouco mais do que a militância do nosso partido, que sempre atribui muita importância ao trabalho dos jovens e muitos dirigentes nacionais atuais passaram por organizações juvenis. Por exemplo, o presidente da república e o secretário-geral do nosso partido foi o primeiro-secretário da juventude há 40 anos, e

o atual ministro dirigente de nível ministerial mais jovem tem apenas 41 anos de idade. Queremos que a juventude seja o futuro, é o futuro, tanto do nosso partido como da nação toda, precisamos dar espaço, espaço suficiente aos jovens. É o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Carlos Siqueira. Então temos um partido com mais de 70 milhões de militantes, para se filiar não é pelo computador, tem que entrar em uma experiência para mostrar que realmente querem levar a sério a militância do partido comunista e passa um período como se fosse um teste para poderem ingressar no partido. É um partido imenso, de massa, é uma experiência extraordinária e que tem uma grande formação política. Um dos outros aspectos que me chamou muita atenção na formação política foram as escolas centrais do partido comunista e a grande escola que há em Xangai, de formação de quadros, tanto para o governo quanto de formação política também.

Não comparo com o nosso partido, que é apenas mediano no quadro partidário brasileiro, mas aos grandes partidos brasileiros, cuja estrutura de formação política é absolutamente insuficiente. Esperamos que um dia nosso país também possa valorizar a formação dos quadros políticos, para poder fazer governos eficientes e capazes de grandes mudanças.



A China em números

Nome oficial: República Popular da China
Chefe de Estado: Presidente HU Jintao (desde 2003)
Chefe de Governo: Premier Wen Jiabao
Partido no poder: Partido Comunista Chinês (PCC)
Capital: Beijing



População: 1.34 bilhões (ONU, 2009)
População urbana: 44,9% (PNUD – HDR 2009)
Expectativa de vida: 72,9 anos (PNUD/HDR 2009)
Taxa de alfabetização (pop. acima de 15 anos): 93,3%
(PNUD/HDR 2009)
População abaixo da linha de pobreza (US$2,00/dia): 36,3 % (PNUD/HDR 2009)
PIB: 3,86 trilhões (US$ - 2008)
PIB per capita: 3.292 (US$ - 2008)
IDH (posição no ranking): 92º (PNUD/HDR 2009)[1]

Principais produtos da pauta de exportação: máquinas e produtos eletrônicos, equipamentos de processamento de dados, fero, aço, produtos têxteis, equipamentos médicos.

Principais produtos da pauta de importação: máquinas e produtos eletrônicos, combustíveis, equipamentos médicos, plástico, entre outros.

Idioma oficial: Mandarim (falado por aprox. 70% da população)
Principais religiões: Budismo, Taoísmo, Cristianismo e Islamismo

1 Total de países que fazem parte do ranking: 182

Visão Geral

A República Popular da China (RPC) foi fundada em 1º de outubro de 1949, sob a liderança de Mao Zedong (Mao Tse-tung), e desde então o poder político permanece centralizado no Partido Comunista Chinês (PCC).

Após contribuírem com a expulsão dos japoneses, antes de fundar a RPC, os militantes do PCC lutaram contra os nacionalistas chineses, liderados por Chiang Kai-shek, que comandava o Kuomintang — Partido Nacionalista da China. Com a derrota, os nacionalistas acabaram por fugir para a Ilha de Formosa, onde, em 8 de dezembro de 1949, fundaram a cidade de Taiwan.

A China é hoje o país mais populoso do mundo, com mais de 1.3 bilhões de habitantes, sendo que sua taxa de população urbana é de apenas 44,9 %, segundo dados das Nações Unidas.

O Partido Comunista Chinês (PCC) é o principal partido, com mais de 73 milhões de membros e a China possui outros oito partidos minoritários.

Desde a fundação da RPC o país vem passando por profundas transformações econômicas e sociais. Logo no início da década de 50 o PCC iniciou um programa de reconstrução econômica, enfrentando a inflação e recuperando muitas das estruturas industriais do país destruídas durante a guerra civil, que durou mais de vinte anos.

No entanto, a partir de 1956, com o fim da relação amistosa com os russos, que fez diminuir significativamente a ajuda material e financeira que vinha de Moscou, o PCC passa a comandar a economia chinesa com seus próprios recursos.

Nas duas décadas seguintes, o período entre 1956 e 1976, a China passa por três processos que marcam sua história político-econômica. A rápida coletivização da agricultura camponesa em 1955-57; o 'Grande Salto Avante' da indústria em 1958, seguido pela grande fome de 1959-1961, provavelmente a maior do século XX; e os dez anos da Revolução Cultural, que se encerra após a morte de Mao, em 1976[1] .

Após a morte de Mao Tse-Tung em 1976, a China entra numa onda de reformas e novas políticas econômicas. A partir da década de 80 o governo acaba com a coletivização da agricultura e volta a permitir a propriedade privada no campo, reforça a liberalização dos preços e a descentralização fiscal, dá maior autonomia para as empresas estatais, cria um sistema bancário diversificado e permite o estabelecimento de bolsas de valores, além de se abrir para o comércio e investimentos internacionais.

1 HOBSBAWN, Eric. A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 452.

Estrutura do Estado

O governo chinês está subordinado ao Partido Comunista Chinês (PCC) e o seu papel é implementar as políticas estabelecidas pelo Partido. Os principais órgãos da estrutura do Estado são: Congresso Nacional Popular, a Presidência (o presidente é o Chefe de Estado) e o Conselho de Estado composto pelo Premier (o Chefe de Governo), vice-premiers, conselheiros de Estado, ministros, o comandante do Banco Central e o auditor-geral.

O Congresso Nacional Popular, conforme determina a Constituição chinesa, é o órgão mais alto do Estado. Seu papel é aprovar, durante sua sessão anual, as principais diretrizes políticas, novas leis, orçamento, que são apresentados pelo Conselho de Estado após o endosso do Comitê Central do Partido Comunista.

Economia

Nas últimas décadas a economia chinesa tem passado por grandes mudanças. Uma maior abertura para o comércio internacional, passando por um significativo crescimento do setor privado, tem apresentado a China como um ator importantíssimo na economia global.

Essa reestruturação tem contribuído para um grande crescimento do PIB chinês desde o final da década de 70. Medido com base na "paridade do poder de compra" (PPP-purchasing power parity), a China é hoje a segunda maior economia do mundo ficando atrás apenas dos EUA, ainda que isso não ocorra em termos per capita, onde a China ainda apresente índices baixos.

O crescimento das exportações chinesas tem sido o principal vetor para o constante crescimento econômico. Com um volume de exportações que ultrapassou os 1,4 trilhões de dólares em 2008, a China é um dos maiores exportadores de produtos manufaturados e com a população mais numerosa do mundo, é um dos maiores produtores e consumidores de produtos agrícolas.

Agricultura - Mais de 40% da força de trabalho na China estão empregados no setor agrícola, ainda que a China tenha apenas 10% (de onde vem esse número; lá me informaram 14%)de seu território cultivável e a agricultura contribua com apenas 13% do produto interno bruto chinês. Com uma agricultura de cultivo intensivo, para aproveitar ao máximo o seu território cultivável, a China está entre os maiores

produtores mundiais de arroz, milho, soja, trigo, vegetais, chá e carne de porco.

Indústria – O setor industrial e da construção civil contribui com 46% do PIB chinês. As principais indústrias estão no setor de mineração, têxtil, químico, petrolífero, e de produção de armamentos, automóveis e bens de consumo, incluindo eletro-eletrônicos, calçados e brinquedos.

A China tem sido também o destino preferencial para a instalação de diferentes fábricas de manufaturados de muitas das maiores multinacionais.

Ainda em termos de mudanças e abertura para o comércio internacional, a China aderiu formalmente à Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2001. Como parte dessa adesão, a China concordou em baixar suas tarifas − havendo algumas que chegaram a cair mais de 50% −, e abolir barreiras de mercado. Empresários chineses e estrangeiros, por exemplo, adquiriram o direito de exportar e importar seus produtos e serviços por conta própria, sem uma intermediação e/ou um controle direto do governo.

Sábado, 13 de março de 2010

Apresentação das experiências de governo brasileira e equatoriana



Eduardo Campos – Governador Pernambuco

Saúdo todos os companheiros e companheiras. Gostaria de salientar a satisfação que nosso partido tem de realizar esse importante encontro, rico em debates, onde buscamos a integração latino-americana, da luta do nosso povo, de partidos e organizações. Estamos em um momento tão importante da vida brasileira, um ano estratégico para o futuro do país, com responsabilidades no conserto internacional. Responsabilidade que vai além do papel regional e remete a um papel global estratégico, para que possamos, após crise mundial de 2009 do sistema capitalista, construir a caminhada de novos valores sustentáveis. Valores que possam incluir a cidadania, gerar equilíbrio social, e justiça no cotidiano do nosso povo e irmãos da América Latina.

Cumprimento a direção da Fundação João Mangabeira, os dirigentes partidários que ajudaram a Fundação. Tanto os dirigentes nacionais como dos diversos estados, não reclamaram desse esforço de produzir esse movimento de reflexão que estamos tendo e que com certeza será muito útil para o debate, que se avizinha.

Por fim, passo a palavra a Jorge Acosta, representando o Movimento Alianza do Equador. Agradecendo também a presença do professor Teotônio dos Santos e Humberto Costa do PT, convido o Deputado Rollemberg para sentar-se conosco.



Jorge Acosta - Movimento Alianza País - Equador

Bom dia a todos os companheiros militantes do Partido Socialista Brasileiro e convidados de outros partidos da esquerda brasileira. Senhores participantes da mesa, Governador Eduardo Campos, coordenador da mesa e dirigente do PSB, professor Teotônio dos Santos, companheiros representantes de partidos dos governos progressistas da América Latina, companheiro Carlos Siqueira.

Começo saudando a Alianza, o movimento equatoriano que se encontra no governo, agradecendo pelo convite, e também expressar nossa gratidão, prazer e compromisso de estarmos nesse importante evento. Esperamos que esse espaço de reflexão e a aproximação entre nossos movimentos e partidos políticos, imprescindível e necessário, mormente quando nos encontramos na América vivendo um processo inovador de construção de nossas democracias – o que ocorre a partir da esquerda, que está desafiando e também é desafiada pela situação social, política e econômica.

Gostaria de agradecer particularmente o convite que me foi feito pelo PSB e Fundação João Mangabeira. Demoramos um certo tempo para confirmar, não por falta de interesse, mas tivemos que enfrentar algumas conjunturas políticas importantes, em que tivemos que nos concentrar. No entanto, estamos aqui e esperamos contribuir com nosso aporte atendendo às expectativas do partido.

Vou fazer um breve histórico da situação política do país analisando o passado, imprescindível para entender o processo em que vivemos e que acredito que, aliás, é o processo de vários de nossos países aqui representados. O Equador na última década vive uma crise de governabilidade política, nos últimos quinze anos três governos depostos por iniciativa e mobilização social, expressando uma insatisfação por parte da democracia, que trouxe no bojo uma grande crise dos partidos políticos e do sistema político. A crise política permeou inclusive os partidos de esquerda, apesar de que obviamente a responsabilidade da construção dessa democracia, de fato não atinge diretamente esse partido, mas o nível de crítica e crise no nosso partido, de qualquer forma, o *status quo* dos partidos e do país foi extremamente questionado.

O Movimento Alianza País representa a convergência de inúmeras formas de organizações políticas e sociais, organizações de jovens, mulheres, camponesas,

expressões cidadãs de cada um deles e delas. Acredito, e a própria sociedade equatoriana também, de maneira geral, que é uma inovação importante. Nesse mesmo momento estamos definindo o marco normativo desta função de participação do controle social.

Dentro dessa função estão organizações ou instâncias tão importantes, como a Superintendência, que é quem controla o sistema financeiro, também a Superintendência de empresas, que controla as empresas, a Controladoria, que é chamada a zelar pelos usos e fundos de recursos públicos. O patrimônio público está em jogo e estará também dentro desta função a Defensoria do povo, que obviamente vai adquirir uma função muito mais importante e será um pouco através dela que muito dos direitos que hoje não podem ser exigidos terão de ser exigidos. Ademais existe o Conselho de participação cidadã na instância de governança, que vai governar a função de participação e controle social, e que é eleito através de um processo de constituição, consulta aberta. A ideia é que os cidadãos e cidadãs mais preparados tenham mais participação nessa função social.

Isso é um processo no Equador. Obviamente não será uma tarefa fácil. Nós no Equador temos experiências que mostram do que o poder é capaz, atravessar, ocupar espaços, e isso é um desafio da democracia. O problema não são os instrumentos, mas como as pessoas, nós, vamos nos organizar para respeitar, e a ética e os valores que temos para nos relacionar com espaços que têm a ver com o poder, e isso digamos tem a ver com processo que está em construção e obviamente é um processo de construção.

Um preceito básico dessa constituição é a soberania, compreendido como a soberania econômica, política, de cada país. Dentro dessa perspectiva nossa constituição obviamente apresenta vários elementos importantes que gostaria de destacar. Na soberania econômica ela estabelece várias restrições, possibilidade de reconhecer instrumentos jurídicos, ou legais, ou instâncias, que tanto no passado como no presente tem significado uma renúncia para nossos povos, com sentenças prejudiciais para os nossos povos, como, por exemplo, soluções de controvérsias contra territórios e, nessa perspectiva não podemos subscrever instrumentos do Banco Mundial; não podemos reconhecer o que é exigido no marco regulatório no tratado de Livre Comércio. Só há uma possibilidade de reconhecermos instâncias internacionais, as que são criadas em processo de integração, como, por exemplo, Unasur, Alba.

Quanto à soberania econômica, também tratamos da soberania financeira, nesse momento o país procura instrumentos que possam permitir atingir essa soberania e

dentro dessa perspectiva temos algumas políticas que vou mencionar mais adiante. Na nossa constituição também foram estabelecidos alguns setores estratégicos, de domínio público exclusivo, entre eles estão telecomunicações, obviamente, energia, recursos não renováveis como petróleo e mineração, água. Deixamos aberta a possibilidade de estabelecermos outros setores estratégicos, pois é claro que uma nova constituição sempre requer marcos jurídicos secundários importantes e é nesse processo que estamos na Constituição, que tem apenas oito meses.

Avançamos um pouco, mas evidentemente há o trabalho de normatizar todos os pontos da constituição, que é muito importante, é um desafio significativo. Conforme as perspectivas da nossa Assembleia Nacional que tem que trabalhar nesses pontos de regulamentação, vamos demorar pelo menos oito meses para conseguir regulamentar tudo isso. Então essa é a nossa Constituição que regulamenta nossa ação política do estado.

Gostaria de falar dos passos mais importantes que demos, na verdade nos últimos dois anos quando estivemos no exercício do poder, e aqui precisamos dar uma explicação: o presidente Rafael Correa, teve um período de poder de dois anos e com a nova constituição está governando desde janeiro, tendo de se submeter a uma nova eleição popular, que também venceu para começar essa nova fase da democracia do Equador e, nesse sentido, ele poderia optar por uma eleição para o próximo mandato.

Particularmente nesses últimos seis meses começamos um processo de reforma importante do estado, onde o ordenamento territorial é um ponto chave, estratégico, ou seja, nosso país deve ser equitativo nacionalmente, queremos quebrar com aqueles polos de concentração que caracterizam a maioria dos países da América Latina, onde duas ou três cidades concentram grande parte do desenvolvimento, da renda, serviços, enquanto o resto do país carece de todos esses benefícios. Isso está ligado a problemas que enfrentaram nossos países e nossas cidades, migração do campo para a cidade, possibilidade de desenvolvimento industrial e agrícola, enfim, essa proposta quer romper com essas desigualdades das regiões.

É muito difícil quebrar esse ordenamento tradicional do território, construíram-se poderes locais, como vocês sabem, então é muito difícil se quebrar de uma forma definitiva, mas pode ser levado de uma forma gradual e com transição, trabalhando no consenso de uma nova visão política e em princípio, baseados na visão política atual, tivemos que fazer alianças regionais entre várias províncias, unidades territoriais, entre vários estados, e com isso desenvolvendo autonomia administrativa, financeira,

permitindo que esses municípios complementem seu desenvolvimento tendo uma distribuição equitativa. Pelo menos o orçamento do estado vai permitir que essas comunas, as regiões mais atrasadas, atinjam um nível de desenvolvimento maior, claro que é a longo prazo, vai levar um tempo, temos que construir um país que seja territorialmente equitativo.

Trabalhamos para isso e demos vários passos. Temos duas regiões em funcionamento e esse ano fizemos novas atribuições com esses novos critérios e é claro que nos trouxe problema, porque os que se beneficiavam dessa situação anterior reclamaram, se sentiram afetados, achando que tinham recebido menos em termos de habitantes do que outras regiões. O governo assumiu essa responsabilidade e atribui, de acordo com o estabelecido pela Lei, mas além disso graças à sua institucionalidade está atribuindo a outras regiões.

Um dos setores chaves para o desenvolvimento do país e que nosso presidente assumiu seriamente é a educação, onde estamos em processo de mudança profunda, em vários níveis; educação básica e também secundária e superior para projetá-las para o novo milênio, mas que também nos trouxe muitos problemas, dos poderes instituídos, estabelecidos em torno do *status quo* ou da situação anterior − inclusive aliados da esquerda, que estavam nos acompanhando no processo anterior afastaram-se, passando para oposição política, exatamente porque não ficaram satisfeitos com essas reformas, porque se sentiram afetados no seu poder acumulado no processo anterior.

De qualquer forma o presidente assumiu esse desafio e nós colaboradores também estamos convencidos que é uma das coisas que precisamos fazer e estamos agora no processo de avaliação da educação básica. Os professores também são avaliados, e isso gerou muito mal estar e insegurança, porque nas avaliações sabiam que não iriam passar, estariam insuficientes e então realmente tivemos que despedir professores, mudá-los, mas precisamos fazer uma capacitação para os professores e esse é o passo seguinte, agora estamos concebendo um programa curricular para a educação básica.

Também tivemos uma reforma universitária. Havia desequilíbrio entre professores e profissionais formados pelas universidades e isso não está ligado a uma visão de desenvolvimento do futuro do nosso país. Não queremos dizer com isso que o estado vá escolher o que cada pessoa vai estudar e qual é a profissão que cada um deve adotar, não, não é isso. Queremos dizer que vai haver orientações e incentivos básicos,

para que alguns profissionais ou algumas profissões possam ser mais promovidas, e que tem atividades importantes para nosso país, mas qualquer um pode escolher a profissão de quiser.

Isso também trouxe dificuldades para o setor sindical organizado, tanto dos professores, como dos estudantes, porém o governo acredita que essa é uma necessidade e certamente de acordo com os instrumentos que dispomos, a população está de acordo com nosso governo, o povo também acha que é necessário, e nós vamos fazê-lo.

Nosso país é altamente dependente das exportações de petróleo, da exportação de produtos primários sem maior valor agregado e dentro dessa perspectiva o governo adotou várias iniciativas. Desde seu primeiro período sob a constituição anterior o governo começou a recuperar os benefícios da atividade petrolífera do nosso país. Antes disso os lucros da indústria do petróleo eram distribuídos para as empresas estrangeiras, que basicamente eram os que exploravam o petróleo. Então esse processo também não foi fácil para nós, porque é óbvio que isso significou enfrentar termos de contrato, com cláusulas duras, e tivemos que entrar quase que em um processo de conflito para mudar esses termos de contrato e os lucros do petróleo estão beneficiando mais nosso país. Conseguimos negociar com a maior parte das empresas, porém existe uma ou duas que realmente estão nos dando muito trabalho, uma delas entrou com um processo, e a outra também com um processo semelhante. Vamos ter que enfrentar essa luta jurídica, não vai ser fácil, mas estamos convencidos de que esses lucros, esses benefícios, pertencem ao povo equatoriano e nós vamos ganhar esse processo.

Claro que a neutralidade e capacidade de fazer justiça nesse espaço é um fator preocupante. Na área da saúde, assim como da educação, estamos em um processo de reforma profunda, cumprindo pelo estado o mandato constitucional de dar serviços de qualidade em educação, saúde gratuita. Nesse momento estamos fazendo um investimento muito significativo, para terem uma ideia, o governo nacional está fazendo um investimento três ou cinco vezes superior ao que investiram os governos anteriores, e também estamos reordenando o sistema previdenciário. Era um caos antes, com baixa cobertura, sendo que menos de 20% da classe trabalhadora tinha cobertura; mecanismos permitiam que 20% encontrassem fórmulas de previdência privada para aumentar sua aposentadoria e a qualidade de seus benefícios e os serviços.

Realmente o governo acha que a previdência social tem que chegar naqueles 80%, também quem não tinha previdência, e quebramos os mecanismos desses benefícios,

que também provocou conflitos e dificuldades, porque é claro que os beneficiários dessas formas paralelas de previdência não queriam abrir mão, mas pudemos melhorar a previdência, serviços de atendimento.

Na economia fizemos coisas muito significativas e importantes, acho que a economia é um setor importante e o governo do presidente Rafael Correa é um governo de bons economistas, e acho que eles estão fazendo contribuições importantes, não apenas para o país, mas para toda região. Uma das coisas que estamos fazendo e que também afeta a organização financeira mundial é voltar a usar a poupança interna para o desenvolvimento nacional, e o que estava acontecendo é que muito da poupança que financia a economia está em bônus da reserva federal, nos bancos suíços, em nome da segurança financeira, entre aspas, que tem a ver também com toda uma construção internacional a respeito da segurança financeira. Em nome dessa segurança e para evitar os riscos fomos levados à cumplicidade dos setores econômicos e políticos poderosos, a acreditar que é mais conveniente colocar a poupança fora do país, naqueles instrumentos, bancos internacionais, enquanto temos necessidades internas e de financiamento para o nosso desenvolvimento, que tinha que ser coberto com recurso à dívida externa, com um custo equivalente ao dobro dos juros que estávamos recebendo com nossos bônus e papéis de reserva federal. Isso é uma irracionalidade econômica.

Não há uma questão de segurança, nós é que temos que gerar nossa proposta de segurança financeira, que depende da qualidade do nosso sistema financeiro. Nós é que temos que organizá-lo e demos muitos passos importantes nesse sentido, porque estamos querendo criar mecanismos para trazer essa poupança. Tínhamos seis bilhões de dólares em reservas de disponibilidade livre, ou recursos livres, mas no Equador é diferente dos países que têm a sua própria moeda, vocês sabem que não nesse governo, mas no anterior, resolveram adotar o dólar como moeda, e nossa economia está baseada no dólar. Somos muito criticados por isso, a dolarização foi adotada por várias razões econômicas, não estamos de acordo, mas ainda estamos comprometidos com essa filosofia e política, então vocês têm uma reserva monetária e existem sim condicionamentos para uma boa gestão da moeda; vocês têm sua moeda, o circulante vocês têm, claro está lastreada por reservas em dólares, euro, ou seja lá o que for, e que atinge o nível da moeda em circulação, mas nós não temos moeda própria, mas tínhamos uma reserva monetária internacional, que chamamos de reserva de disponibilidade livre e que não é respaldada pela nossa própria moeda porque não

a temos. Claro que essa reserva não era tão livre ou tão disponível, porque estava financiando desenvolvimento de outros países que não o nosso, e não tínhamos os mecanismos, a Lei não nos permitia usar esse dinheiro e fizemos uma reforma e com essa reserva de disponibilidade livre de cinco bilhões de dólares, conseguimos trazer em um primeiro momento, oitocentos milhões de dólares para serem entregues ao nosso banco público e promover créditos para habitação, desenvolvimento municipal, e os setores da economia popular que são tão importantes, uma vez que são um dos motores dessa nova economia, de ótica participativa.

A questão de usar a poupança nacional é uma proposta que estamos fazendo no marco da integração regional também, particularmente das propostas de gestão monetária e financeira para a promoção das relações comerciais. Já estamos fazendo há tempos o marco do Unasur, e o Equador está comprometido com esses processos de integração, com uma contribuição concreta, que tem a ver com essa dimensão monetária. No caso do Unasur estamos muito comprometidos com a construção do banco Unasur. Note-se que Unasur e Banco Unasur não são processos que estão trilhando o mesmo caminho que o nosso, mas evidentemente a ideia é que nos próximos tempos haja essa convergência, e dos doze países das Unasur sete estão envolvidos. Achamos que essa é uma iniciativa para o futuro e estamos propondo vários mecanismos do que chamamos de nova reabertura financeira. Propomos isso também dentro do Unasur, o Alba já tem esse processo da aliança da integração bolivariana envolvendo Bolívia, Venezuela, Equador, Nicarágua, Cuba, Ilhas granadinas, e outros países que agora esqueço. Estamos implantando, então, um sistema único de pagamentos, o que constitui é uma possibilidade de primeiro nos afastarmos da lógica do dólar, e isso claro que tem muito a ver com as desigualdades existentes no nosso país, é um mecanismo virtual. Trata-se de uma moeda virtual na realidade, só usada pelos BCs que serve para fazer a compensação do comércio.

Em resumo é isso, o Equador é muito ativo nas suas propostas. Tanto no marco do banco Unasur, como no do Alba, a ideia, nossa proposta de arquitetura financeira, é gerar um banco supranacional e esse banco tem que administrar uma grande parte das nossas poupanças, nos países da América do Sul. Temos duzentos bilhões de dólares no exterior e com 5% dessas reservas no nosso banco regional de desenvolvimento teremos um banco muito mais poderoso do que o próprio Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Teríamos mais capital e poderíamos usá-lo em projetos que poderiam ter um encadeamento regional, melhorando nossos países, os

créditos para o setor ambiental, da moradia, enfim, é uma coisa muito importante.

Também temos outra proposta, é o uso das reservas, talvez seja um erro dizer isso, mas seria um Fundo Monetário para o Sul. A ideia do FMI não é ruim em si, mas ele se desviou, por vários motivos, de seus preceitos originais e começou a fazer outras coisas, então o fundo monetário do sul é para resolver o problema do balanço de pagamento dos nossos países, de forma não condicionada e que esteja de acordo com nossa dinâmica. O que costuma acontecer é que nossos países acabam entrando em crise e nos obrigando a assumir programas de ajustes, nos colocando em situações piores, no médio e longo prazo e conduzindo-nos a uma situação de crise permanente, não nos permitindo sair da situação, ou seja é uma outra coisa que tem a ver com a arquitetura financeira − que pode ser virtual, mas também poderia ser física, parecida com o euro, por exemplo.

O Brasil e a Argentina também estão desenvolvendo um mecanismo semelhante, então é uma experiência bastante interessante nesse contexto. Finalmente, qual é a situação do país de maneira bastante resumida nesse momento? A crise do Equador foi bastante forte, tivemos a queda do preço do petróleo e dependemos enormemente do petróleo. Cada vez mais tudo funciona com o petróleo, trazendo sérios transtornos para a economia. Nossas crises estão realmente atreladas à crise do petróleo.

Remessas dos imigrantes, temos uma grande pena e uma grande vergonha, estamos assistindo isso, digamos que as coisas estão mudando com esse governo, mas nós temos de 1,5 a 2 milhões de imigrantes que vivem na Europa, EUA, Venezuela; pessoas que na maior parte foram expulsos pelo setor econômico existente no nosso país, que não tinham oportunidades e que, além disso, de maneira paradoxal, foram expulsos do país por condições econômicas e estão mantendo a dolarização no nosso país. Os ingressos cambiais dos imigrantes são próximos do petróleo; é muito dinheiro.

Por outro lado, exatamente porque investimos muito em empregos, demos muitos créditos baratos, o sistema bancário entrou com recursos, conseguindo proteger um pouco nossa situação. Tivemos um crescimento de 4%, o que é bastante bom, reduzimos o desemprego em aproximadamente dois ou três pontos. Agora, a medida do desemprego é um pouco complexa, pois como temos imigrantes lá fora, os indicadores não levavam em consideração esse fenômeno.

Nosso desempenho econômico é significativo, apostamos no investimento público, setores estratégicos do estado, atividades para reduzir o desemprego, na integração também produtiva e comercial e nossa perspectiva para o futuro do nosso

país é importante, acredito, mas evidentemente não vemos as coisas fáceis. Estamos vendo o processo de integração e não sabemos do que são capazes, são ideais e objetivos comuns, e às vezes de fato é difícil de se conseguir, mas vamos conversando. Sinto muito ter usado a palavra mais do que deveria; se tiverem qualquer tipo de preocupação ou dúvidas venham falar comigo, por favor.

Muito obrigado pela atenção.

O Equador em números



Nome oficial: República do Equador
Chefe de Estado: Rafael Correa (desde 2007)
Partido no Poder: Alianza PAÍS
Capital: Quito

População: 13,62 milhões (ONU, 2009)
População urbana: 66,9 % (PNUD/HDR 2009)
Expectativa de vida: 75 anos (PNUD/HDR 2009)
Taxa de alfabetização (pop. acima de 15 anos): 91% (PNUD/HDR 2009)
População abaixo da linha de pobreza (US$2,00/dia): 12,8% (PNUD/HDR 2009)
PIB: 52,57 bilhões (US$ - 2008)
PIB per capita: 3.900 (US$ - 2008)
IDH (posição no ranking): 80º (PNUD/HDR 2009)[1]

Principais produtos da pauta de exportação: petróleo, banana, camarão, cacau, café, madeira, flores, peixes.

Principais produtos da pauta de importação: materiais industriais, combustíveis e lubrificantes, bens de consumo não duráveis, produtos químicos, bens de capital.

Idioma oficial: Espanhol
Principal religião: Católica



1 Total de países que fazem parte do ranking: 182

Visão Geral

Após declarar independência do domínio espanhol em 1822, o Equador passou a fazer parte da República da Grande Colômbia, tornando-se uma república independente apenas em 1830. No final do século XIX a demanda mundial por cacau atrelou a economia equatoriana à exportação de commodities. O fim do "boom do cacau" no início dos anos 1900 levou a uma grande instabilidade político-econômica, culminando com um golpe militar em 1925.

Após a Segunda Guerra Mundial, final dos anos 1940, a retomada do mercado internacional de produtos agrícolas e o crescimento da indústria da banana no Equador trouxeram nova estabilidade política e um fôlego econômico para o país. A década de 1960 foi marcada novamente pela instabilidade política que culminou com novo período de ditadura militar entre os anos de 1972 e 1979. Os anos 1980 e início dos anos 1990 assistiram ao retorno à democracia, mas uma nova instabilidade política marcou o país no final da década.

Depois de longos ciclos de instabilidade política, o atual presidente do Equador, Rafael Correa, foi o primeiro presidente, desde a retomada da democracia em 1979, a ter amplo apoio popular em grande parte das regiões do país e entre as diferentes classes e grupos políticos equatorianos. Assim como no caso boliviano, o candidato Correa foi eleito com um programa de governo que tem como foco o combate às políticas neoliberais adotadas no país nos anos anteriores, uma mudança na estrutura político-econômica equatoriana tradicional e a promoção da justiça social.

As eleições de 2007 foram marcadas, também, por uma grande queda na representação dos partidos políticos tradicionais equatorianos no Congresso. O partido do presidente Correa, Alianza PAÍS (Pátria Altiva e Soberana) é o principal partido político do Equador, apesar de não ter maioria na Assembléia Nacional.

Ainda em 2007, o Congresso Nacional foi dissolvido e substituído por uma Assembléia Constituinte que assumiu em novembro desse ano e elaborou uma nova Constituição, aprovada meses depois por referendo em outubro de 2008.

Como determinado pela nova Constituição, em 2009 foram feitas novas eleições para presidente, vice-presidente, representantes da Assembléia Nacional e para os governantes das províncias e municipalidades. Com apenas dois anos no cargo, o presidente Correa foi re-eleito presidente do Equador com 52% dos votos e o seu partido, PAÍS, elegeu o maior bloco de representante para Assembléia Nacional, ainda

que não tenha, mais uma vez, conseguido a maioria.

Estrutura do Estado

O poder executivo é formado pelo Presidente eleito por voto direto e eleições nacionais. Os ministros de Estado são nomeados pelo presidente.

A Assembléia Nacional é composta por uma câmara de 124 membros eleitos por um sistema de lista partidária proporcional.

Economia

Tradicionalmente baseada a agricultura, a economia equatoriana passou por uma grande transformação a partir da década de 1960 com o crescimento da indústria e a descoberta do petróleo. Após esse período, também, o Equador foi marcado por uma melhora na saúde, educação e habitação.

Hoje, a economia equatoriana é bastante dependente da exploração do petróleo. As reservas petrolíferas são a base principal da indústria do Equador, responsáveis por aproximadamente 50% das exportações e um quarto da receita equatoriana.

No final dos anos 1990, devido à baixa do preço do petróleo e uma crise na agricultura, o Equador passou por uma profunda crise econômica, com uma contração do seu PIB em mais de 6%. A partir desse período, registrou-se também um aumento das taxas de pobreza, um colapso do sistema bancário, culminando, em 2000, com uma série de reformas econômicas, incluindo a adoção do dólar norte-americano como moeda oficial.

Após a dolarização da economia houve estabilização econômica e uma retomada do crescimento que se deu, principalmente, devido à alta do preço do petróleo e aumento das exportações de outros produtos. Nos período de 2002-2006 o Equador registrou médias de crescimento em torno dos 5,5%, a maior média em 25 anos. Além do petróleo, os demais produtos que compõem a pauta de exportações equatorianas são: a banana, o camarão, o cacau, o café, a madeira e o peixe enlatado.



Humberto Costa - Partido dos Trabalhadores - PT

Bom dia a todos e a todas, gostaria de saudar o Governador e presidente nacional do PSB, Eduardo Campos, saudar Jorge Acosta, que discorreu sobre a experiência do governo de Rafael Correa no Equador, saudar o Prof. Teotônio dos Santos, e todos os representantes de partidos, integrantes da mesa, e os presentes.

Não pretendo fazer um relato de nossas experiências do governo Lula, naturalmente o farei, mas não quero que seja o centro primeiro, porque os que aqui estão no PSB, são parte desse governo, conhecem profundamente nossas experiências de gestão, tendo entre seus quadros, entre outros, um importante gestor, em um dos principais Ministérios do governo Lula, o deputado Ciro Gomes, e como tal conhecem bastante essa experiência.

Gostaria de fazer a abordagem muito mais do ponto de vista estratégico, da construção da hegemonia, termos um partido e outros partidos de esquerda em um país com as características do Brasil e as particularidades da tentativa de construção dessa hegemonia e da continuidade desse projeto. Gostaria de descrever sem nenhum juízo de valor as características do PT, o partido do presidente, que detém uma parte considerável de seus militantes participando do governo ou, o contrário, uma parte considerável do governo dirigida por militantes do partido, e que ao longo de sua história experimentam várias discussões, a partir da qual podemos entender um pouco o posicionamento do partido nesse quadro.

O PT teve suas origens nos anos 70, a partir das lutas que juntamente com uma série de outras forças políticas desenvolvemos, no enfrentamento e resistência à ditadura. Foi composto desde o primeiro momento de forma plural, com segmentos diversos, em alguns aspectos até antagônicos, tendo por pano de fundo comum, com frequência, as lutas sociais e o posicionamento e a tentativa de construção de uma nova cultura política e de um projeto que poderia se chamar, digamos assim, independente. Lá estão presentes os movimentos sindicais, estudantil, que desempenharam um papel importante na resistência na década de 70, contra a ditadura e buscando a conquista da democracia. Diversos movimentos comunitários polarizados, hegemonizados pela

própria igreja católica, de modo que o PT surge sem prévia definição ideológica, e um prévio projeto de sociedade, e a construção dessa ideologia e projeto de sociedade termina por se fazer por um processo permanente de disputa política e ideias dentro do partido.

Por exemplo, no início do partido – esqueci de um segmento importante também nessa composição inicial, diversos grupos, alguns remanescentes da luta armada, que fizeram autocrítica, outros remanescentes da luta armada que não fizeram a autocrítica, e outros que desde antes tinham uma posição crítica à própria luta armada – vamos encontrar no processo de formação do PT segmentos trotskistas, maoistas, visão ortodoxa leninista, e dessa conjugação de forças surgiram muitos debates interessantes e muito ricos. Desde, por exemplo, se esse partido deveria ser um partido operário com a incorporação de uma visão marxista tradicional, tendo como projeto a classe operária como condutora da transformação, a visão da construção de um partido popular, muito mais dentro de uma visão estratégica, tomando como referência o modelo chinês.

Dentro do nosso partido havia os que defendiam essa concepção, fortalecimento da luta no campo, o cerco da cidade pelo campo, todos organizados em estruturas que eram, alguns ainda são, verdadeiros partidos e a concepção que acabou prevalecendo foi de um partido dos trabalhadores marcado, no entanto, fortemente de uma concepção inicial, eu diria ultracorporativa, e me lembro que um dos debates que travávamos era se o PT deveria ser um partido sem patrões, com patrões, e a concepção de patrão ia desde quem dava emprego a uma empregada doméstica, a quem era dono de uma fábrica, um banco, enfim essas discussões foram se constituindo.

No entanto, uma coisa que sempre permeou todos esses segmentos na construção da visão política, era a ideia da construção de um partido independente do ponto de vista de classe, em uma crítica que se fazia direta e indiretamente aos partidos de esquerda, especialmente o Partido Comunista, que durante muitos anos, diante da concepção estratégica que o Brasil precisaria passar por uma revolução democrática, encontrava na burguesia nacional e por consequência, na elite, possíveis aliados para esse tipo de transformação. O PT surge, de certa forma, com a concepção de que se essas alianças tivessem que acontecer, teriam que acontecer sobre a hegemonia de uma concepção política ideológica de esquerda, digamos com a perspectiva da construção de um caminho próprio.

Ao mesmo tempo hoje nos encontramos em um debate bastante acalorado sobre que tipo de partido queríamos. Primeiro, naturalmente, as forças da esquerda às quais

me referi tinham o PT, ora como parte do tático, onde cada um daqueles partidos se sentiam efetivamente um partido revolucionário, ou utilizando o PT com sua presença e proximidade nos movimentos sociais, para defesa de suas ideias e construção do caminho da ruptura e da revolução. Por outro lado, havia aqueles que compunham a face mais forte do sindicalismo, aliados a intelectuais independentes e aos próprios segmentos da igreja, que defendiam uma posição diferenciada: nosso partido não poderia se guiar por projetos preestabelecidos, pois havia o entendimento que havia a construção das bases de um caminho do socialismo no Brasil, com características próprias, e o partido de que precisávamos era um partido de massas, democrático, e que tivesse forte presença dentro dos movimentos sociais.

Então esse debate partido tático, partido de massas, partido marxista, partido sem vinculação prévia a uma concepção de mundo e uma visão de sociedade, na visão de que o socialismo que queríamos teria que ser construído ao longo do processo das disputas políticas na sociedade, permeou durante muito tempo esse debate. E por fim prevaleceu em um dos nossos encontros, no 1º congresso, a visão do PT como um partido de massas, um partido estratégico, que se pretendia democrático, constituído de baixo para cima, com a proposta de questionamento da cultura política existente no país, e a visão de que o socialismo que queríamos seria algo intrinsecamente associado à ideia de liberdade, por exemplo, com a colocação da democracia como valor universal para nosso partido e para sociedade que gostaríamos de construir.

Apesar dessas definições o PT termina por continuar ainda um partido plural, sendo poucos os que efetivamente saem do PT. Ao mesmo tempo que o PT surge com essa ideia da construção de uma nova ideia política, combate ao assistencialismo, fisiologismo, corrupção, a importância do partido vinculado à luta social, tem que enfrentar e viver a realidade também da disputa da sociedade, da disputa institucional, ao mesmo tempo que está ali presente na construção da CUT, e de outras estruturas do movimento social, e começa a disputar e vencer eleições para administrações municipais, governos, e também para participação no parlamento, fazendo com que o partido migre de uma visão estreita, sectária e em alguns aspectos até assemelhada a um tipo de moralismo muito típico da direita. Quem não se lembra das eleições de 89, onde chegamos ao segundo turno e nos negamos, por exemplo, a ir buscar apoio do PMDB, na figura de Ulisses Guimarães, e no meu próprio estado tivemos grandes dificuldades para buscar o apoio do então governador. Enfim, tínhamos uma visão muito estreita.

Ao mesmo tempo nessa ação institucional, os resultados e as inovações na legalidade legislativa e na gestão, nossa atuação no parlamento, nosso posicionamento em relação à disputa pelas Diretas Já, a postura do PT dentro do colégio eleitoral, polarizações que procuram estabelecer dentro da constituinte, contradições − por exemplo, essa constituição conseguiu incorporar muitas mudanças importantes do ponto de vista social e da esquerda no Brasil, que o PT participou diretamente construindo com outros partidos no Brasil, mudanças importantes e ao final se recusa a assinar a constituinte, a constituição de 1988.

Por outro lado esses acontecimentos acabam constituindo o PT como polo de disputa na sociedade, a oposição começa a ganhar corpo, e ao mesmo tempo o partido também vai mais claramente definindo seus objetivos. É nesse período que o partido define o papel da revolução democrática como objetivo estratégico, advoga um projeto de desenvolvimento nacional, popular e democrático que hoje entendemos que está sendo imprimido pelo governo Lula, particularmente ao longo da metade do primeiro governo, até os dias atuais. Resta ainda o debate, que socialismo queremos? Que é uma resposta que o PT ainda não conseguiu, digamos de forma conclusiva, elaborar.

Ao longo deste período, ressaltando o papel do indivíduo na história, a história do nosso partido é uma história profundamente vinculada também a uma figura que é nosso companheiro Luís Inácio Lula da Silva, o Presidente da República. Não só como o grande inspirador da construção do partido e de ideias hegemônicas que o partido tem, mas como é a sua expressão pública mais forte, onde disputou importantes eleições e deram essa característica também para o PT, do partido que fazia a disputa na sociedade.

Estivemos na disputa de 89 onde de certa forma foi surpreendente nossa passagem para o segundo turno e não conseguimos por "n" razões, até por nossa ingenuidade de não entender os mecanismos de disputa que as elites tratavam no Brasil. Em 1994 onde todo o caminho foi pavimentado para aquele momento e fomos colhidos por uma política que deu certo em um momento da política de governo, que ainda o debate sobre o neoliberalismo e o papel do estado no nosso país começava a assumir uma importância, mas não como algo já estabelecido. As eleições de 1998, em que tivemos que lançar o próprio Lula como uma afirmação da demarcação de um espaço político, mas não tínhamos grandes ilusões de que poderíamos ganhar. Crescemos, consolidamos algumas alianças importantes, entre elas com o PDT, PSB, que se repetia mais uma vez como em 94, que se constituíram sem dúvida nenhuma a

base para a grande disputa que foi 2002.

Aí já temos que pensar um pouco nas dificuldades encontradas. Ganhamos as eleições, sem dúvida em cima da grande força política social do presidente Lula, o carisma do líder. Sem dúvida pelo fato de conseguirmos, a esquerda, um segmento importante, apesar dele ser uma polarização com o governo Fernando Henrique Cardoso, especialmente no seu segundo mandato, e partimos para a disputa com um projeto. Vivemos alguns problemas que se manifestaram no governo, por exemplo, o sistema eleitoral brasileiro. Temos voto majoritário para presidente da república, governo do estado, senado, e o voto individual proporcional e não partidário termina por construir uma posição diferente, por exemplo, do que na América Latina em vários países foi construído − você ganhar a presidência da república, paralelamente conquistando maioria no parlamento. No Brasil acontece essa grande contradição, de você eleger um presidente e poder ter uma maioria contrária na Câmara dos Deputados e especialmente no Senado Federal.

Nosso governo viveu isso o tempo inteiro e termina sendo obrigado a estabelecer determinadas alianças, especialmente no parlamento e fazer concessões dentro de uma visão de uma nova cultura política, com implicações diretas no ato de governar e de construção de uma hegemonia. Enfrentamos ao longo da eleição de 2002 o papel importante, por exemplo, que a mídia exerce no nosso país, desde contribuir para a construção do caldo de cultura, que gerou uma forte ação especulativa, visando construir no Brasil um clima de insegurança para a população que pretendia votar no candidato Lula, e ao mesmo tempo um clima de incerteza com aqueles países e instituições internacionais, com as quais nos relacionávamos, na ideia de que o Lula não iria respeitar os contratos, iria desfazer ações juridicamente perfeitas desenvolvidas pelo governo anterior, e promover um processo de transformação no Brasil, apostando mais na ruptura do que na construção progressiva e gradativa da hegemonia.

Por exemplo, ao mesmo tempo em que construímos nosso programa de governo, ao longo da campanha, fomos obrigados a lançar a chamada Carta aos Brasileiros, que nada mais era do que uma afirmação e compromisso do nosso governo com alguns temas fundamentais que defendemos inclusive, ou seja, equilíbrio fiscal, respeito aos contratos, permitindo enfim que assim pudéssemos enfrentar aquela eleição, chegando ao resultado importante da vitória do Presidente Lula. Aí muito dessa cultura política do PT vai se manifestar na construção e composição do primeiro governo Lula. O PT naquele momento é um partido hegemônico digamos, do ponto de vista da política,

mas dentro de uma cultura de que praticamente todos os espaços viriam a ser do PT, compusemos com os partidos do campo popular e democrático, tanto os que estiveram conosco no primeiro turno e no segundo turno.

No entanto o tamanho da representação do PT foi naquele primeiro momento extremamente desproporcional à composição de forças que nos levou a vitória em 2002. Do meu ponto de vista cometemos um erro grave nesta oportunidade, pois não conseguindo a maioria no Congresso Nacional, para dar suporte ao governo, namoramos o PMDB e acabamos casando com pequenos partidos. Agremiações de pequena representação no Congresso nacional, muitos com perfil altamente conservador e que terminaram por ser a base na qual procuramos nos sustentar ao longo do primeiro ano do governo Lula.

O próprio Lula no Congresso do PT lembrava que nosso companheiro José Dirceu havia construído uma aliança com o PMDB e ele foi quem deu a palavra para que a aliança final não se consumasse, porque não queria abrir mão de alguns espaços importantes que já se havia definido que seriam espaços do PT especificamente, de alguns auxiliares. Mais à frente, em 2005, fomos obrigados a reconhecer esse erro.

O PT na verdade terceirizou o governo, se terceirizou ao PT o papel de construir boa parte da equipe de governo, a partir do segundo e terceiro escalões, a partir de interesses até pouco republicanos, e o resultado foi de enfrentamos disputas permanentes por espaços políticos, problemas da monta que conduziram ao processo de 2005, coisa que o governo Lula no segundo mandato absolutamente não fez. Procurando estabelecer uma diferenciação clara do que é o papel do partido − e o partido inclusive precisa ter sua independência, para poder contribuir com o governo, com a crítica que se faz necessária −, o PT acabou se transformando no primeiro governo em uma espécie de correia de transmissão dos interesses do governo, o que não é bom, e no segundo governo passou a ter postura diferenciada.

O governo passou por várias fases importantes. No primeiro momento busca por estabilidade econômica, construção do ajuste fiscal para sairmos de uma situação difícil que foi herdada, inflação nas alturas, desemprego alto, moeda desvalorizada, elevado risco do país como espaço para investimento. Adotamos uma política em muito assemelhada ao governo anterior, talvez em alguns pontos até mais severa, o que produziu inúmeras contradições dentro do partido, dentro do governo, dentro da esquerda e dentro da sociedade, ou seja, as políticas que foram aplicadas ao longo de 2003 e boa parte de 2004, foram espaços de disputa importante, embora essas políticas,

com características de política de transição, não deixaram de ao mesmo tempo conter alguns aspectos estratégicos de nossas concepções, como o fortalecimento do papel do estado, preocupação com o desenvolvimento regional − como foi falado pelo companheiro Jorge Acosta da situação no Equador. No Brasil ainda hoje temos um quadro de desequilíbrio regional extremamente forte e que o governo Lula desde o primeiro momento procurou enfrentar.

O debate sobre algumas reformas que se faziam necessárias, e que tinham um conteúdo estratégico e ao mesmo tempo muito pouco popular, por exemplo, a reforma da previdência, que precisamos fazer em determinados momentos, produzindo grandes contradições internas dentro e fora do partido e produzindo enormes dilemas para o PT; o convívio com a elite, tentando se apropriar daquela política sobre o argumento de que era uma mera continuidade do que aconteceu no governo Fernando Henrique, e que eram efetivamente necessárias, e tentando colocar o PT e os demais partidos de composição da esquerda no campo de oposição a isso.

Ao mesmo tempo o governo Lula procurou dentro dessa transição fortalecer as políticas sociais importantes, especialmente políticas de transferência de renda, que foram rotuladas pelas elites como meramente políticas compensatórias, assistencialistas e que terminaram sendo responsáveis por saltos importantes, inclusive na construção da diminuição das desigualdades do Brasil. Não é à toa que milhões de brasileiros saíram da posição de viverem abaixo da linha de pobreza, para consolidarem até mesmo uma nova classe média no Brasil. Também na área da educação, área de habitação, trabalho, saúde, desenvolvimento tecnológico, enfim, políticas que caminharam lado a lado com esse movimento do momento da transição.

Também ao longo desse primeiro governo tivemos contradições com os movimentos sociais, a grande base social do presidente Lula e do próprio partido. Tivemos que enfrentar desde movimentos sindicais daqueles trabalhadores que exercem seu papel no estado, passando pelos movimentos sindicais, pelo movimento dos trabalhadores sem-terra, que lutam pela reforma agrária, além de um conjunto de movimentos. No entanto, a garantia permanente de diálogo que sempre caracterizou o governo Lula, dos fóruns para trocas de ideias e construções de propostas é uma experiência importante a ser resgatada de um governo em um sistema capitalista estabelecido por um partido de esquerda.

Posteriormente a grande virada da economia, o fim dessa transição, quando de fato o governo procura restabelecer o programa e o projeto de desenvolvimento

nacional democrático, e popular. Onde as condições para ele estão dadas, e advém todas as mudanças, indicadores sociais e econômico, de crescimento de empregos, crescimento econômico − que serão a base da grande popularidade que o governo e o presidente Lula já há algum tempo desfrutam. Porém isso não foi um processo fácil. Ao longo desses sete anos travamos uma enorme disputa com a oposição e com a mídia. Porque na verdade no Brasil a grande força de oposição é a mídia. Ela pauta a própria oposição. A oposição aguarda a matéria das revistas semanais, e dos grandes jornais para estabelecer sua estratégia e normalmente é no campo de trabalhar no combate às políticas sociais, e da tentativa da produção permanente de escândalos, para fortalecer esses segmentos da oposição.

Esse é um problema que não conseguimos resolver no Brasil, é uma dívida que o governo fica no que diz respeito à nossa política para os meios de comunicação. Não se trata em nenhum momento de restringir a liberdade de expressão, ao contrário, talvez este tenha sido o período da história do Brasil onde tivemos mais liberdade de expressão. O presidente Lula é um radical democrático, e seu governo foi radicalmente democrático, no entanto, a mídia no Brasil tenta nos imputar a ideia de um governo autoritário, que pretende controlá-la, estabelecer limites, e deixamos de avançar como avançaram nossos companheiros na Argentina, com legislações que impeçam, por exemplo, o monopólio.

Vivemos as eleições de 2004, que tentaram transformar em um plebiscito em relação ao governo. Não foi o que aconteceu, apesar de não termos tido o resultado que esperávamos, especialmente nos grandes colégios eleitorais do Brasil, nós da esquerda como um todo. Mas em nenhum momento se pode comparar, por exemplo, com o que foi a outra eleição, onde realmente houve um posicionamento da sociedade em relação ao governo do Fernando Henrique.

Finalmente tivemos a grande crise de 2006. Uma crise do PT, mas uma crise do governo também. E essa crise se resolveu pela política, pela compreensão do presidente Lula do que estava em jogo e de como seria possível estabelecer o enfrentamento, à mídia, ao poder judiciário, ao Ministério Público, às forças que naquele momento eram hegemônicas no Congresso Nacional. Foi a disposição do Presidente em ir à rua, conversando diretamente com a população, utilizando os mecanismos dos partidos nossos, das nossas bases que dialogavam com a sociedade, que nos permitiu enfrentar e sair daquela crise e inclusive ganhar as eleições de 2006. É naquele momento que o governo desperta para o entendimento da necessidade de uma base sólida de

sustentação.

A nossa situação era tal que, quando a crise estourou, praticamente cinco ou seis Ministérios que eram do PT, eu próprio fazia parte do Ministério da Saúde, foram objeto de discussão e negociação, na construção de uma base que impedisse o *impeachment* do Presidente da República e, na verdade, as forças conservadoras apostavam nessa perspectiva. Poderiam ter apostado em um outro caminho, eu não tenho nenhuma ilusão de que no Brasil, por exemplo, tenhamos controle político, ideológico, sobre as forças armadas. Eles apostaram no caminho de que ocorreria o *impeachment* e seria a forma de derrubar o governo do presidente Lula. E, no entanto, essa capacidade que o Presidente teve de ir até à sociedade, para construir um discurso de enfrentamento e ao mesmo tempo recompor sua base de sustentação e melhorar a nossa capacidade de interlocução no Congresso, foi essencial.

O próprio Eduardo Campos, hoje governador, era Ministro da Ciência e Tecnologia, e deputado, e teve que ser reconduzido à Câmara junto com um bocado de gente, para tentar minimamente construir aquela base que tínhamos para enfrentar aquele momento difícil. E é aí que se constrói pela primeira vez, de uma forma ainda desestruturada, desorganizada, o governo de coalizão, que criou as condições para que pudéssemos enfrentar o debate, ganhar a eleição – oportunidade a partir da qual, então, o governo de forma mais organizada se estabelece efetivamente como governo de coalizão.

Algumas lições importantes. Nas eleições de 2006 mesmo em meio a todas aquelas crises conseguimos, por meio das realizações no âmbito de governo, pela força do nosso o governo, pelos palanques que conseguimos montar nos estados, um resultado importante, e mesmo assim fomos para o segundo turno, para disputar a eleição com o candidato do PSDB, e naquele momento de fato conseguimos estabelecer um embate político e ideológico que definiu a eleição. O segundo turno foi a verdadeira eleição.

Partimos para o debate ideológico, qual é o papel do estado, qual a diferença ideológica que nos antecedeu, e com isso realmente conseguimos estabelecer uma postura e uma posição hegemônica para a vitória eleitoral e hoje também muito importante. Não é à toa que hoje os tucanos estão tentando fugir desse debate de todas as formas, o que os deixa sem discurso, na medida em que mostramos ao longo de toda a crise de 2009, que vivemos recentemente, mundialmente, a importância do estado na sociedade, sua importância na indução do desenvolvimento e no enfrentamento dos graves problemas que a sociedade tem, o que é um dos eixos desse debate que vamos

travar agora nas eleições de 2010.

O segundo governo é o governo do PAC, das conquistas econômicas, dos resultados que mostram redução da pobreza e da desigualdade, onde o Brasil consegue consolidar um aspecto importante da sua política, que é a inserção internacional, seja como ator importante da defesa de ideias, que consolidam a defesa de uma nova ordem econômica e social no mundo, seja na sua postura de construção de solidariedade com outros países da periferia do capitalismo como nós, na América Latina, África; estabelecimento, aqui na América do Sul, de uma grande a aliança.

O Brasil tem sido fator importante, não somente da estabilização da política na América Latina, mas de enfrentamento aos interesses americanos e outros interesses. Precisamos consolidar essa grande aliança que tem se formado em torno de Brasil, envolvendo Venezuela, Bolívia, Argentina, Chile anteriormente, Paraguai, Uruguai.

Bom, é o momento de reconhecimento da importância do Lula, mas também grandes disputas acontecem. Essa eleição, apesar das dificuldades de nossos adversários, nem de longe será uma eleição fácil. Ao contrário, se as outras foram eleições radicalizadas, essa será ainda mais, e diferentemente das outras, faltam aos nossos adversários um projeto, uma proposta, inclusive de governo, um discurso e o Governador Eduardo Campos diz agora, em uma frase interessante "falta a eles que o povo tenha saudade do que eles foram, ou possam ver neles alguma esperança de melhoria para o país", a verdade é essa. Porém imaginar que isso vai fazer de nós vencedores em uma eleição que se imagina fácil, de forma alguma.

Estamos vendo agora, o jogo nem começou e quantas crises tivemos que enfrentar ao longo só desse ano de 2009 e início de 2010. Quantos episódios, desde o suposto pedido que a Ministra Dilma teria feito para apressar a apuração de um processo na receita federal, passando pelo terrorismo que se tentou criar dizendo que o presidente Lula iria acabar com as cadernetas de poupança, etc., etc. Daqui para frente vamos enfrentar "n" episódios desses, com a mídia e com uma elite, apesar de ter sido a grande beneficiária das políticas que foram realizadas no Brasil, que não aceita do ponto de vista ideológico, político, que o país tenha dado certo e continue a dar certo com o governo de esquerda.

Para concluir queria falar de algumas questões bem rapidamente. Alguns pontos sensíveis e que já hoje são parte de nossas preocupações na construção de um discurso e programa de governo. O governo Lula fica a dever algumas coisas importantes para a sociedade brasileira onde o próximo governo da esquerda, e espero que estejamos

todos juntos em torno de uma única candidatura, com todo respeito à legitimidade de todos nossos companheiros de vários partidos da esquerda terem seus espaços.

Plateia - Ciro! Ciro!

É justo e legítimo. Falei só de um desejo, não quero criar nenhuma polêmica, a candidatura de Ciro é legítima, trata-se de um companheiro que tem história, e temos todo o respeito por ele. Desculpa, não queria criar nenhuma polêmica.

Uma política que diga respeito à democratização dos meios de comunicação, sem isso a construção da hegemonia da esquerda no Brasil estará sempre ameaçada, é que a mídia no Brasil se comporta como um partido político, que tem interesses específicos e posições muito claras.

Temos que tratar de uma reforma política que não pode ser sinônimo apenas de reforma eleitoral, mas uma reforma política do estado, debatendo temas como a questão do poder judiciário, do Ministério Público, dos controles existentes que hoje não são instrumentos para salvaguardar a sociedade, mas tem se comportado mais como instrumentos para impedimento de transformações importantes da sociedade e que hoje foram absorvidos pelas elites − que souberam se representar ali muito claramente.

É necessário, também, reformar o sistema eleitoral, a começar pelo tema do financiamento público das campanhas eleitorais. Sou defensor radical dessa tese, que precisamos encontrar um meio para fazer com que isso seja implantado no Brasil, sem gerar novas distorções, porque é impossível se construir uma hegemonia de esquerda aqui, com o modelo de financiamento eleitoral privado que temos e que muitas vezes termina por equiparar, indivíduos que estão na política simplesmente para satisfazer interesses individuais e patrimonialistas, a estruturas políticas e partidárias que precisam de financiamento para produzir um projeto político para o país.

Temos que tratar do tema da reforma tributária, sem dúvida, por mais complexo que seja, e que envolva debates diferentes, e indiretamente estamos fazendo um pouco desse debate agora quando debatemos o tema do Pré-sal, e mais uma vez lamentavelmente se faz de uma forma um pouco enviesada. De como devemos nos apropriar dos recursos que são gerados pela sociedade, quem deve pagar pelo desenvolvimento e redução da desigualdade no país. Enfim, questões como essas devem ser objetos de discussão de todos partidos que se pretendem e pretendem participar dessa disputa eleitoral de 2010.

Para completar, um assunto, sobre o qual não nos debruçamos, mas ele continua

latente. Quando se diz, somos governo, mas não somos poder, não somos poder porque não temos um judiciário que esteja efetivamente a serviço da sociedade, não somos poder porque não temos um Congresso Nacional que esteja estruturado também para cumprir esse papel e não somos poder porque as forças armadas continuam a ser um segmento sobre o qual nós não temos absolutamente nenhum, e eu digo com toda tranquilidade, nenhum controle.

O presidente Lula é um conciliador nato, faz enfrentamento no momento em que eles precisam ser feitos, seu governo deu certo e isso faz também com que as insatisfações não consigam construir base de sustentação para se tornarem bases de disputa política, mas não tenham dúvida que em algum momento mais para frente, não vai demorar muito, vamos ter que enfrentar o tema da ruptura, não com a democracia, não com a construção de uma nova sociedade, a partir dos instrumentos democráticos, mas a ruptura com interesse, e nesse momento vamos ter de ter muito mais do que um presidente carismático ou boas ações de governo que nos dê apoio e suporte.

Muito obrigado.



O Brasil em números

Nome oficial: República Federativa do Brasil
Chefe de Estado: Luiz Inácio Lula da Silva (desde 2003)
Partido no Poder: Partido dos Trabalhadores (PT)
Capital: Brasília

População: 193,73 milhões (ONU, 2009)
População urbana: 86,5 % (PNUD/HDR 2009)
Expectativa de vida: 72,2 anos (PNUD/HDR 2009)
Taxa de alfabetização (pop. acima de 15 anos): 90% (PNUD/HDR 2009)
População abaixo da linha de pobreza (US$2,00/dia): 12,7 % (PNUD/HDR 2009)
PIB: 1,62 trilhões (US$ - 2008)
PIB per capita: 8.311 (US$ - 2008)
IDH (posição no ranking): 75º (PNUD/HDR 2009)[1]



Principais produtos da pauta de exportação: soja, minério de ferro, café, carne bovina, motores para automóveis, automóveis de passeio, calçados, entre outros.

Principais produtos da pauta de importação: maquinários e equipamentos industriais, componentes e equipamentos eletrônicos e de transporte, produtos químicos, peças de veículos, entre outros.

Idioma oficial: Português
Principais religiões: Católica e Protestante

1 Total de países que fazem parte do ranking: 182

Visão Geral

O Brasil conquistou sua independência de Portugal em 1822. A República foi instaurada apenas em 1889. Depois de uma série de levantes militares ocorreu a Revolução de 1930 levou Getúlio Vargas ao Poder. Em l937 é instituída uma ditadura chamada de Estado Novo, com a liderança de Vargas que é deposto em 1945, quando o país é redemocratizado. Em 1964 os militares – através de um golpe militar – tomaram o poder e permaneceram no comando do Estado brasileiro até 1985.

Com o fim do regime militar e o início da reabertura política, um colégio eleitoral, composto por todos os membros do Congresso Nacional e seis delegados eleitos em cada estado, escolheu Tancredo Neves do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), da oposição, para o cargo de presidente. Tancredo Neves faleceu meses depois e o seu vice, o ex-senador José Sarney, tomou posse no cargo de presidente da República em seu lugar. Em 1989, foram realizadas as primeiras eleições presidenciais diretas após a ditadura militar, quando foi eleito Fernando Collor de Mello. Em 1992, após denúncias de corrupção, Collor foi alvo de impeachment, assumindo em seu lugar seu vice, Itamar Franco, que concluiu o mandato. Em 1994, foi eleito presidente Fernando Henrique Cardoso, o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Como Ministro da Economia do governo anterior havia liderado o "Plano Real", que levou ao fim um largo período de inflação. Depois de reformada a Constituição, para esse fim, Fernando Henrique foi re-eleito em outubro de 1998 para um segundo mandato de quatro anos.

Em 2002, após sua quarta campanha para a presidência, o líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, foi eleito presidente. Ex-líder sindical, Lula foi o primeiro representante da classe trabalhadora no Brasil a ocupar o posto de Presidente da República. Com altos índices de aprovação popular, foi re-eleito, em 2006, para um segundo mandato de quatro anos.

Desde que assumiu o cargo, Lula tem adotado como prioridade as políticas de crescimento econômico e combate à pobreza e desigualdade social.

Estrutura do Estado

O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República eleito por voto direto, para um mandato de quatro anos com possibilidade de reeleição. Os ministros

de Estado, por sua vez, são nomeados pelo presidente.

República Federativa, o Brasil adota o sistema bi-cameral constituída pela Câmara dos Deputados, de representação proporcional, e o Senado Federal, onde tem assento os representantes dos Estados, três por unidade federativa.

Economia

A economia brasileira caracteriza-se por fortes setores agrícolas, de manufaturados e de serviços e tem expandido significativamente sua presença nos mercados mundiais. A exploração de vastos recursos naturais e uma grande força de trabalho também são alguns dos destaques da economia.

A agricultura responde por cerca de 6% do PIB e 36% das exportações brasileiras.

A indústria contabiliza aproximadamente um terço do PIB. O Brasil tem um dos setores industriais mais avançados da América Latina, cujas principais produções estão ligadas ao ramo de autopeças, têxtil, calçados, cimento, computadores, aeronaves e bens de consumo duráveis.

Desde 2003, o Brasil tem fortalecido sua estrutura macroeconômica com a criação de reservas internacionais, reduzindo o seu perfil de endividamento.

Após crescimento recorde em 2007 e 2008, o início da crise financeira global atingiu o Brasil em setembro de 2008. O Brasil viu a demanda global por seus produtos diminuir, as exportações caíram e o crédito externo despencou. No entanto, após esse período, o Brasil foi um dos primeiros mercados emergentes a iniciar sua recuperação. A confiança dos consumidores e dos investidores se fortaleceu e a economia voltou a apresentar índices positivos e de crescimento no segundo trimestre de 2009.

A crise econômica mundial provocou uma mudança no perfil do Brasil como exportador. Em abril de 2009, a participação dos produtos básicos (commodities que não passaram por processo industrial) no total das vendas externas do mês superou a dos manufaturados, o que não ocorria desde 1978.

A promoção das exportações é um dos pontos centrais das ações do governo para garantir crescimento econômico e reduzir a vulnerabilidade devido às oscilações do mercado financeiro internacional. Para aumentar as exportações, o governo está buscando acesso a novos mercados através de negociações comerciais e do financiamento público para as exportações.

Prof. Teotônio dos Santos (Análise)

Agora é o momento de análise do que foi apresentado. Quero agradecer o convite tanto da direção, Roberto Amaral, como Carlos Siqueira, diretor da Fundação, que está mobilizando o partido em busca de conteúdo ideológico e, sobretudo, o presidente do Partido que preside a reunião também, e os dois conferencistas.

Evidentemente é um momento difícil para abordar toda essa temática levantada aqui. Vamos tentar nos concentrar em alguns pontos, que cremos que são estratégicos.

No que respeita à exposição de Humberto Costa, uma coisa muito interessante se ressalta no começo. Ele nos apresentou como dirigente do PT uma visão do governo Lula que vem muito em função também da própria história do PT. Sem dúvida a figura do Lula é uma figura partidária, emergindo no país junto com a criação de um partido e evidentemente a história desse partido é fundamental para o governo Lula. Mas talvez aqui esteja um dos pontos mais complexos da compreensão do próprio governo Lula. É verdade que evidentemente o partido tem um papel gerador de um processo muito grande, mas ao mesmo tempo há um processo político social e econômico por trás disso, que representa um conteúdo social e de vontade política, compreensão política e determinação de estratégias e linhas que sobrepassam muito ao processo. Deste modo, é muito bonito ver, como Humberto fez, uma autocrítica que vai sendo realizada em função desse encontro com o país, vamos dizer assim, desde o governo, porque uma coisa é fazer propaganda para ganhar politicamente o país e outra coisa é você estar no governo, responsável diante do povo sobre os destinos do país.

Evidentemente um partido não pode ficar isento desse encontro e, portanto, tem de se reformar, transformar. Acho que realmente é muito importante que o PT tenha vivido esse processo autocrítico e esteja buscando exatamente encontrar o lugar certo do partido no governo, diante do processo político, no qual teve um papel tão grande. Creio que isso é muito importante e a exposição colocou o dedo nessa questão muito fundamental. Diria que talvez um dos pontos que não foi suficientemente desenvolvido é a relação entre o PT, propriamente como partido majoritário do governo – que se compõe ainda das demais forças de esquerda, que participam desse processo, e as outras forças, não propriamente de esquerda, mas de princípio democrático, de força política mais ampla, e que também estão participando do processo.

São três elementos que conformam, vamos dizer assim, a base política do governo. Três elementos muito complexos de estarem juntos, porque representam interesses

bastante diferenciados. O que está por trás da possível unidade desses elementos? São processos da transformação econômica e política de ordem global, inclusive de ordem mundial, que estão refletindo fortemente dentro do país.

O Brasil de Lula não se transformou em um país de uma presença internacional muito forte somente pela condução do Lula, muito importante não vamos negar. A própria tarefa do Ministério de relações exteriores, do Itamaraty, foi extremamente importante para que esse processo se desse, mas, afinal o BRIC, África do sul, e as potências emergentes, etc., não estão surgindo somente a partir de uma situação interna de cada país, estão surgindo também no contexto internacional, onde se abre um espaço para essa emergência. Conduzir essa emergência é extremamente complexo e o caso brasileiro é, evidentemente, o caso de uma condução que até agora tem se mostrado bastante positiva da complexidade na qual estamos nos metendo, nos grandes problemas do mundo contemporâneo.

Instituições como a Fundação e não só do PSB, como várias outras Instituições, que representam o pensamento da esquerda no Brasil, é uma tarefa muito grande produzir um câmbio de análise teórico, político, ideológico, etc., para essa fase nova, em que não vamos pensar o mundo somente do ponto de vista da nossa situação, mas pensando do ponto de vista que vamos ser parte e estamos sendo cada vez mais parte dessa produção dos destinos desse mundo. A presença, por exemplo, nesse debate dos companheiros chineses é um desses casos muito importante. E os companheiros chineses estão tentando se colocar como uma das forças que vão definir a história da humanidade, e essas são responsabilidades muito grandes, teóricas, políticas, doutrinárias, táticas, etc.

No caso do PT foi feito uma análise muito interessante, muito importante, com esse conjunto de forças que mobilizou o PT. Talvez o elemento mais importante nesse conjunto de forças foi essa vontade de vir de baixo para cima, tendo essa força política que o partido conseguiu. Mas aqui, claro, é muito importante desenvolver essa capacidade de respeito pela massa, pelas organizações populares, que sempre são fatores decisivos na luta política, e a ausência de clareza sobre os objetivos, porque, de repente, as forças políticas podem ser manipuladas por interesses bastante opostos a elas. Isso é bastante complicado, precisamos chegar realmente a certo acordo, vamos dizer programático, ideológico, com toda nossa história de debate e compreensão do nosso país e da situação mundial. Esse aspecto existe e me parece fundamental, temos que partir realmente para uma visão de governo, mas também mais estratégica e ampla

para o povo brasileiro, porque não se trata de fazer algo para esquerda. Estamos diante do povo brasileiro, temos que fazer algo pelo povo.

Qual é o papel de uma frente de esquerda nesse processo? Devemos nos aliar em primeiro lugar entre a esquerda ou papel dessas forças democráticas, nacionais é tão decisivo, que temos que submeter a aliança das forças de esquerda a esses outros setores? É um debate extremamente complexo. Creio que no primeiro governo, Lula tomou uma posição muito clara, de que a frente de esquerda, que já tinha se construído em 94 e 98, fosse posta em segundo plano, em função de uma aliança representada em grande parte pela Vice-presidência e uma série de acordos que viabilizaram o governo Lula frente aos setores conservadores do país. Digamos, teve esse impacto, vamos governar com quem? Aí vem a definição, aliado com PMDB, pequenos grupos, PTB, etc., como resolver esse problema? Há um claro abandono da frente esquerda como instrumento principal. A ideia de um debate com o PMDB e o que ele representava nas forças democráticas brasileiras foi abandonado, nenhum debate, e a aliança com as suas forças, que tiveram depois um papel muito grave em 2005, porque não foi só um produto de ataque da direita, a direita se aproveitou de uma situação objetiva, de tentar construir uma maioria em cima de acordo, digamos menores, e que quando foram expostas ao país provocaram rechaço bastante grande e uma situação grave para o governo.

Se não resolvermos bem esse problema vamos ter dificuldades para avançar nesse processo de transformação, porque essa situação teve outro aspecto muito perigoso, a necessidade de não se confrontar com um setor, vamos dizer assim, antipopular da nossa classe dominante, que é o setor financeiro. Não foi possível dentro deste contexto enfrentá-lo, especialmente por causa da força da mídia, que não é reflexo dela mesma só; é reflexo dessa hegemonia econômica, social, política, que o setor financeiro tem sobre nós.

O estado brasileiro transfere a renda do povo brasileiro, 12% para o setor financeiro. Para quê? Precisamos ter 12% do PIB no setor financeiro, o que faz esse setor financeiro? Ele não empresta. Empresta ao estado. Não tem papel no investimento no país. No entanto tem força suficiente para, inclusive criar certo consenso no país, de que se não for transferido esses recursos tão grandes para ele o país vai entrar em uma crise colossal, vai ter inflação brutal, desorganização de toda economia, vamos ser inviáveis economicamente se não transferimos para esses senhores 12 a 13% do PIB, 30% do orçamento do país. Há um consenso nesse sentido, isso é incrível, consenso

que às vezes se apresenta no próprio governo.

Por exemplo, há uma aceitação total que o Plano Real foi um êxito financeiro, econômico, e isso é apresentado normalmente, o Plano Real conseguiu controlar os gastos financeiros no país e levar a uma situação de equilíbrio fiscal. Mas o Plano Real elevou a dívida pública do Brasil de 56-60 bilhões de reais, para, agora estamos chegando a 1 trilhão; deixaram o governo com mais ou menos 800 bilhões de dívida, elevando a dívida de um país vinte vezes, é um caso de rigor fiscal incrível, e isso é aceito, esse é o maior desastre financeiro que se pode pensar, elevar sua dívida vinte vezes, sem ter feito nenhum investimento significativo, nenhuma grande obra de infraestrutura.

Esse setor financeiro vai nos mostrando uma situação realmente impressionante, como um setor consegue hegemonia da opinião pública de um país criando um consenso tão forte. A imprensa teve um grande papel nisso, a mídia de modo geral, mas a mídia só pôde ter isso porque ela viu nesse setor financeiro realmente o comando total, inclusive até em alguns momentos houve contradições. A Globo, por exemplo, não queria continuar pagando juros tão altos com uma dívida enorme dessas, e de repente tentou fazer uma pequena crítica, os comentaristas da Globo começaram a fazer. Uma taxa de juro tão alta, e terminaram calando a boca, e voltou à sua defesa da taxa de juros.

Não temos tempo de pegar todas as complexidades desse processo, mas uma coisa deve ficar clara, não há nenhuma justificativa econômica para a taxa de juros e para a transferência de recursos tão colossal, que é feito para o setor financeiro.

Esse é um dos problemas mais complexos que vejo na nova fase. Não poderíamos ter mantido o tipo de política econômica com um movimento popular altamente mobilizado, então, na verdade, todos contribuímos de uma forma ou de outra para desmobilizar um movimento que tinha chegado a um auge de mobilização muito grande na eleição de 2002. Foi um auge enorme que teve que ir recuando, e se mobilizou novamente na eleição de 2006, depois avançou-se em termos de políticas mais próximas do movimento popular, mas pouco a pouco também morreu e agora começamos novamente as mobilizações com objetivo eleitoral.

Acho que o Humberto Costa falou de uma coisa muito central, se realmente vamos para um programa nacional, popular, democrático, as rupturas vão aparecer, e sem mobilização popular vamos poder enfrentar essa questão? Esse é o problema. Então as mudanças vão ter que ser bem mais profundas nesse sentido. Primeiro vamos

ter que armar uma posição de governo com base sólida de esquerda, apoiando o governo, com uma linha política bem definida, com um programa claro, talvez não tenha que ser muito radical, mas pelo menos tem que ser consistente com o sentimento do movimento popular. Vamos ter que ter uma decisão a respeito desse setor mais amplo, sobretudo agora, com a aliança com o PMDB, problemas de aliança interna, etc., que apareceu aqui entre nós, por sorte cordialmente, porque tem sido colocada e o partido tem sabido orientar para que não se transforme digamos em uma ruptura, ou em um fator de dificuldades, mas um debate cordial.

Nesse momento, vejam, a questão da política financeira, existe também uma quase maioria, quase unanimidade, os setores empresariais, por exemplo, são contra a política financeira, contra as taxas de juros elevadas, todo setor exportador está contra, porque tem implicações no momento do dólar, do valor do real e as dificuldades para exportar. O setor importador sim pode se interessar, mas nem sempre tem implicações tão favoráveis porque as coisas ficam muito baratas e não há interesse em coisas muito baratas. A Federação de São Paulo contra, Federações industriais contra e a Federação Nacional que era muito mais pró o setor financeiro está contra, profissionais liberais todos contra. O setor financeiro está reduzido ao apoio que tem na imprensa e, no entanto, tem esse instrumento colossal que é o BC, porque o BC não faz parte da estrutura democrática desse país, o BC são seis, sete tipos, que são diretores do banco e também são membros do COPOM. Não sei por que eles mudam de nome para depois fazerem o aumento da taxa de juros, são os mesmos sete caras que se reúnem e decidem aumentar a taxa de juros, depois emitem uns documentos, umas atas, absurdas.

Não vale a pena querer entrar em discussão porque, mesmo do ponto de vista econômico, inclusive dentro do governo, os estudos já são suficientes para demonstrar a falta da seriedade sobre a qual se tem analisado o problema financeiro do país. Isso vai prejudicar o crescimento econômico do país na hora em que um dos instrumentos de prestígio do governo Lula é exatamente ter mantido a taxa de crescimento elevada. Se esses senhores conseguirem agora elevar a taxa de juros, eles vão perder o processo de crescimento do país e com isso vão dificultar muito uma candidatura. Então será que essas forças não estão se aproximando de nós porque sentem que há uma maioria contra essa política financeira, contra essa visão do BC, contra essa visão de deter o crescimento do país. Creio que sim.

Agora, precisamos de coerência, muita clareza, para consolidar, digamos assim esse conjunto de forças que podem ajudar na construção de um governo progressista

com transformações importantes, mas esse governo tem que ter uma esquerda unificada com uma perspectiva conjunta, respeitada, uma área que não pode impor sua opinião como sempre. Vai descobrir, como o PT descobriu, que não pode impor sua opinião sempre, mas representa uma ala desse conjunto de forças que é fundamental para alcançar seu marco de desenvolvimento, tem que ser mobilizador das massas, temos que descobrir como retomar essa relação profunda entre um governo popular, com 80% de apoio e a mobilização popular. Porque como consegue ter 80% de apoio e não consegue juntar? Chegamos a juntar milhões nas Diretas Já, milhões nas ruas, será que vamos ficar só e inaugurando obras? Claro que é muito importante, porque revela essa vontade de crescimento econômico, investimentos, tudo bem, mas não é só por aí que você vai realmente criar um sentimento de mobilização popular poderoso, é preciso incluir uma visão mais ampla de conteúdo social muito importante, mas que coloque o problema da participação popular no processo de decisão democrática nesse país.

Então, quando vem a reforma política esse conteúdo democrático tem que retomar uma ideia que a esquerda sempre teve, vinculado à ideia da participação popular nas decisões fundamentais do partido, na articulação e condução de políticas. São pontos que colocaria à mesa depois dessa discussão tão importante porque foi muito sincera, e muito voltada para os problemas centrais, vistos do ponto de vista interno do PT, mas que têm uma dimensão nacional muito forte e, portanto, considero que mais abriu questões do que resolveu. Mas como dizem, o importante não é a resposta, o importante é a pergunta, fazer as perguntas certas. Abriu-se o caminho para isso e temos muito que discutir a partir disso.

Eduardo Campos – Governador (comentários)

Permitam-me fazer rápidos registros sobre as considerações apresentadas. Estamos nesse seminário em um momento, como foi dito, extremamente importante da vida brasileira. Nós nos aproximamos de um grande debate que o país vai fazer sobre seu futuro e nós do Partido Socialista não podemos começar o ano de 2010 só com um olhar eleitoral. Precisamos olhar o ano de 2010 com a perspectiva da história e dos mais elevados interesses do povo brasileiro, temos que dar uma contribuição. E está faltando no debate brasileiro nesse momento esta contribuição, não só de nossa iniciativa, mas no PT, PC do B, PDT e tantos companheiros que militam nesse campo e não têm filiação partidária.

A meu ver está se concluindo um período político iniciado com o golpe militar de 1964, do processo da redemocratização brasileira. O presidente Lula está concluindo oito anos de mandato com sua sabedoria, capacidade política, em todo o exercício da conciliação que a história brasileira nos lega e legou ao homem do povo, que aprendeu desde cedo quando começou a ter participação política, a mediar conflitos e construir entendimentos, e o fez com grande capacidade. Essa caminhada se fez com apoio do nosso partido, esses êxitos, se ele tem, nós também temos. Esses êxitos não são só do PT e do presidente Lula, também são nossos.

Compreendemos os limites, não só a ausência de um programa objetivo para o desenvolvimento brasileiro, ainda em 2002, mas também temos que ter a capacidade de compreender os limites e as circunstâncias objetivas em que o país estava colocado em janeiro de 2002, com muito engenheiro de obras prontas, ou muita gente para dizer das fórmulas mágicas, mas é muito complexo compreender as circunstâncias em que os tucanos entregaram esse país. Venderam nosso patrimônio, deixaram o país onerado, recursos, nem sequer para suportar nossas relações internacionais tínhamos. Tínhamos um bagaço da máquina pública, das universidades, das áreas estratégicas, e muita gente não conseguiu fazer a proposta objetiva do caminho alternativo que aquelas circunstâncias nos permitiam.

Bem diante aqui de nossos amigos da Bolívia, Equador, Chile e do Uruguai sabemos quanto foi importante o presidente Lula ter construído um consenso em seu primeiro mandato, para que as vitórias ocorressem na América Latina, utilizando o equilíbrio que teve naquele primeiro momento. Com certeza o Brasil teve um papel importante para que pudéssemos ajudar à distância, por exemplo, a vitória e garantir a

governabilidade em outros países. Nossa contribuição foi importante.

Agora é a hora de debatermos mais do que a eleição, e não estamos fazendo esse debate, nem PSB, nem o PT, o antigo bloco, estamos mais no factoide eleitoral. O que vem pela frente não é fácil, ganhe quem ganhar a eleição, Ciro, Dilma, Serra, temos um país de vulnerabilidade ainda, não será fácil para ninguém substituir o Lula, com a relação que ele tem com o povo. Precisamos que esse país, com o relevo que ganhar, possa enfrentar as questões que não foram enfrentadas com a força política e popular que o Lula tinha e tem, e vamos fazer esse enfrentamento.

Vamos fazer esse enfrentamento brigando, divididos, mas divididos por quê? Como vamos colocar essa divisão? Qual é o fundamento da disputa política, o enfrentamento e mudança na política econômica que o PSB quer fazer, diferente do Serra e da Dilma? Qual é a proposta? Efetivamente não está no papel, no debate político. Não está. É preciso dizer. Para que possamos colocar, construir, fazer as propostas efetivas para mudança da economia que desejamos, para colocar no campo da utopia, e precisamos colocar, mas que possamos também abrir os espaços para quebrar a dependência que temos ainda em grandes setores da economia, das nossas principais cadeias produtivas brasileiras como, por exemplo, na área dos fármacos – para afirmar nossa integração, para agregar valor às nossas exportações.

É preciso fazer a reflexão do sistema financeiro, porque não há economia com o sistema financeiro, não há, não se trata de fazer discurso de manuais contra o sistema financeiro, se trata de aperfeiçoar o sistema financeiro para interesse do povo e do modelo de desenvolvimento que queremos, porque a essa altura quem tem forças já está fora dessa taxa de juros que o professor Teotônio estava falando. As montadoras de automóveis não financiam carros com a taxa de juros que estávamos falando, porque senão não vende a quantidade de carros que estão falando – os quais estão construindo esse caos nos centros urbanos. Quando falta transporte coletivo, as grandes empreiteiras não estão se financiando no sistema financeiro, com essa taxa de juro também, parte da empresa brasileira vai até o BNDES.

Agora, quem fica pagando juros altos? O estado, portanto o contribuinte, e a população pobre, no consumo, quando precisa comprar uma geladeira, liquidificador, uma roupa a prestação. Até o agronegócio brasileiro conseguiu sair desses juros, eles têm outra taxa de juros, muitas vezes rolam, todo ano tem uma medida provisória, algum negócio lá na Câmara para rolar, dividir de novo, todo ano, não há perigo, porque lá existe uma bancada se expressando e nós, portanto, precisamos ficar de olho

nesse debate econômico central. Esse debate precisamos fazer com muita maturidade, afirmar e saber que esse é um debate estratégico.

Outro debate é o da reforma do estado brasileiro. A pauta neoliberal, mesmo com toda a crise e com o que esse pensamento fez com o mundo, ainda fica nos rondando. Mas também precisamos apresentar a reforma do estado na perspectiva do povo e não das corporações. A esquerda, ou a pretensa esquerda, ainda fica carregando bandeiras do corporativismo, como se fossem bandeira do povo e não tem a coragem, a mesma coragem que temos enfrentar o sistema financeiro, também precisamos fazer sobre o papel do estado brasileiro. O estado para quem? Nem para as elites, para ficar pagando 12% da renda nacional para os banqueiros, mas nem o estado que fique só para as corporações, os casacudos, que tem sessenta dias de férias, que não prestam contas com transparência para nada, que querem ganhar o teto, mas não pensam nos que ganham o mínimo.

Nossos parlamentares, nossos companheiros, muitas vezes da base sindical, não se envergonham de não ter coragem de fazer essa ruptura também, e ela tem que ser feita, para um estado que produza políticas públicas incluindo a população. Esse debate também não estamos fazendo. Nem nós, nem o PT, nem o PC do B. Porque parece que esse discurso se aproxima do conservador. De jeito nenhum, esse é o debate do povo, o povo brasileiro espera que lhe seja entregue pela primeira vez o estado brasileiro, que foi feito para a elite, para servir a ela no velho e no neo-patrimonialismo, que nossa geração teve oportunidade de assistir.

Nós precisamos construir políticas públicas, e nenhum preconceito contra políticas públicas compensatórias, em um país tão desequilibrado como o nosso, mas precisamos que o estado sirva à população. Vemos um caos na saúde, subfinanciada no país, também na saúde ainda tem muito gasto ruim, muita corporação, protegida pelas centrais sindicais; estão maltratando nosso povo, e muitas vezes sob aplausos da nossa base, militância, dos nossos mandados, porque fica achando... fica achando o quê? E nós também precisamos fazer essa reflexão, porque a população está à espera e esse debate com certeza vai ser exigido, e acho que estamos a perceber que esse é um momento de fazer essas reflexões, que o partido tem que contribuir nesse debate, a meu ver é muito mais um debate político do que um debate eleitoral.

Essa contribuição e reflexão precisamos fazer para contribuir com o Congresso Nacional, porque não basta ganhar, companheiros. É preciso ganhar sabendo o que se vai fazer e se for possível, ganhar pelas condições de fazer, porque há muitos que

reclamam das alianças que o Presidente tem no Congresso, e eu acho um equívoco desde o primeiro governo, quando houve a opção – e ai foi um erro estratégico que o José Dirceu cometeu. A meu ver, essa é uma divergência que exercitamos quando estávamos na base parlamentar e depois, dentro do governo, em vez de reforçar a aliança à esquerda estamos já fazendo aliança com aqueles pequenos partidos, quantitativa. Era preciso primeiro fazer a aliança de nosso campo para depois fazer a outra aliança, a da governabilidade. Erramos no tempo.

Agora com a mesma franqueza temos que dizer, e se o PSB chega à presidência da república no dia 1° de janeiro com Ciro Gomes, com quarenta e cinco ou cinquenta deputados federais, com seis senadores, cinco ou seis governadores, como vamos governar na Câmara e no Senado? Aí vai vir o Luciano dizendo que não quer apoio do Sarney no Maranhão e tal, vamos colocar o dedo na ferida, para dizer que os companheiros que estão aqui precisam construir mandatos federais diferenciados, para que a esquerda brasileira tenha expressão no Congresso Nacional, para abrirmos os espaços para ter essas mudanças, porque elas não serão feitas se não tivermos força na rua. Mas temos que ter também nas instituições, na representação, na democracia representativa que temos, queiramos ou não.

O Senado vai renovar 2/3, onde temos companheiros e companheiras do PSB e outros partidos, que seja melhor do que o perfil que temos aí? Senão as palavras que foram ditas aqui o vento vai levar. Precisamos construir mandatos de governadores que possam garantir a renovação de quadros, a afirmação dessas políticas junto à população, em diversos estados, e podemos ter isso, se entendermos as circunstâncias e as oportunidades que se tem colocado diante de nós. Caso contrário, teremos desperdiçado essa oportunidade, e a vida brasileira também vai nos dar em 2010, entendo, a possibilidade de retirar a visão eminentemente só paulista da hegemonia do debate político brasileiro – o Lula e o PT com forte presença paulista, e o PSDB com a cabeça em São Paulo. O Lula que se tornou pela sua caminhada menos paulista e mais brasileiro, o povo brasileiro: parece-me que não vai trilhar o caminho de volta, porque como disse o Humberto, tem dois movimentos que movem a política. Um é a saudade e não há saudade do governo dos tucanos; o outro é esperança, a utopia, e eles não são capazes de gerar nenhuma utopia, nenhuma emoção no futuro.

Precisamos gerar essa utopia com a responsabilidade e esperamos entregar ao povo brasileiro um pós Lula melhor do que o momento que estamos vivendo. E ai não é uma tarefa simples, talvez o caminho mais curto seja o caminho mais longo e

quantos aqui já não experimentaram um caminho mais curto e tiveram de fazer de volta todinho, para começar outro do zero? Muitos. É preciso então que tenhamos a compreensão de que temos ainda noventa dias, é muito tempo, até começarmos efetivamente o período das decisões, para fazermos uma grave reflexão sobre tudo isso, independente do eleitoral e dos palanques, construímos o nosso rumo político, um debate político, não só eleitoral, um debate político sério que possa nos comprometer, para não chegarmos ao final do ano um jogando pedra no outro, um colocando culpa no outro e o povo colocando a culpa em todos nós.

Um grande abraço.

Interações com o plenário

Jorge Acosta- Muito obrigado. Basicamente foram duas as grandes perguntas, uma em relação à composição dos partidos na Alianza País. Como disse no começo a Alianza é uma convergência de várias políticas, organizações sociais do campo, mulheres indígenas, que acontece a partir da crítica dos sistemas políticos tradicionais e uma das características do processo é que os partidos e os movimentos da esquerda que faziam parte do sistema político anterior somam-se à proposta da Alianza País, somam-se ao processo. A relação nesse pedido foi livre e flexível, e na medida em que o governo foi avançando, por um lado, o governo nacional decidiu deixar que os partidos apresentassem suas propostas fora do Alianza País, sem nenhuma condicionalidade e também os partidos de esquerda, que estão dentro da premência do governo, puderam negociar seus pontos de vista, e em alguns casos até tiveram de se afastar do governo, rompendo alianças explícitas. A Alianza País do ponto de vista de suas fraquezas tem uma constituição livre, tem um nível de aliança política com todos os outros partidos, essa é uma tarefa ainda em aberto, ainda pendente.

Quanto à reforma universitária, basicamente quer otimizar os recursos, melhorar a qualidade de educação pública nas universidades, onde seus aspectos básicos são dois: temos uma demanda cada vez maior de estudantes que querem chegar à universidade, e um dos fatores que possibilita isso é a democratização do ensino superior, que tem a ver com a gratuidade. Isso se constitui em um problema, tendo em vista que a grande demanda de estudantes universitários, as universidades públicas não conseguem atender, e por outro lado constatamos que a gratuidade do ensino, tem muitos estudantes que querem aproveitar com responsabilidade essa gratuidade, que tem a ver com o esforço do nosso povo em gerar recursos para manter a gratuidade, e nesse sentido uma das condições colocadas é que vamos vincular o princípio constitucional de ensino gratuito universitário com o desempenho dos próprios estudantes, o bom desempenho, isso é uma coisa básica, não é?

E não são difíceis de pôr em prática, no primeiro ano, por exemplo, a universidade de fato é gratuita, se há problemas acadêmicos de desempenho do próprio estudante, vai ter que repetir matérias, e no segundo ano o percentual do ensino gratuito é diminuído e no terceiro momento, se continua o problema, então aí a universidade pode retirar essa gratuidade. Então, temos que encontrar um equilíbrio entre o direito do estudante e sua obrigação. Também claramente, no que se diz respeito aos recursos públicos,

porque todos temos que agir com muita responsabilidade perante os recursos públicos. O outro âmbito que complementa isso tem a ver com o aumento do investimento no ensino universitário, se realmente vamos fazer centros de pesquisa. Uma das nossas deficiências nas universidades é que não pesquisam, esse governo vai trazer invenções e colocar itens no orçamento para fazer esse tipo de coisas.

Fazendo referência a um aspecto que me parece importante, tendo em vista que temos as distâncias, mas sempre há pontos em comum entre os países e experiências que podem ajudar, ilustrando melhor os processos que ocorrem em outros lugares, nesse momento estamos, como dizia Humberto Costa, nas nossas Assembleias, falando de uma Lei sobre as telecomunicações e na maior parte da América Latina a mídia foi utilizada pelos poderes públicos para concessões de rádios, rede de televisão, que ficaram concentradas em grupos, com poder econômico, vinte - trinta concessões no país inteiro, e que obviamente faz parte de uma estratégia da desinformação.

Isso constatado, o governo começou a fazer auditoria das concessões de rádio e televisões, verificando que ocorria essas concentrações entre os poderes econômicos e políticos, e a Lei dá certa atenção a essa reestruturação em relação às concessões, mas além disso também está estabelecendo um programa, uma prestação de contas, a mídia faz parte de um serviço público, e serviço público tem certas responsabilidades, a mídia, seu *status quo*, se opõe à Lei de telecomunicações, porque sem dúvida é colocada em nível de controle. Muitos setores do nosso país estão de acordo com isso, no entanto, os donos e os setores que gravitam em torno deles não querem, eles fizeram um autocontrole, que é uma tese que sai da Sociedade Interamericana de Imprensa, que é uma sociedade que não é de jornalistas, é uma Sociedade Interamericana de empresas constituída pelos próprios donos das redes de telecomunicações.

No nosso país, como na América Latina de modo geral, dissemina-se a desinformação, e isso não pode acontecer. A briga é muito difícil, árdua, porque sem dúvida nenhuma lançam mão dos meios de comunicações mais importantes, que estão nas mãos deles, distorcendo as propostas do governo nacional, angariando esse aspecto da Lei, do espírito da Lei, e seguem desinformando, são os problemas que estamos enfrentando nesse momento. Temos apenas dois meios de comunicação públicos, criados no início desse governo, e não tem uma cobertura significativa. Então essa experiência do Equador poderia servir para dar um pouco de luz e ilustrar o que é enfrentar esses meios de comunicação, com essa reforma dos meios de comunicação. Muito obrigado.

Humberto Costa O PT talvez tenha se organizado primeiramente para negar, muito mais do que com uma proposta clara do que fazer. Tínhamos uma ideia muito clara do tipo do socialismo que não queríamos, nascemos negando aquela experiência do socialismo real, acreditamos na democracia como algo fundamental e indispensável para a construção de uma sociedade justa, igualitária, e socialista. Nos insurgimos contra a velha maneira de se fazer política, assistencialista, fisiologista, contra a corrupção e mais violentamente contra o servilismo político da esquerda no Brasil, contra a ideia que presidiu durante muitos anos politicamente o PCB e também o PC do B, da aliança dos povos que é necessária, a concepção metafísica que temos que fazer uma revolução democrática, para depois se pensar no socialismo.

Também os aspectos da própria estrutura política regional, por exemplo no Rio Grande do Sul, um estado altamente politizado, tem uma cultura partidária secular. Lá a visão do PT do ponto de vista da política das alianças é muito fechada, e de outros partidos também, embora no PT seja muito mais. O conceito de alianças, de hegemonia, que eu defendo é de fato uma visão mais próxima do pensamento da esquerda e tentando construir os projetos no campo da política da infraestrutura, vamos dizer assim, mas principalmente da construção de uma superestrutura, que seja capaz de conquistar a sociedade para aquele projeto. Esses aspectos que falei na concepção política são mais fortes até do que a concepção ideológica. Essa cultura é muito forte, a resistência à cultura de alianças dentro do PT parece que é um processo que evoluiu, e já evoluiu bastante.

Outra questão que se levanta, diz respeito à relação do governo com os movimentos sociais. No governo Lula enfrentamos muitas dificuldades no início, as políticas que queríamos implantar se confrontaram muitas vezes com interesses, entendimentos, e muitas vezes interesses legítimos mesmo, e a reforma da previdência que queríamos fazer sem dúvidas tinha contradição com setores importantes, que sofreram durante muitos anos a consequência das políticas equivocadas que foram feitas. No primeiro momento o processo da recuperação salarial que tivemos nos últimos anos, e que estava muito defasado, por exemplo, com as políticas para o salário mínimo, com ganhos reais é mais recente do que aquele período da transição, e muitas políticas sociais que dependiam do nosso próprio governo para buscar recursos terminaram sendo prejudicadas pela visão de que seria necessário um ajuste fiscal, etc. e etc. e muitos de nós questionamos, mas também acho que foi uma política adequada em um momento de transição.

Mesmo nesses momentos acho que, do ponto de vista do diálogo, o governo nunca perdeu essa referência, teve que enfrentar greves, mas o diálogo sempre permaneceu, o respeito pelo direito de organização, sempre aconteceu. Agora, não podemos atender a todas as demandas que os movimentos têm − e o governador Eduardo Campos falou de alguns setores, mas podemos extrapolar para outros segmentos −, nós temos que levar adiante uma realidade concreta, temos que fazer opções, estabelecer prioridades.

Com a crise de 2005, essa velha visão do PT, de que ninguém mais presta só a gente, sofreu um abalo muito importante, mas acho que temos que ir mais embaixo. Foi uma crise de valores, mas também uma manifestação concreta que o sistema político-eleitoral queria colocar, principalmente com a esquerda, uma vez que a direita, quando estabelece seus modos de financiamento de campanha, sabe como fazê-lo no sistema atual. Se você vai ver, por exemplo, o caso daquela financiadora do PSDB, até hoje não deu em nada; o processo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso e tantas outras coisas mais. Então, vejam, acho que temos que construir um mecanismo de financiamento político-eleitoral que deixa de depender desses financiamentos privados. Às vezes as pessoas se encantam porque a mesma empreiteira que contribuiu para financiamento de um governo está contribuindo para as nossas campanhas, está contribuindo pelo interesse que tem, não é verdade? Então esse sistema está fadado a produzir vítimas e mais vítimas em coisas semelhantes a 2005. Acho que o PT falhou profundamente nesse aspecto. Foi quando, agora recentemente, no fim desse governo, tivemos a oportunidade de fazer a reforma política e a nossa bancada roeu a corda, pelos interesses mais diversos, dentro desse ponto de vista do financiamento público das campanhas eleitorais.

Não estava querendo falar do tema das eleições, posso estar errado, mas sou da ideia de que se tivermos uma candidatura única é melhor, esse é pelo menos o entendimento de uma parte do PT, mas também não acho que é o fim do mundo se tivermos mais uma candidatura. Ainda mais quando se trata de uma candidatura que tem representatividade, como é o caso de Ciro Gomes, que foi responsável por alguns dos grandes sucessos do nosso governo. Quando se fala, por exemplo, de projetos que contribuem para estrategicamente diminuir as diferenças regionais e sociais no Brasil, principalmente do nordeste, é necessário lembrar-se de Ciro. A transposição, eu acompanhei a capacidade e a competência do Ciro Gomes, e sem dúvida, sei da sua capacidade de governar o Brasil, da ética e da sua responsabilidade. Então vejo assim, e acho extremamente justo que o PSB tenha sua candidatura, acho legítimo, não vejo

nenhum problema, apenas entendo que do ponto de vista tático, talvez fosse ideal a gente estabelecer já desde o primeiro turno esse processo.

O problema das alianças, aliança com o PMDB, isso também nessa questão, de como podemos construir essa vitória com menos dificuldade. Não vejo essa questão do PMDB ser o fiel da balança na governabilidade. Avançamos muito na democracia, chegamos a ter partidos fortes, com projeto nacional, que têm conteúdo ideológico, acho inclusive que o PMDB dentro desse papel está se exaurindo. Talvez agora o PMDB já não consiga ter uma bancada tão grande, com esses governadores como tem hoje, e nós temos que ter dentro da esquerda a hegemonia, para construir um governo de coalizão, mas entendo − até porque no caso do PT é a primeira eleição que vamos fazer sem o Lula − que queiramos fazer alianças mais amplas.

Com relação ao tema da transferência da renda nacional para o setor financeiro, ainda temos essas questões relativas ao posicionamento do partido e ao posicionamento do governo. O PT tem uma construção muito clara, de muito tempo. Embora possamos compreender a política que o governo desenvolveu nessa área, temos uma visão diferente, e vocês sabem disso. Boa parte da crise que enfrentamos no primeiro ano de governo eram os integrantes do PT se manifestando contra a política do BC, contra a política desenvolvida pelo Pallocci, e sempre achamos que o governo podia ser mais ousado.

Ainda hoje temos essa posição, mas creio que também temos que reconhecer que houve avanços, tendo uma das taxas de juros que é das mais elevadas do mundo, mas ela atingiu outros níveis. A quanto chegou no governo passado? Esse realmente é um dos pontos que precisamos trabalhar e eu me incluo entre aquelas pessoas que acham isso e tenho muita esperança, seja com a Dilma, seja com o próprio Ciro, se vier a ser presidente da república, que teremos uma política mais arrojada nessa área e as condições existem para isso.

Da outra questão, acho que o governo Lula conseguiu uma grande proeza, promover mudanças importantes do ponto de vista econômico, social, cultural, sem que tivéssemos que passar por uma ruptura, e sem dúvida uma capacidade de conduzir a políticas econômica com muita competência.

Obrigado.